



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO – CAMPUS SÃO ROQUE
Rodovia Prefeito Quintino de Lima, 2100 – Paisagem Colonial - CEP 18136-540 – São Roque - SP
Fone (11) 4784-9470 Site: srq.ifsp.edu.br

RELATÓRIO DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2020 DO CÂMPUS SÃO ROQUE

-CPA/SRQ-

Este Relatório refere-se à pesquisa realizada no segundo semestre de 2020 para a autoavaliação institucional do IFSP sobre os cursos superiores de acordo com as exigências do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e foi aprovado pela Comissão Própria de Avaliação do Câmpus São Roque em 15/03/2021.

São Roque/SP
Março/2021

Presidente da República
JAIR MESSIAS BOLSONARO

Ministro de Estado da Educação
MILTON RIBEIRO

Reitor
EDUARDO ANTONIO MODENA

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional
ALDEMIR VERSANI DE SOUZA CALLOU

Pró-Reitor de Administração
SILMÁRIO BATISTA DOS SANTOS

Pró-Reitor de Ensino
REGINALDO VITOR PEREIRA

Pró-Reitor de Extensão
WILSON MATOS DE ANDRADE

Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação Tecnológica
ELAINE INÁCIO BUENO

Diretor Geral do Campus São Roque
RICARDO DOS SANTOS COELHO

Equipe da CPA/SRQ (Portaria SRQ 0128/2019)

ALBERTO PASCHOAL TREZ

(Representante Docente; Presidente da Comissão)

GABRIEL VASQUINHO FERRARI

(Representante Discente LCB)

JEFERSON DE MORAES CORREIA

(Representante Técnico Administrativo)

JOÃO VITOR FERREIRA

(Representante Discente TVE)

JOSIRLEY DE F. CORRÊA CARVALHO

(Representante da Sociedade Civil até fevereiro de 2020)

KÁTIA CRISTINA ALVES PINTO

(Representante Técnica Administrativa até abril de 2020)

LENILDO DE ALMEIDA

(Representante da Sociedade Civil)

MABEL REGILA BERNARDINO SANTOS

(Representante Discente BAD)

REBECA SANTOS ARAÚJO

(Representante Discente TGA)

SAMUEL FELIPE GUIMARÃES

(Representante Discente BAD)

SILCE ADELINE D. GUASSI SIGNORELLI

(Representante Docente)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	6
1. INTRODUÇÃO	8
1.1. Dados da Rede Federal de Educação Profissional.....	8
1.2. Dados do IFSP	9
1.3. Histórico do Câmpus São Roque	12
1.3.1. Aspectos legais do Câmpus	13
1.3.2. Cursos Oferecidos no IFSP – Câmpus São Roque.....	13
1.3.3. Infraestrutura básica do Câmpus	14
1.4. Contexto Escolar	14
1.5. Recursos Humanos	15
1.6. Estrutura Organizacional do Câmpus São Roque.....	20
1.6.1. Estrutura e organização dos Cursos.....	21
1.7. Políticas e Ações	29
1.7.1. Coordenadoria Sociopedagógica	29
1.7.2. NAPNE – Ações Inclusivas.....	32
1.7.3. Formação Continuada.....	33
1.7.4. Políticas e Ações de Extensão	33
1.7.5. Programas e Ações de Pesquisa.....	36
1.7.6. Bolsa Discente	40
1.7.7. Órgãos Colegiados.....	40
1.7.8. Comissão Própria de Avaliação (CPA)	42
2. Método de Avaliação	45
2.1. Coleta de Dados	45
3. Desenvolvimento e Análise dos dados e Informações da Avaliação Institucional referente ao ano de 2020.....	47
3.1. Participação na Pesquisa de Avaliação	47
3.2. Análise dos Eixos de Avaliação.....	50
EIXO 1 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	50
EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	52
EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS	61
EIXO 4 – POLÍTICAS DE GESTÃO	76
EIXO 5 – INFRAESTRUTURA FÍSICA	89

3.3. Análise do Processo de Avaliação	107
4. Propostas de melhorias com base na avaliação realizada	108
4.1. Propostas de melhorias para 2021 no Câmpus São Roque.....	108
5. Considerações finais.....	114
6. REFERÊNCIAS	116

APRESENTAÇÃO

Este relatório contempla as informações e os resultados das ações desenvolvidas pela Comissão Própria de Avaliação do IFSP do Câmpus São Roque durante o ano de 2020, de acordo com os Eixos demonstrados na Tabela 1, previstos no SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, Lei 10.861/2004) do Ministério de Educação, e será incorporado ao Relatório Geral de Autoavaliação que incorpora os resultados obtidos em todos os Câmpus do Estado de São Paulo.

A autoavaliação institucional é um processo mediante o qual a Instituição de Ensino, com a participação de todos os seus segmentos: discentes, docentes e técnicos administrativos, se analisa internamente, objetivando relacionar o que realmente é com o que deseja ser, assim como as suas realizações, o modo como se organiza e atua.

É um processo contínuo para identificar os pontos fortes e os pontos fracos da Instituição, para que os mesmos subsidiem os Planos Institucionais de curto e médio prazos e, com isso, possam produzir mudanças que resultem em melhorias efetivas.

Tabela 1-Eixos e Dimensões da Avaliação

EIXO	TEMA DO EIXO	DIMENSÃO
EIXO 1	Planejamento e Avaliação Institucional	Dimensão 8: Planejamento e Avaliação
EIXO 2	Desenvolvimento Institucional	Dimensão 1: Missão e Planejamento de Desenvolvimento Institucional Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição
EIXO 3	Políticas Acadêmicas	Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes
EIXO 4	Eixo 4: Políticas de Gestão	Dimensão 5: Políticas de Pessoal Dimensão 6: Organização e Gestão Institucional Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira
EIXO 5	Eixo 5: Infraestrutura Física	Dimensão 7: Infraestrutura Física

O Relatório de Autoavaliação Institucional, elaborado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Câmpus São Roque, contém as seguintes partes: Introdução, Método utilizado na Avaliação, Desenvolvimento, Análise dos resultados da Pesquisa de 2020 e Propostas de Melhorias com base nas informações obtidas.

Na Introdução constam os objetivos do relatório, o histórico e a caracterização do Câmpus São Roque, a força de trabalho representada pelos servidores, a apresentação dos cursos oferecidos e os dados gerais sobre a participação do Câmpus São Roque na autoavaliação institucional. No Método, estão descritos os instrumentos e a forma utilizados para coletar os dados, os segmentos da comunidade acadêmica consultados e as técnicas utilizadas para análise dos dados.

Já no capítulo de Desenvolvimento e Análise dos Dados e Informações da Avaliação Institucional de 2020, são apresentados os dados e as informações pertinentes aos eixos e às dimensões, de acordo com o art. 3º da Lei N° 10.861/2004, que instituiu o SINAES.

Finalmente, o capítulo sobre as Sugestões de Melhorias, poderá contribuir com o planejamento e as ações visando melhorias na infraestrutura do Câmpus, nos processos administrativos e educacionais, e na estruturação e oferta dos Cursos Superiores. Portanto, as ações que forem efetivadas a partir da análise dos dados e das informações, poderão conduzir à melhoria das atividades acadêmicas e da gestão da instituição.

1. INTRODUÇÃO

Este relatório de autoavaliação do IFSP – Câmpus São Roque segue a estrutura proposta nas orientações da Nota técnica nº 65/09-10-2014 do IFSP e, embora seja implementado neste ano de 2021, refere-se ao ano de 2020.

Conforme disposto no documento *Diretrizes para a Autoavaliação das Instituições* do INEP (IFSP, 2019), o processo de Autoavaliação tem dois objetivos centrais:

- avaliar a instituição como uma totalidade integrada que permite a Autoanálise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando a melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional, e
- privilegiar o conceito da Autoavaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para a sua realização.

De acordo com o Programa de Avaliação Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia São Paulo - IFSP os principais objetivos são:

- a) gerar conhecimento para a tomada de decisão dos dirigentes da instituição em relação à melhoria contínua de qualidade dos serviços de educação superior ofertados;
- b) por em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição;
- c) identificar as potencialidades da instituição e as possíveis causas dos seus problemas e pontos fracos;
- d) aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo;
- e) fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais;
- f) tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade;
- g) julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos;
- h) prestar contas à sociedade sobre os serviços desenvolvidos.

1.1. Dados da Rede Federal de Educação Profissional

A história da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) é centenária. De acordo com Jardim (2018, p. 25), em 1909, o Presidente Nilo Peçanha propõe uma política pública de ação permanente por meio da criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, dando origem à rede de educação profissional no Brasil. Em 1937, essas escolas

foram transformadas em Liceus Profissionais, a partir dos quais são instituídas, em 1942, as Escolas Industriais e Técnicas, que, por sua vez, em 1959 transformam-se em Escolas Técnicas Federais.

No entanto, foi somente em 1978 que as Escolas Técnicas Federais passaram a ser conhecidas como Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet). Trinta anos mais tarde, essas instituições são novamente transformadas e passam a compor, a partir de dezembro de 2008, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF). Desse modo, em 29 de dezembro de 2008, 31 centros federais de educação tecnológica (Cefets), 75 unidades descentralizadas de ensino (Uneds), 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas a universidades deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Entre os anos 1909 e 2002 o número de escolas destinadas a EPCT cresceu de 19 para 140 unidades, refazendo, de certa forma, o ideal de Nilo Peçanha, de alcançar populações sem acesso à educação. No entanto, não direcionou suas vagas necessariamente aos desfavorecidos, pois os processos seletivos indicaram múltiplos caminhos de acesso ao ensino profissional (JARDIM, 2018, p. 48). Entre 2003 e 2010, nessa modalidade da educação, foram de fato inauguradas e implantadas 214 novas escolas, totalizando 354 unidades, num crescimento de 152% em oito anos (PACHECO; PEREIRA; DOMINGOS SOBRINHO, 2012, p. 17). Para Ortigara (2014, p. 130), “com essa expansão e configuração, os Institutos mostraram-se mais representativos e melhor distribuídos geograficamente em todas as unidades da federação”.

Cobrindo todo o território nacional, a Rede Federal presta um serviço à nação, ao dar continuidade à sua missão de qualificar profissionais para os diversos setores da economia brasileira, realizar pesquisa e desenvolver novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo (RFEPCT, 2019).

Na sequência, são apresentadas informações sobre o Câmpus São Roque dentro do contexto do IFSP, como a identificação e quantidade de servidores, de cursos oferecidos; a política de atendimento e apoio aos estudantes, os programas de bolsas e de financiamento estudantil, e a existência de projetos e ações para a promoção da sustentabilidade socioambiental na gestão da IES e nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

1.2. Dados do IFSP

A Lei n.º 11.892/2008, que criou os Institutos Federais de Ensino, em seu artigo 2.º, define que são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e

multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. Portanto, em sua atuação, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) tem desenvolvido suas ações em consonância com a referida lei e de acordo com as políticas definidas pelo Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

O estatuto do IFSP, aprovado pelo Conselho Superior por meio da Resolução n.º 01 de 31 de agosto de 2009 e alterado pela Resolução n.º 872 de 4 de junho de 2013 no Artigo 5º, aponta como finalidades e características do IFSP:

- ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do IFSP;
- constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de Ciências, em geral, e de Ciências Aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de Ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- desenvolver programas de extensão e de divulgação cultural científica e tecnológica;
- realizar e estimular a pesquisa, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

- promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

O estatuto também indica, no art. 6.º, os objetivos da Instituição, que são apresentados a seguir:

- ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da Educação de Jovens e Adultos;
- ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, tendo como objetivo a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- realizar pesquisas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- ministrar em nível de educação superior:
 - cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática e para a educação profissional;
 - cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
 - cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;
 - cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em Educação, Ciência e Tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica.

O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, que é um planejamento estratégico da instituição, teve seu início com a publicação da Portaria 2552, de 29 de maio de 2013, do IFSP, que instituiu a Comissão responsável pelos trabalhos de organização e sistematização das propostas oriundas da comunidade sobre o assunto. Vale ressaltar que a composição inicial da Comissão Central foi pautada por uma definição do Fórum de Pró-Reitores de Desenvolvimento Institucional do CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, contou com a representação de vários segmentos da comunidade acadêmica, sendo eles: docente, técnico-administrativo, discente, Conselho Superior e Pró-Reitorias.

O primeiro PDI compreendeu o período de 2014 a 2018 e contou com ampla participação de todos os segmentos da comunidade do IFSP. Já em 2020 estava vigente o segundo PDI relativo ao período de 2019 a 2023, publicado em março de 2019, de acordo com a Resolução 01/2019, e seguiu procedimentos semelhantes ao anterior visando garantir a ampla participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica.

1.3. Histórico do Câmpus São Roque

A implantação da Unidade Descentralizada (UNED) São Roque foi autorizada pela Portaria Ministerial nº. 710, de 09/06/2008. A UNED São Roque foi idealizada no Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – Fase I. O Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo (CEFET-SP) recebeu um prédio inacabado para instalar a UNED em São Roque. A edificação, em questão, foi inicialmente projetada para abrigar uma unidade educacional do segmento comunitário.

Em meados de 2006 o terreno com o prédio inacabado foi transferido para o CEFET-SP que assumiu a responsabilidade pela sua conclusão, assim como a reestruturação do projeto educacional e aquisição de mobiliário e equipamentos. Uma equipe constituída de representantes do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) e do CEFET-SP vistoriou as obras paralisadas e abandonadas há mais de quatro anos para os devidos procedimentos. As ações junto ao PROEP foram concluídas no primeiro semestre de 2008, permitindo que as atividades da UNED São Roque fossem iniciadas no semestre subsequente.

A Aula Inaugural ocorreu em 11/08/2008, com a abertura do Curso Técnico em Agronegócio. Foram disponibilizadas às comunidades sanroquense e adjacentes, nos períodos vespertino e noturno, turmas com capacidade de 40 alunos cada. Dessa forma, a UNED São Roque foi pioneira na implantação de curso técnico na área das Ciências Agrárias no CEFET-

SP, vindo ao encontro da tradição e da importância do ensino agrícola na Rede Federal do Brasil como um todo.

Por conta da Lei 11.892, de 29/12/ 2008, a UNED São Roque passou a ser denominada de Câmpus São Roque, acompanhando a mudança de CEFET-SP para IFSP. Desde então, o Câmpus tem se empenhado em atender às demandas da microrregião no qual está inserido, que contempla os municípios de São Roque, Alumínio, Araçariguama, Cotia, Ibiúna, Itapevi, Mairinque e Vargem Grande Paulista.

1.3.1. Aspectos legais do Câmpus

Nome	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Câmpus São Roque
Sigla	IFSP – SRQ
CNPJ	10882594/0006-70
Endereço	Rodovia Prefeito Quintino de Lima, 2100 - Paisagem Colonial - São Roque/SP
CEP	18145-090
Telefone	(11) 4719-9500
Página institucional	http://srq.ifsp.edu.br
E-mail	edu-srq@ifsp.edu.br
Dados Siafi: UG	158329
Gestão	26439
Autorização de funcionamento	Portaria Ministerial nº 710, de 09/06/2008

1.3.2. Cursos Oferecidos no IFSP – Câmpus São Roque

Nome do Curso	Oferta
Técnico em Agronegócio – Concomitante ao Ensino Médio	2008 – 2012
Técnico em Agroindústria – Concomitante ao Ensino Médio	2009 – 2012
Licenciatura em Ciências Biológicas	Desde 2010
Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio (Parceria SEESP)	2012 – 2016

Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio (Parceria SEESP)	2012 – 2015
Tecnologia em Gestão Ambiental	Desde 2012
Tecnologia em Viticultura e Enologia	Desde 2013
Técnico em Serviços Públicos (EAD em Parceria com a Rede e-Tec Brasil)	2013 – 2017
Bacharelado em Administração	Desde 2014
Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio	Desde 2015
Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio	Desde 2015
Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio	Desde 2017
Pós-Graduação Latu Sensu em Metodologia do Ensino das Ciências da Natureza	Desde 2019

Fonte: JARDIM, 2018.

1.3.3. Infraestrutura básica do Câmpus

Tipo de Instalação	Quantidade Atual	Área (m²)*
Auditório	1	295 m²
Biblioteca	1	472 m²
Ginásio poliesportivo coberto	1	1782 m²
Salas Administrativas	8	254 m²
Refeitório	1	55,34 m²
Laboratórios	6	844,2 m²
Salas de aula	15	804,24 m²
Salas de Coordenação	3	44,83 m²
Salas de Docentes	1	55,83 m²

1.4. Contexto Escolar

O Câmpus São Roque encontra-se localizado em um bairro periférico do município de São Roque e apesar de ter iniciado suas atividades tendo em vista uma demanda de desenvolvimento agrônomo da região, a mudança de CEFET para IFSP implicou em uma modificação na estrutura e finalidades estabelecidas para a escola, inclusive no que se refere ao percentual das vagas ofertadas, das quais 50% devem ser destinadas a matrículas em cursos

técnicos de preferência integrados ao Ensino Médio, 30% em cursos superiores e 20% em cursos de formação de professores, conforme determina a Lei nº 11892/2008, que cria os Institutos Federais.

Na busca de orientar sua oferta formativa em prol da consolidação e fortalecimentos dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, constatou-se a demanda de oferta de cursos na área de ciências agrárias, ambientais e gestão, resultando no oferecimento de diferentes formas de graduação, como cursos de Licenciatura, Tecnologia e Bacharelado, e na oferta de cursos técnicos como o Técnico em Administração, Técnico em Alimentos e Técnico em Meio Ambiente, todos integrados ao Ensino Médio.

Dessa forma, ao ofertar cursos de nível médio e superior, o Câmpus São Roque atende um público com diferentes faixas etárias, recebendo alunos, em sua maioria, do próprio município, dos municípios vizinhos, de Sorocaba e até da cidade de São Paulo e de sua Região Metropolitana. A questão da convivência entre adolescentes e adultos na divisão de um mesmo espaço escolar implica no reconhecimento da coexistência de diferentes sujeitos, com diferentes perfis e distintas motivações, que buscam em comum um melhor nível de educação e, conseqüentemente, uma melhora nas condições de vida. A maioria dos estudantes é oriunda de famílias menos favorecidas socioeconomicamente, que possuem renda familiar mensal inferior a cinco salários mínimos.

O crescimento da instituição é um reflexo da busca contínua pela qualidade no fazer pedagógico e administrativo. De acordo com a Coordenação de Gestão de Pessoas do Campus São Roque, estão vinculados ao Campus 38 Técnicos Administrativos e 64 docentes efetivos.

1.5. Recursos Humanos

Em 2020 o IFSP - Câmpus São Roque contava 64 docentes efetivos, sendo que destes, 14 estavam afastados para realizar o Doutorado, 1 para o Mestrado e 2 estavam cedidos à Reitoria. Também, contou com 14 docentes substitutos e 1 docente proveniente de outra Instituição de Ensino. Em seguida é apresentada a Lista dos Docentes em 2020 considerando os efetivos, os substitutos e o de outra Instituição de Ensino.

Com relação aos técnicos administrativos do Câmpus em 2020, os efetivos totalizaram 38 servidores. Mais abaixo, é apresentada a Lista de Técnicos Administrativos que atuaram em 2020.

Lista de Docentes em 2020

	NOME	CARGO	OBSERVAÇÃO
1	Alan Bergamo Ruiz	Professor EBTT	
2	Alberto Paschoal Trez	Professor EBTT	
3	Alequexandre Galvez de Andrade	Professor EBTT	Afastamento doutorado
4	Alexandre Pereira Chahad	Professor EBTT	Cedido à Reitoria IFSP
5	Ana Carolina Macena Francini	Professor EBTT	Afastamento doutorado
6	Andre Kimura Okamoto	Professor EBTT	Afastamento doutorado
7	Andrea Barros Carvalho de Oliveira	Professor EBTT	
8	Anna Carolina Salgado Jardim	Professor EBTT	
9	Antonio Noel Filho	Professor EBTT	
10	Aurea Juliana Bombo Trevisan	Professor EBTT	
11	Breno Bellintani Guardia	Professor EBTT	
12	Camila Molina Palles	Professor EBTT	
13	Carolina Aparecida de Freitas Dias	Professor EBTT	
14	Clênio Batista Gonçalves Júnior	Professor EBTT	Afastamento doutorado
15	Daniela Alves Soares	Professor EBTT	Afastamento doutorado
16	Duzolina Alfredo Felipe de Oliveira	Professor EBTT	
17	Eduardo Roque Mangini	Professor EBTT	
18	Esdras Henrique Regatti Motinaga	Professor EBTT	
19	Emanuella Maria Barreto Fonseca	Professor EBTT	
20	Fábio Laner Lenk	Professor EBTT	
21	Fabio Patrik Pereira de Freitas	Professor EBTT	Afastamento doutorado
22	Fernando Santiago dos Santos	Professor EBTT	
23	Fernando Schoenmaker	Professor EBTT	
24	Flavio Trevisan	Professor EBTT	

25	Francisco Rafael Martins Soto	Professor EBTT	
26	Frank Viana Carvalho	Professor EBTT	
27	Glória Cristina Marques Coelho Miyazawa	Professor EBTT	
28	Jaqueline Carlos Bender	Professor EBTT	
29	José Hamilton Maturano Cipolla	Professor EBTT	
30	José Luiz da Silva	Professor EBTT	
31	Karina Arruda Cruz	Professor EBTT	Afastamento pós-doutorado
32	Leonardo Pretto de Azevedo	Professor EBTT	
33	Luiz Felipe Borges Martins	Professor EBTT	Cedido à Reitoria IFSP
34	Márcia de Oliveira Cruz	Professor EBTT	
35	Márcio Pereira	Professor EBTT	
36	Maria Julia Mendes Nogueira	Professor EBTT	Afastamento mestrado
37	Mariana Bizari Machado de Campos	Professor EBTT	Afastamento doutorado
38	Marite Carlin Dal'Osto	Professor EBTT	
39	Miriã Camargo Felicio	Professor EBTT	
40	Nathalia Abe Santos	Professor EBTT	
41	Osias Baptista de Souza Filho	Professor EBTT	
42	Patricia Isabela Silva Pessoa	Professor EBTT	
43	Rafael Batista Novaes	Professor EBTT	Afastamento doutorado
44	Rafael Fabricio de Oliveira	Professor EBTT	
45	Renan Felicio dos Reis	Professor EBTT	
46	Ricardo dos Santos Coelho	Professor EBTT	
47	Rodrigo Umbelino da Silva	Professor EBTT	
48	Rogério de Souza Silva	Professor EBTT	
49	Rogério Tadeu da Silva	Professor EBTT	
50	Rogério Tramontano	Professor EBTT	

51	Rosana Mendes Roversi	Professor EBTT	
52	Sandra Harumi Shiokawa de Simone	Professor EBTT	
53	Sandro Heleno Morais Zarpelão	Professor EBTT	
54	Sandro José Conde	Professor EBTT	
55	Silce Adeline Danelon Guassi Signorelli	Professor EBTT	
56	Silvana Haddad	Professor EBTT	
57	Sonale Diane Pastro de Oliveira	Professor EBTT	
58	Tatiane Monteiro da Cruz	Professor EBTT	Afastamento doutorado
59	Valdinei Trombini	Professor EBTT	Afastamento doutorado
60	Vanderlei José Ildefonso Silva	Professor EBTT	Afastamento doutorado
61	Vanessa de Souza Palomo	Professor EBTT	
62	Vivian Delfino Motta	Professor EBTT	Afastamento doutorado
63	Waldemar Hazoff Junior	Professor EBTT	
64	Willian dos Santos Triches	Professor EBTT	

LISTA DOCENTES EFETIVOS EM EXERCÍCIO PROVISÓRIO NO CÂMPUS SÃO ROQUE			
	NOME	CARGO	ORGÃO DE ORIGEM
1	Tarina Unzer Macedo Lenk	Professor de 1º e 2º Graus	UNIFASF

LISTA DE PROFESSORES SUBSTITUTOS- CÂMPUS SÃO ROQUE		
	NOME	CARGO
1	Ana Lucia Euzebio Alves	Professor Substituto
2	Camila Rodrigues Sciena	Professor Substituto
3	Camilia Aoyagui dos Santos	Professor Substituto
4	Camila Zenero de Souza	Professor Substituto
5	Celso Ronald de Oliveira Reis	Professor Substituto

6	Claudia Pastore	Professor Substituto
7	Eduardo Almeida Anunciação	Professor Substituto
8	Ester Gouvêa Martins Ribeiro	Professor Substituto
9	Gabriela Garcia Medeiros	Professor Substituto
10	Leonardo Matheus Marion Jorge	Professor Substituto
11	Mariana de Araujo Alves da Silva	Professor Substituto
12	Moisés Franceschi	Professor Substituto
13	Regina Santos Almeida	Professor Substituto
14	Samia Rafaela Maracaipe Lima	Professor Substituto

Lista de Técnicos Administrativos em 2020

	NOME	CARGO
1	Adriana Martini Moreira Gomes	Assistente Em Administração
2	Andressa Agnes de Assis Silva	Auxiliar em Administração
3	Beatriz Ferraz Diniz	Psicóloga
4	Benedito Aurélio Pereira	Assistente Em Administração
5	Bento Filho de Sousa Freitas	Técnico Em Assuntos Educacionais
6	Cesar Demetrio de Souza	Assistente De Alunos
7	Christine Hauer Piekarz	Médico Veterinário
8	Cleiton Gonzalez	Técnico De Tecnologia Da Informação
9	Danielly Maidana de Menezes Vieira	Pedagoga
10	Eddy Bruno dos Santos	Auxiliar Em Administração
11	Edu Souza de Oliveira Junior	Assistente em Administração
12	Elenice Luzia Ribeiro	Auxiliar De Biblioteca
13	Eli da Silva	Administrador
14	Elis Regina Ferreira	Assistente De Alunos
15	Fabiano Santana da Silva	Assistente em Administração

16	Fábio Stefani da Silva	Assistente De Alunos
17	Fernanda Rodrigues Pontes	Bibliotecário/Documentalista
18	Héber Vicente Bensi	Bibliotecário/Documentalista
19	Herlison Ricardo Domingues	Técnico Em Contabilidade
20	Janaína Ribeiro Bueno Bastos	Pedagogo
21	Jean Louis Rabelo de Moraes	Assistente Em Administração
22	Jeferson de Moraes Correia	Assistente De Alunos
23	Karina Monteiro Pinheiro	Técnico Em Contabilidade
24	Leila Cristina dos Santos	Tradutor Intérprete De Libras
25	Maira Oliveira Silva Pereira	Técnico De Laboratório - Área Alimentos
26	Marcos Akio Hirakawa	Assistente Em Administração
27	Maria Regina de Oliveira	Assistente em Administração
28	Mateus Guimarães Borges	Auxiliar em Administração
29	Peter Duarte Mamede	Assistente em Administração
30	Rafael Billar de Almeida	Assistente Em Administração
31	Ramieri Moraes	Técnico De Laboratório – Área Agrícola
32	Rebeca Paixão Pedroso	Técnico em Secretariado
33	Ricardo Augusto Rodrigues	Técnico De Laboratório - Área Química
34	Roseli Gomes de Lima Costa	Técnico Em Assuntos Educacionais
35	Silvan Amaro Oliveira	Técnico De Tecnologia Da Informação
36	Sonia Maria Chanes	Técnico Em Enfermagem
37	Thiago de Jesus da Silva Lopes Santos	Tecnólogo - Formação Gestão Pública
38	Tiago João Vaz	Técnico De Tecnologia Da Informação

1.6. Estrutura Organizacional do Câmpus São Roque

Em linhas gerais, acompanhando a estrutura organizacional da Reitoria, o funcionamento do IFSP em nível de Câmpus enquanto autarquia federal é regido por suas normatizações, sobressaindo a Resolução n.º 26/2016 que estabelece as regras de

funcionamento de cada Câmpus e a Resolução n.º 45/2015 que estabelece as regras do Conselho de Câmpus (Concam) (JARDIM, 2018, p. 66).

Ainda de acordo com a autora, sendo cada Câmpus responsável por oferecer educação profissional e tecnológica no nível médio e superior, a Resolução IFSP n.º 26/2016 estabelece os direcionamentos gerais e específicos e regras operacionais das três instâncias em cada Câmpus – a Direção-Geral, e outros dois órgãos, que lhe são subordinados: a Direção Adjunta Administrativa e a Direção Adjunta Educacional (IFSP, Resolução IFSP n.º 26/2016).

1.6.1. Estrutura e organização dos Cursos

Como instituição de ensino, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP cumpre com os objetivos da educação nacional, especialmente em relação à sua especificidade: educação básica e profissional e educação superior. Assim, caracteriza-se pela “oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas”, nos termos da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais.

Nesse sentido, a concepção de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão.

Por outro lado, tendo em vista que é essencial à educação profissional e tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, dentre outras, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais. Em busca de uma formação humana e cidadã, que precede a qualificação para o exercício da laboralidade, e com foco no compromisso de assegurar aos profissionais formados a possibilidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.

Neste sentido o Câmpus São Roque oferece os seguintes cursos:

1.6.1.1. Cursos Técnicos

Na educação profissional técnica de nível médio retoma-se a ideia da formação integrada que supera a separação entre executar e pensar, dirigir ou planejar. Com isso, a formação profissional deve incorporar valores ético-políticos e conteúdos históricos e científicos da práxis humana, integrando a dimensão do trabalho à ciência, à cultura e à pesquisa. Por isso, não se trata de priorizar a “parte técnica/profissionalizante” em detrimento da formação geral, mas de possibilitar o acesso a conhecimentos diversos, promovendo construções intelectuais mais elevadas, junto à reflexão crítica contextualizada.

Logo, o objetivo é a formação plena do educando, com a apropriação de conceitos necessários para intervenção consciente na realidade e compreensão do processo histórico de construção do conhecimento. Só assim é possível contribuir para a formação de sujeitos autônomos, que possam compreender-se no mundo e, dessa forma, atuar nele por meio do trabalho, transformando a natureza e a cultura em função das necessidades coletivas da humanidade.

Os cursos técnicos são organizados e oferecidos, prioritariamente, na forma de cursos *integrados*, podendo ser ofertados em cooperação com estados e municípios. Também podem ser organizados de modo *concomitante e subsequente* ao ensino médio, dentro de áreas de atuação definidas a partir da realidade local do *Câmpus*, conforme as demandas sociais, acompanhando o percentual de vagas estabelecido em lei para os Institutos Federais.

1.6.1.1.1. Técnico Integrado ao Ensino Médio

O curso técnico integrado ao ensino médio é oferecido a quem já concluiu o Ensino Fundamental. O curso garante tanto a formação do Ensino Médio quanto a técnica profissional. Tem duração de 3 anos e a forma de ingresso é por meio de Processo Seletivo. No *Câmpus* São Roque, são oferecidos os cursos: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio e Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio.

1.6.1.1.1.1. Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio

Este curso começou a ser oferecido no *Câmpus* São Roque em 2012, em parceria com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo/SEESP, firmada pelo Acordo de Cooperação nº 002/2011, aprovado pela Resolução nº 564 de 26 de março de 2012. Em 2015, o curso passou

a ser oferecido de forma integral no Câmpus São Roque, no qual os alunos cursam tanto as disciplinas da Base Nacional Comum quanto os componentes curriculares da Parte Técnica.

O Técnico em Administração atua em processos administrativos nas áreas de recursos humanos, de finanças, de compras, de logística, de vendas, de marketing, de produção e de outros serviços relacionados ao funcionamento de uma organização, tendo como principais atribuições a definição de processos mais eficientes para as situações cotidianas, eventualmente envolvendo-se com questões mais complexas de gestão organizacional. Tem como diretrizes, em suas ações, a busca da eficiência, eficácia, efetividade e relevância, amparadas na tolerância, no comportamento empreendedor e na ética. Deve ter facilidade de comunicação verbal e escrita, sendo capaz de gerir e trabalhar em equipe. Por causa da formação integrada, o Técnico em Administração consegue relacionar teoria e prática, praticar a cidadania, atuar em equipe e de forma empreendedora no mundo do trabalho, ou em novos negócios ou projetos, se desejar empreender. É preparado para buscar aprimoramento pessoal e profissional, destacadamente por ter aprendido a aprender.

1.6.1.1.1.2. Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio

Este curso também começou em 2012 com a parceria com a SEESP. A partir de 2015, o curso passou a ser oferecido integralmente pelo Câmpus São Roque.

O Técnico em Alimentos atua no processo de produção, preparo, conservação, comercialização e distribuição de alimentos e matérias primas, suprimentos, equipamentos e insumos utilizados na área alimentícia. Compreende e aplica técnicas e conceitos teóricos e práticos apropriados para as mais diversas circunstâncias relativas à cadeia produtiva de alimentos e bebidas. Auxilia no planejamento, coordenação, e controle de atividades do setor. Realiza sanitização das indústrias de alimentos e bebidas. Controla e corrige desvios dos processos manuais e automatizados. Acompanha a manutenção de equipamentos. Participa do desenvolvimento de novos produtos e processos. Realiza análise sensorial, química, físico-química e microbiológicas. Atua em indústrias de alimentos e bebidas, entrepostos de armazenagem e beneficiamento, laboratórios, instituições de pesquisa consultoria, de fiscalização sanitária e proteção ao consumidor, indústria e comércio de insumos e equipamentos.

1.6.1.1.3. Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio

Da mesma forma que os outros cursos integrados, este também é destinado a jovens que iniciarão o ensino médio. O curso é ofertado integralmente (Base Nacional Comum e Parte Profissionalizante) nas dependências do IFSP Câmpus São Roque.

O curso visa formar profissionais capazes de coletar, armazenar e interpretar informações, dados e documentações ambientais; elaborar relatórios e estudos ambientais; propor medidas para a minimização dos impactos e recuperação de ambientes já degradados; executar sistemas de gestão ambiental; organizar programas de Educação Ambiental com base no monitoramento, correção e prevenção das atividades antrópicas, conservação dos recursos naturais através de análises preventivas; organizar redução, reuso e reciclagem de resíduos e/ou recursos utilizados em processos; identificar os padrões de produção e consumo de energia; realizar levantamentos ambientais; operar sistemas de tratamento de poluentes e resíduos sólidos; relacionar os sistemas econômicos e suas interações com o meio ambiente; realizar e coordenar o sistema de coleta seletiva; executar plano de ação e manejo de recursos naturais; elaborar relatório periódico das atividades e modificações dos aspectos e impactos ambientais de um processo, indicando as consequências de modificações capazes de atender às demandas dos diversos setores da sociedade a partir de uma formação em nível técnico, articulando ensino, pesquisa e extensão (Fonte: PPC do Curso).

1.6.1.2. Cursos de Graduação

No contexto dos cursos de *Licenciatura*, sua oferta visa atender as demandas da sociedade brasileira pela formação de professores de Educação Básica em instituições públicas. Tem-se como objetivo não só a oferta dos cursos de Licenciatura, mas também a qualidade dessa formação de professores como um compromisso político e social. Destaca-se, também, nos cursos de Licenciatura, a importância do uso da pedagogia de projetos e da integração entre teoria e prática, num movimento de práxis em que a avaliação permanente seja o requisito para a excelência. Neste sentido, é necessário articular os cursos de Licenciaturas de forma que em sua organização acadêmica tanto os conteúdos disciplinares como a formação específica para o exercício da docência na educação básica sejam valorizados.

Já os cursos superiores de *Tecnologia* têm como objetivo garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias. Apoiado na Resolução CNE/CP nº 03, de 18/12/2002, orienta-se que a organização curricular dos cursos superiores de tecnologia

deverá contemplar o desenvolvimento de competências profissionais, em consonância com o perfil profissional de conclusão do curso, o qual define sua identidade e caracteriza o compromisso ético da instituição com os seus alunos e a sociedade. Para isso, a organização curricular compreenderá as competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional do graduado em tecnologia.

Por fim, os cursos de *Bacharelado* se relacionam com a formação profissional e foram historicamente organizados segundo o avanço da ciência e sua implicação com o desenvolvimento do conhecimento, da pesquisa e da tecnologia.

1.6.1.2.1. Licenciatura em Ciências Biológicas (LCB)

Desde 2010, o Câmpus São Roque oferece o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, com duração de 8 semestres (4 anos). Foi reconhecido pelo MEC em 2014, obtendo nota máxima (5,0) no Conceito de Curso (CC). Na edição de 2017 do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) a nota do curso foi igual a 4,0. O Conceito Preliminar de Curso em 2017 foi igual a 4,0.

O licenciado em Ciências Biológicas, formado pelo IFSP - Câmpus São Roque, estará apto a atuar profissionalmente como docente no Ensino Básico, especificamente no Ensino Fundamental II e Ensino Médio, desempenhando as seguintes funções: docência em ensino de Ciências, docência em ensino de Biologia, elaboração e condução de atividades de divulgação das Ciências e da Biologia e execução e orientação na área de Ciências Biológicas. Este profissional será capaz de compreender e atuar sobre o processo de ensino-aprendizagem na escola e nas suas relações com o contexto no qual se inserem as instituições de ensino; priorizar o desenvolvimento de competências e habilidades; adotar a prática como componente curricular; adotar estratégias de ensino diversificadas que explorem menos memorização e privilegiem o raciocínio; adotar estratégias de avaliação diversificadas atendendo a múltiplas formas de expressão do conhecimento; ter consciência dos aspectos emocionais e afetivos que envolvem o ensino e a aprendizagem; promover o desenvolvimento de competências cognitivas que viabilizem a relação aluno- professor, aluno-aluno, e professor-professor; considerar, na formação dos alunos da educação básica, suas características socioculturais; tratar a pluralidade de formas de conhecimento cotidiano trazidas por saberes e habilidades dos alunos com respeito; propiciar aprendizagens significativas ancoradas em saberes, conhecimentos e habilidades anteriores dos estudantes; promover o ensino das Ciências com estímulo à

autonomia intelectual do aluno, valorizando a expressão de suas ideias, de seus saberes não científicos, tratando-os como ponto de partida para o entendimento dos saberes científicos; resolver problemas concretos da prática docente e da dinâmica escolar, zelando pela aprendizagem dos alunos; fazer uma leitura orgânica e contextual do conhecimento científico, procurando estabelecer um diálogo permanente com as outras áreas do conhecimento buscando a interdisciplinaridade; tratar os conteúdos de ensino de modo contextualizado, estabelecendo relações entre diferentes conteúdos dentro das Ciências, entre os conhecimentos físicos, químicos e biológicos e outras formas de conhecimentos científicos e saberes cotidianos, e entre a ciência e a sociedade, as tecnologias, a história e a filosofia; propor parcerias que viabilizem a relação escola- sociedade; conhecer e dominar os conteúdos básicos relacionados às Ciências e à Biologia, que são objeto de sua atividade docente, adequando-os às necessidades dos alunos; dominar os conhecimentos das Ciências e da Biologia, tendo tanto a visão global em suas grandes áreas, como o aprofundamento necessário ao ensino das especificidades das mesmas, estando bem alicerçado sobre sua estrutura, com bases matemáticas, éticas e pedagógicas, sólidas e complexas; valorizar o aspecto experimental da Ciência; ter consciência do processo de transformação do conhecimento humano e atualizar constantemente seus estudos para acompanhar as transformações do conhecimento humano, seja do campo educacional geral e específico, seja de campo de conhecimento científico-tecnológico, bem como da vida humana em geral; manter atualizado seus conhecimentos sobre legislação e a atuação profissional; atuar de forma integrada em programas envolvendo equipes multidisciplinares; ser crítico, criativo, participativo e, ético no desempenho de suas atividades e sistematizar e socializar a reflexão sobre a prática docente.

1.6.1.2.2. Tecnologia em Gestão Ambiental (TGA)

Desde 2012, o Câmpus São Roque oferece o curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, com duração de 5 semestres (2,5 anos), o qual foi reconhecido pelo MEC em 2014, obtendo nota 4 no Conceito de Curso (CC). Na edição de 2016 do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) a nota do curso foi igual a 3. O Conceito Preliminar de Curso em 2017 foi igual a 3. O acesso é pelo SISU.

No Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental espera-se que o egresso seja um cidadão com formação ética, visão crítica e com forte consciência ambiental, desenvolvida na formação humanista e capacitado tecnicamente para o desempenho de sua atividade

profissional nas atividades organizacionais correlatas ao curso, em empresas privadas, nas áreas governamentais e nas atividades do Terceiro Setor focadas na questão ambiental.

O profissional deve estar apto para atuar na Gestão Ambiental que inclui planejamento, organização, liderança, execução, controle e correção. No mercado de trabalho, consultoria e auditoria ambiental, coordenar equipes multidisciplinares, com o objetivo de avaliar, prever, recuperar e minimizar impactos e riscos causados ao ambiente. Além disso, conforme consta no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, o Tecnólogo em Gestão Ambiental, entre outras atribuições, analisa o impacto ambiental, elabora laudos e pareceres, acompanha e monitora a qualidade ambiental. Pode, ainda, elaborar e implantar políticas e programas de educação ambiental, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a preservação da natureza.

O Tecnólogo em Gestão Ambiental deve possuir autonomia intelectual, capacitação para pesquisa, inovação e domínio tecnológico para as atividades específicas da gestão ambiental, alicerçado na interdisciplinaridade para o desenvolvimento do saber, abrangendo, assim, conhecimentos, habilidades, atitudes e valores relacionados com a formação geral do ser humano e, de forma específica, com os assuntos mais diretamente relacionados com a questão ambiental. O curso é reconhecido pelo Conselho Regional de Administração (CRA) conforme D.O.U. N°217 de 13/11/09, Seção 1 – Páginas 183 e 184.

1.6.1.2.3. Tecnologia em Viticultura e Enologia (TVE)

Desde 2013, o Câmpus São Roque oferece o curso superior de Tecnologia em Viticultura e Enologia, com duração de 6 semestres (3 anos). Foi reconhecido pelo MEC em 2015, obtendo nota 4,0 no Conceito de Curso (CC). O acesso é pelo SISU.

A área de formação profissional do Tecnólogo em Viticultura e Enologia compreende tecnologias relacionadas ao beneficiamento e industrialização de alimentos e bebidas. Inclui-se também, dentre as habilidades e competências desenvolvidas a aplicação metodológica das normas de segurança e qualidade dos processos físicos, químicos e biológicos presentes na elaboração ou industrialização dos derivados da uva e do vinho, atividades de aquisição e otimização de máquinas e implementos, controle de insumos e produtos, controle fitossanitário, distribuição, difusão e comercialização de tecnologias, produtos e serviços, desenvolvimento permanente de soluções tecnológicas, processos e produtos de origem vegetal. Prestar assistência técnica e exercer atividades de extensão, pesquisa, experimentação e ensino vitivinícola. Realização de análise sensorial, orientação do controle de qualidade, supervisão

dos processos de produção e conservação de produtos da uva, emprego de medidas de preservação ambiental, e a promoção da cultura do vinho, dos espumantes e conhaques também são atribuições desse profissional. O Tecnólogo em Viticultura e Enologia atua em diversas áreas do setor vitivinícola. Tem a responsabilidade de planejar, implantar, gerenciar e avaliar todas as etapas da cadeia produtiva dos derivados da uva e do vinho. Atua na escolha das cepas de uva, plantio, colheita, processamento, fermentação, envase, armazenagem, comercialização e até atividades de *sommelier*. A análise sensorial, o controle de qualidade, a supervisão dos processos de produção e conservação; as atividades de controle ambiental, a cultura do vinho, dos espumantes e conhaques são também atribuições deste profissional. Prestar assistência técnica, exercer atividades de extensão, pesquisa, experimentação e ensino vitivinícola. São atribuições exclusivas do profissional Tecnólogo em Viticultura e Enologia o exercício de responsabilidade técnica pela empresa vinícola, seus produtos e pelos laboratórios de análise enológica; assim como, executar perícias exigidas em processos judiciais a título de prova e contraprova.

1.6.1.2.4. Bacharelado em Administração (BAD)

O Bacharelado em Administração é oferecido no *Câmpus* São Roque desde 2014, com duração oito semestres e a forma de ingresso é por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU/MEC). Foi avaliado pelo MEC em 2016 e obteve nota igual a 4,0. Em 2018, os estudantes participaram do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), obtendo a nota máxima (Conceito 5,0).

Atendendo o artigo 3º da Resolução CNE/CES nº 4, de 13/07/2005, o perfil do egresso contempla a “capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento, revelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do administrador”.

O egresso desse curso tem competência para, de acordo com o artigo 2º da Lei nº 4.769, de 09 de setembro de 1.965, emitir pareceres, relatórios, planos, projetos e laudos, prestar assessorias, ocupar cargos de chefia intermediária ou direção superior; realizar pesquisas, estudos, análises, interpretações, planejamento, execução, coordenação e controle dos trabalhos nas diversas áreas da Administração. É um profissional que contribui para a perenidade e

sustentabilidade das organizações com criatividade e atitude empreendedora para intervir como agente de mudança em diferentes realidades sociais e ambientais.

1.6.1.3. Curso de Pós Graduação em Ciências

O Curso de Especialização em Metodologia do Ensino das Ciências da Natureza (*Lato Sensu*) tem o objetivo de oferecer aos professores de ciências da natureza dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, por meio de capacitação em nível de especialização Lato Sensu, aperfeiçoamento voltado ao ensino de ciências da natureza no que se refere a práticas metodológicas, conhecimento tecnológico e pesquisa.

Ao concluir o curso, o profissional deverá ser capaz de refletir sobre as constantes investigações na sua área de atuação com reflexões a respeito de práticas pedagógicas; investigar e aplicar metodologias de ensino já consolidadas no meio acadêmico; propor, desenvolver e testar novas metodologias de ensino; utilizar adequadamente as tecnologias educacionais como, *notebooks, tablets, smartphones, softwares*, vídeos, internet, televisão, máquinas digitais, projetores multimídias, entre outros.

1.7. Políticas e Ações

O Câmpus São Roque realiza diversas ações em diferentes áreas, conforme as Políticas institucionalmente estabelecidas. A missão do IFSP Câmpus São Roque é tornar-se uma Instituição de referência e prestígio na integração entre educação, ciência e tecnologia na busca de uma sociedade sustentável, oferecendo educação pública de qualidade para formar cidadãos críticos, empreendedores, com aptidão profissional.

As ações desenvolvidas possuem como objetivo comum o aperfeiçoamento do processo de ensino e aprendizagem, contribuindo para a consolidação da missão institucional do IFSP no que se refere a oferta da formação educacional de qualidade, compromissada com a prática cidadã. Nessa perspectiva, são desenvolvidas as ações descritas a seguir.

1.7.1. Coordenadoria Sociopedagógica

Por meio da Resolução IFSP nº 138 de 04/11/2014, foi aprovado o Regulamento da Coordenadoria Sociopedagógica. Essa consiste em uma equipe multiprofissional, articulada e de ação interdisciplinar, composta por Assistente Social, Pedagogas, Psicóloga e Técnicos em Assuntos Educacionais, e tem por objetivo assessorar o pleno desenvolvimento do processo educativo, orientando, acompanhando, intervindo e propondo ações que visem promover a

qualidade do processo de ensino e aprendizagem e a permanência e conclusão com êxito dos estudantes no IFSP.

Nessa perspectiva, a atuação da referida coordenadoria no Câmpus São Roque têm compreendido, entre outras ações, a participação dos profissionais nas reuniões de curso, o fornecimento de orientação educacional a docentes, discentes, pais de alunos, o levantamento dos perfis das turmas ingressantes e os motivos de retenção e evasão de alunos, no intuito de subsidiar as ações das coordenações, gerência educacional e direção. A Coordenadoria Sociopedagógica administra os Programas de Auxílio Estudantil e Bolsa de Ensino, contribuindo ainda com o NAPNE e com a Formação Continuada dos docentes no Câmpus.

1.7.1.1.1. Programa de Auxílio Permanência

Esse programa é voltado aos estudantes em vulnerabilidade social. O principal objetivo do programa é apoiar a permanência dos estudantes na instituição, por meio de auxílios financeiros mensais, entre eles: alimentação, moradia, creche (apoio aos estudantes pais e mães), transporte, apoio didático-pedagógico e saúde. Os referidos auxílios têm as seguintes finalidades:

- Alimentação: viabilizar auxílio alimentação ao estudante, garantindo-lhe ao menos uma refeição ao dia.
- Moradia: disponibilizar auxílio financeiro para pagamento exclusivo de aluguel aos estudantes cuja família não reside no município do Câmpus do IFSP.
- Transporte: viabilizar auxílio financeiro para custeio do deslocamento do estudante até o Câmpus.
- Creche: disponibilizar auxílio financeiro aos estudantes pais e mães de crianças até 11 anos, 11 meses e 29 dias;
- Saúde: atender aos estudantes que apresentem problemas que comprometam o seu desenvolvimento acadêmico, sendo prioritário as situações em que houve dificuldade de acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS);
- Apoio Didático Pedagógico: disponibilizar auxílio financeiro aos estudantes, com vistas a compra de materiais didáticos relacionados às disciplinas do curso ou a projetos que realizam.

Atualmente, no IFSP - Câmpus São Roque, são ofertados apenas os auxílios: alimentação, transporte e moradia, com base em disponibilidade orçamentária. Os mesmos são ofertados por meio de publicação de Edital anual e o número de contemplados depende do

orçamento e demanda. Com relação aos principais impactos ressalta-se a importância para a permanência e êxito da formação estudantil.

1.7.1.1.2. Programa de Ações Universais

As ações do Programa de Ações Universais são desenvolvidas por meio de elaboração de projetos voltados para a área de cultura, esporte, inclusão digital e apoio às necessidades educacionais específicas dos estudantes, bem como apoio Didático pedagógico no caso de disponibilidade orçamentária. Este programa conta com a participação de estudantes, professores e técnicos-administrativos. Assim, é destinado a toda a comunidade discente do IFSP, independente de situação socioeconômica e suas ações são voltadas à formação integral do estudante e ao aprimoramento de valores de cidadania, participação, coletividade e inclusão social. Cada área apresenta os seguintes objetivos:

- **Esporte:** compreende o desenvolvimento de atividades voltadas à prática do esporte, a vivência de lazer pela atividade esportiva e integração do estudante com seus companheiros e comunidade. Pode envolver a participação em campeonatos, palestras esportivas, eventos comunitários, competições grupais ou individuais e oficinas;
- **Cultura:** busca incentivar, promover à prática, difusão e acesso democrático à produção artística e cultural por meio de projetos institucionais. As atividades artísticas e culturais desenvolvidas por estudantes poderão ser socializadas com a comunidade acadêmica do IFSP em eventos no Câmpus e com a comunidade externa. Esta modalidade também compreende o desenvolvimento de atividades voltadas à integração do estudante à instituição e à cidade em que vive, bem como a conhecimento da região; contempla visitas a museus, zoológicos, cinema, apresentações, exposições e atividades extraclasse;
- **Inclusão Digital:** compreende o envolvimento em atividades que oportunizem a socialização e aprofundamento do conhecimento digital aos estudantes;
- **Suporte às Necessidades Educacionais Específicas:** busca incentivar, promover projetos/ações que auxiliem ao processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais específicas, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superlotação;

- Apoio Didático Pedagógico: busca auxiliar a participação de estudantes em congressos, feiras e eventos relacionados aos cursos em que os estudantes estejam matriculados. Esta ação será custeada no caso de disponibilidade orçamentária.

Atualmente, no IFSP- Câmpus São Roque, desenvolvem-se as ações voltadas às áreas de Cultura, Esporte e Apoio Didático Pedagógico. Tais ações vêm sendo desenvolvidas por meio de elaboração de projetos, de acordo com as Resoluções Nº 041 e Nº 042/2015 que, respectivamente, aprova a Política e normatiza os auxílios da Política de Assistência Estudantil (PAE). Para a concessão dos auxílios é publicado Edital, e, por sua vez, a Comissão do Programa analisa as propostas de projetos, a viabilidade da ação no Câmpus, bem como acompanha a execução dos mesmos.

1.7.2. NAPNE – Ações Inclusivas

O Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) tem o propósito de implementar ações inclusivas, contribuindo para a reflexão sobre a prática da inclusão, a aceitação da diversidade, com o objetivo de romper as barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais. Os NAPNEs também acompanham o desenvolvimento acadêmico dos estudantes com necessidades educacionais específicas procurando realizar intervenções efetivas durante os seus percursos acadêmicos.

O público-alvo das ações inclusivas promovidas pelo NAPNE são os estudantes com necessidades educacionais específicas que se originam em função de deficiência, transtorno do espectro autista e de altas habilidades/superdotação.

O NAPNE busca, entre outras finalidades, integrar os diversos segmentos que compõem a comunidade, propiciando sentimento de corresponsabilidade na construção da ação educativa de inclusão na Instituição e garantindo a prática democrática e a inclusão como diretriz do Câmpus.

Apesar de o NAPNE desenvolver ações no Câmpus São Roque desde o ano de 2010, apenas em 04 de novembro de 2014 foi publicada a Resolução 137 que regulamenta as atribuições do núcleo. A partir dessa publicação, buscou-se a formalização do núcleo no Câmpus que conta com a participação de servidores docentes e servidores técnico administrativos (pertencentes a Coordenadoria Sociopedagógica). O núcleo realiza reuniões periódicas com a finalidade de discutir as demandas de inclusão do Câmpus e encaminhar ações propositivas.

1.7.3. Formação Continuada

A Formação Continuada de Professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), constitui-se em um conjunto de atividades e ações voltadas para o processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional dos docentes. Tendo início no ano de 2014, a Formação Continuada *in loco* busca a valorização do profissional, assim como a constante reflexão sobre a prática docente, concebendo o Câmpus como local privilegiado de construção e produção de conhecimento, onde é necessário estabelecer discussões contextualizadas sobre o fazer pedagógico.

As ações de formação continuada ocorrem no mínimo uma vez ao mês, e têm sido desenvolvidas nas reuniões de curso com os docentes e nas reuniões de planejamento, conforme demanda identificada pela própria comissão, em consulta aos docentes. O papel da Coordenadoria Sociopedagógica nessa formação acontece de forma direta, com a participação de um membro na comissão e de forma indireta na orientação e assessoramento nas discussões das demandas e as metodologias de ensino e aprendizagem voltadas a uma educação geral e inclusiva.

1.7.4. Políticas e Ações de Extensão

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (Art. 3º - Resolução CNE/ES 7/2018). Neste contexto, a Extensão configura-se como um espaço de produção de conhecimentos baseada na troca de saberes e experiências entre a Escola e a Sociedade. Complementarmente, a Extensão compreende todas as ações culturais, artísticas, desportivas, científicas e tecnológicas que envolvem a comunidade externa e não fazem parte das atividades regulares de Ensino e Pesquisa. Tais ações devem estar baseadas na análise das necessidades e interesses da comunidade em que cada Câmpus se encontra inserido e articuladas com a vocação e a qualificação acadêmicas dos docentes, técnicos administrativos e discentes envolvidos.

Estruturaram a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

(i) a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas

presentes no contexto social; (ii) a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular; (iii) a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais; (iv) a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico (Art. 5º - Resolução CNE/CES 7/2018).

São ações de extensão: (i) Programa; (ii) Projeto; (iii) Curso de extensão; (iv) Eventos; e (v) Prestação de Serviços (PORTARIA IFSP Nº 2.968, DE 24 DE AGOSTO DE 2015):

(i) Programa: é o conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos e prestação de serviços), com caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio ou longo prazo, integrando ações de extensão, pesquisa e ensino.

(ii) Projeto é o conjunto de atividades interdisciplinares de caráter educativo, tecnológico, artístico, científico, social e cultural, desenvolvido e aplicado na interação com a comunidade interna e externa, com objetivos específicos e prazos determinados, visando à interação transformadora entre a comunidade acadêmica e a sociedade, tratando-se de ação processual e contínua.

(iii) Curso de extensão é a ação pedagógica de caráter teórico e prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático para atender às necessidades da sociedade, visando o desenvolvimento, a atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos. Os cursos de extensão são classificados em (a) Curso Livre de Extensão - cursos com carga mínima de 8 horas e máxima de 40 horas; e (b) Curso de Formação Inicial e Continuada - FIC ou Curso de Qualificação Profissional.

(iv) Evento é a ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou direcionada, com envolvimento da comunidade externa, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pelo IFSP. Serão considerados eventos: (a) Ciclo de debates: encontros sequenciais que visam à discussão de um tema específico, compreendendo os ciclos, circuitos e semanas; (b) Congresso: evento científico periódico, que abrange áreas científicas e/ou profissionais, que se caracteriza

pela apresentação e defesa de projetos e ações desenvolvidas; (c) Encontro: evento acadêmico ou científico periódico, que se caracteriza pela reunião de pessoas de uma mesma categoria profissional para debater temas, apresentados por representantes dos grupos participantes; (d) Evento esportivo: atividade desportiva com caráter competitivo ou não, compreendendo campeonato, torneio, olimpíada, apresentação esportiva, etc.; (e) Espetáculo: demonstração pública de eventos cênicos ou musicais, compreendendo o recital, concerto, show, apresentação teatral, exibição de cinema e televisão, demonstração pública de canto, dança, interpretação musical etc.; (f) Exposição: exibição pública de obras de arte, produtos, serviços e afins, compreendendo feiras, salões, mostras e lançamentos; (g) Festival: série de ações ou eventos culturais ou esportivos realizados concomitantemente por um período determinado de tempo, geralmente com edições periódicas; (h) Minicurso ou Oficinas: eventos de capacitação e treinamento com duração inferior a oito horas; (i) Palestra ou Conferência: caracteriza-se pela apresentação de um tema predeterminado a um grupo pequeno, que já possui informações sobre o assunto; (j) Seminário evento científico de âmbito restrito, tanto em termos de duração (1 ou 2 dias), quanto ao número de participantes, cobrindo campos de conhecimento mais especializados - incluem-se nessa classificação: encontro, simpósio, jornada, colóquio, fórum e reunião; (k) Visita Técnica: atividade pedagógica supervisionada realizada em ambiente externo à instituição constituindo um mecanismo de integração entre a escola e a sociedade – são consideradas visitas técnicas a participação em feiras, congressos, seminários e eventos similares, além de visitas às instituições ou organizações externas, empresas ou institutos de pesquisa, de serviços ou produção; e (l) Outros: mostra, conferência, semana, workshop etc. conforme caracterização do Guia de Eventos, Cerimonial e Protocolo da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

(v) Prestação de Serviços é a ação que implica na prestação de serviços à comunidade em nome do IFSP, a partir da capacitação técnico-científica do Instituto, que envolva a realização de assessorias e consultorias, emissão de laudos técnicos, análises laboratoriais, palestras e outras, vinculadas às áreas de atuação da instituição, que dão respostas às necessidades específicas da

sociedade e do mundo do trabalho, priorizando iniciativas de diminuição das desigualdades sociais.

As atividades de extensão constituem aportes decisivos para a formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam, de algum modo, a reflexão sobre assuntos em voga. Esses resultados permitem o enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que abrem espaços para a reafirmação e a materialização dos compromissos éticos e solidários no que diz respeito às instituições de ensino públicas. Neste contexto, o Câmpus São Roque tem regulamentado o desenvolvimento de Ações Extensionistas a partir da realização de editais internos, no intuito de fomentar a realização de atividades interdisciplinares de caráter educativo, tecnológico, artístico, científico, social e cultural, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a comunidade interna e externa, visando à interação transformadora entre a comunidade acadêmica e a sociedade.

Nessa perspectiva, a implementação de projetos de extensão tem sido significativamente buscada por servidores do Câmpus, o que reflete uma positividade e aceitação por parte da comunidade em relação a ações de natureza extensionista.

1.7.5. Programas e Ações de Pesquisa

As ações de Pesquisa, voltadas à produção e à divulgação de conhecimentos e saberes científicos e tecnológicos, visam o desenvolvimento por meio da investigação de fatos a fim de prover melhorias da condição da vida coletiva. É, portanto, uma atividade intelectual relacionada diretamente com a aprendizagem e com o estímulo à criticidade e à criatividade de todos os sujeitos envolvidos (alunos de diferentes níveis, servidores e comunidade), promovendo, como consequência, o avanço da social.

Estas ações estão compassadas com o Inciso VIII do Art. 6º da Lei No 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui ao IFSP, dentre suas finalidades, a realização e o estímulo à pesquisa aplicada, à produção cultural, ao empreendedorismo, ao cooperativismo e ao desenvolvimento científico e tecnológico, tendo como princípios norteadores: (i) sintonia com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI; (ii) o desenvolvimento de projetos de pesquisa que reúna, preferencialmente, professores e alunos de diferentes níveis de formação e em parceria com instituições públicas ou privadas que tenham interface de aplicação com interesse social; (iii) o atendimento às demandas da sociedade, do mundo do trabalho e da produção, com

impactos nos arranjos produtivos locais; e (iv) comprometimento com a inovação tecnológica e a transferência de tecnologia para a sociedade.

Dessa forma, a Coordenação de Pesquisa e Inovação do IFSP - Câmpus São Roque (CPI/SRQ) tem como objetivos planejar e acompanhar as atividades relacionadas com a pesquisa, buscando seu fortalecimento em todos os níveis de ensino do IFSP.

Os trabalhos de Iniciação Científica têm como objetivos:

- Despertar a vocação científica e tecnológica dos alunos de ensino médio e graduação;
- Estimular e desenvolver o pensamento científico, a capacidade criativa, o espírito crítico e a procura de novas respostas e soluções inovadoras;
- Conscientizar estudantes das questões sociais e éticas inerentes à pesquisa científica e tecnológica.

O IFSP participa de programas do CNPq, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), utilizando parcela dos recursos por meio de sistemas de cotas. A difusão dos resultados das pesquisas desenvolvidas no Câmpus São Roque compõe artigos completos em periódicos especializados, resumos expandidos e relatos de experiências em anais de eventos nacionais e internacionais, workshops e feiras científicas. Artigos e relatos de experiência de docentes e estudantes do IFSP Câmpus São Roque podem ser consultados, entre outros canais, na Revista Eletrônica Scientia Vitae, periódico trimestral do IFSP Câmpus São Roque.

A CPI/SRQ é ligada diretamente à Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PRP-IFSP). No Câmpus, a CPI tem como objetivo principal fomentar as atividades de pesquisa e inovação por meio de programas de bolsas de iniciação científica, jornadas de produção científica e tecnológica, ciclos de palestras técnicas, projetos de pesquisa institucionais, divulgação de artigos em revistas científicas, etc. Neste sentido, o Câmpus desenvolve as atividades de pesquisa e inovação vinculadas aos seguintes programas e ações:

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIFSP) do IFSP, que oferece ao estudante de nível médio ou graduação a oportunidade de desenvolver atividades de pesquisa e/ou inovação em nível de iniciação científica com bolsa paga com recursos institucionais. O bolsista é vinculado a um servidor orientador com grau de Mestre ou Doutor, que

acompanha suas atividades e analisa seus relatórios. Neste programa, como parte da formação do aluno, é requisitado que ele apresente trabalho em um evento científico ou tecnológico reconhecido pela Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação. No final, são certificados o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa. No Câmpus São Roque, o programa de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica tem tido relevante procura por parte dos discentes.

- Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica e/ou Tecnológica (PIVICT) do IFSP, que oferece ao estudante de nível médio ou graduação a oportunidade de desenvolver atividades de pesquisa e/ou inovação em nível de iniciação científica sem ou com bolsa paga com recursos por meio de fundação de apoio ou por órgãos de fomento obtidas diretamente pelos pesquisadores. Da mesma forma, o bolsista é vinculado a um servidor orientador com grau de Mestre ou Doutor, que acompanha suas atividades e analisa seus relatórios. No final, que recebam certificado o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.
- Programa de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC) e Programa de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico (PIBITI) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que, por meio de cotas institucionais, oferece bolsas a alunos de graduação e ensino médio para desenvolvimento de projetos de iniciação científica e iniciação sob a orientação de servidor com grau de Doutor ao longo de 12 (doze) meses. Como parte da formação do aluno, é requisitado que ele apresente trabalho em um evento científico ou tecnológico reconhecido pela Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação. No final, são certificados o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.
- Programa Institucional de Auxílio à Participação Discente em Eventos (PIPDE) do IFSP, que concede auxílio financeiro com recursos institucionais a alunos para participação e apresentação de trabalhos em eventos científicos ou tecnológicos nacionais ou internacionais. Tendo por objetivo aumentar e divulgar a produção científica e tecnológica do IFSP, possibilitar a troca de experiências entre discentes, profissionais, docentes e pesquisadores de outras instituições, contribuindo para uma formação mais qualificada e de melhor desempenho.
- Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos (PIPECT) para Servidores do IFSP, que viabiliza a participação dos servidores do quadro permanente em eventos científicos e tecnológicos, de âmbito nacional ou internacional, para apresentação/divulgação de produção acadêmica desenvolvida no IFSP. Objetivando, incentivar a publicação de produção acadêmica desenvolvida no âmbito do IFSP em periódicos e anais de eventos, além de possibilitar a troca de experiências entre pesquisadores do IFSP e de outras instituições, bem como contribuir para o incremento da quantidade e qualidade das pesquisas científicas e o desenvolvimento tecnológico e inovação no IFSP.

- Congresso de Inovação, Ciência e Tecnologia do IFSP (CONICT), de periodicidade anual, é um evento científico e tecnológico de natureza multidisciplinar que integra as principais áreas de conhecimento, contando com a participação da comunidade interna do IFSP e da comunidade externa, promovendo a difusão da produção científica e tecnológica por meio de apresentações orais e/ou pôsteres de trabalhos, cujos respectivos resumos expandidos são publicados em seus Anais. O evento é aberto à participação de estudantes do ensino médio e do ensino superior que desenvolvam pesquisa no IFSP ou em outras instituições de ensino ou pesquisa do país. Além disso, o evento tem como objetivo divulgar à comunidade os resultados das pesquisas desenvolvidas, aproximando os pesquisadores dos setores produtivos. Esse evento vem apresentando, ao longo de suas edições, um crescimento acentuado do número de participantes e, conseqüentemente, do número de trabalhos apresentados. Ao longo de suas edições, o Conict soma mais de 1.700 trabalhos apresentados nas modalidades oral ou pôster, além de diversas palestras e minicursos ministrados. Deve-se destacar o papel da Coordenação de Pesquisa e Inovação do IFSP - Câmpus São Roque, em substanciar o apoio na organização, divulgação e participação de estudantes e professores nestes eventos, realizados todos os anos em diferentes campi do Instituto Federal de São Paulo.
- Jornadas de Produção Científica e Tecnológica (JPCT) e Ciclos de Palestras Tecnológicas (CIPATEC), são eventos institucionais que acompanham a história do Câmpus, onde são realizadas palestras, apresentação de trabalhos científicos, publicação de anais eletrônico, oficinas formativas, minicursos, mesas redondas, intervenções artístico-culturais. A Jornada de Produção Científica e Tecnológica (JPCT) e o Ciclo de Palestras Tecnológicas (CIPATEC) compõem um evento científico e tecnológico de natureza multidisciplinar que congrega as áreas de Ciências Agrárias, Ciências Ambientais, Educação e Gestão. Para isso, conta com a participação da comunidade interna e externa por meio de apresentação modalidade pôster e oral de trabalhos. Aberta aos estudantes (dos ensinos médio e superior) e aos docentes de diversas instituições de ensino do país, o evento tem como objetivo divulgar à comunidade os resultados de estudos científicos, aproximando os pesquisadores entre si e dos setores produtivos.
- Realizados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Câmpus São Roque, os eventos são organizados por comissão local coordenada pela Coordenação de Pesquisa e Inovação, cuja participação de docentes, técnico administrativos e estudantes, somam-se para que anualmente seja possível dar qualidade e substanciar as ações com palestras, minicursos, oficinas, apresentações de trabalhos e intervenções culturais. Os eventos decorrem da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, com diversas ações institucionais e governamentais em todo o território brasileiro.

- Grupos de Pesquisa no DGP-CNPq, trata-se de importante função da Coordenação de Pesquisa e Inovação do IFSP - Câmpus São Roque, o incentivo da articulação dos pesquisadores em grupos e redes, como o Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Neste importante ambiente institucional inserem-se no ano de 2019 o total de 8 grupos coordenados por docentes do Câmpus São Roque, cadastrados e certificados pela instituição: Educação Profissionalizante, Gestão Ambiental em Suinocultura, Ensino de Ciências e Biologia, Flora Fungal, Criptogâmica e Fanerogâmica da R. São Roque, Segurança e Tecnologia de Alimentos, Controle Populacional de Animais Silvestres e Domésticos, Diálogos Didáticos de Línguas e Literatura, Estudos Integrados em Administração de Recursos Humanos. Estes grupos são responsáveis por grande das publicações em periódicos e congressos nacionais e internacionais, bem como de reuniões, colóquios, palestras e difusão de pesquisas, tecnologias e inovações desenvolvidas no âmbito institucional.

1.7.6. Bolsa Discente

Além das bolsas vinculadas à Pró-reitoria de Pesquisa e de Extensão, que fazem parte do programa de Bolsa Discente, instituído pela Resolução IFSP nº 568, de 5 de abril de 2012, há, também, a Bolsa de Ensino, vinculada à Pró-reitoria de Ensino, estão vinculadas a Projetos de Ensino com chamamento via Editais públicos. .

A Bolsa de Ensino oferece ao estudante a oportunidade de desenvolver atividades educacionais compatíveis com seu grau de conhecimento e aprendizagem, e de interagir com os professores por meio de ações pedagógicas relacionadas às disciplinas dos cursos, apoiando aos demais estudantes do IFSP.

O Programa de Bolsas de Ensino visa apoiar a participação dos discentes em atividades acadêmicas de ensino e projetos de estudos que contribuam para a formação integrada e para o aprimoramento acadêmico e profissional do aluno na sua área formação.

1.7.7. Órgãos Colegiados

Colegiado de Curso: o colegiado de curso é um órgão consultivo e deliberativo de cada curso superior do IFSP. Composto pelo coordenador do curso, docentes, discentes e técnico-administrativo, tem entre suas competências conduzir e aprovar os trabalhos de reestruturação do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), pela coordenação didática dos componentes curriculares do PPC, fornece pareceres específicos, avaliar as propostas de projetos e convênios e coordenar entre outras atribuições.

Conselho de Classe: os Conselhos de Classe do IFSP ocorrem nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e são organizados como instâncias consultivas (Conselho de Classe

Pedagógico) e deliberativas (Conselho de Classe Deliberativo) e contam com a participação dos docentes da respectiva turma, do Coordenador de Curso e do Pedagogo da Coordenadoria Sociopedagógica.

Conselho de Classe consultivo: também denominado Conselho de Classe Pedagógico, é presidido pelo Pedagogo da Coordenadoria Sociopedagógica ou, em sua ausência, pelo Coordenador de Curso. Ocorre com periodicidade bimestral, é dividido em três partes: na primeira, os docentes farão uma análise da turma identificando progressos, detectando dificuldades da turma no processo de ensino e aprendizagem; na segunda, a Coordenadoria Sociopedagógica apresentará dados de evasão e outros que auxiliem a compreensão do panorama traçado na primeira parte e também proporá alternativas didático-pedagógicas a serem adotadas visando sanar as dificuldades encontradas; na terceira, os membros, se necessário, farão as considerações finais e possíveis encaminhamentos.

Conselho de Classe Deliberativo: são realizados ao final do período letivo e divididos em três partes: na primeira, o Representante da Coordenadoria Sociopedagógica fará uma análise da ficha individual de avaliação do estudante na série; na segunda, o Conselho de Classe deve elaborar o parecer sobre a situação final do estudante na série; na terceira, após a conclusão do Conselho de Classe, a Coordenadoria Sociopedagógica encaminhará lista à Coordenadoria de Registros Escolares, contendo a relação nominal dos estudantes submetidos ao conselho, devidamente assinada pelos professores e Coordenador de Curso.

Conselho de Câmpus (CONCAM): É função do Concam aprovar as diretrizes, propostas e metas de atuação do Câmpus e estar atento à adequada execução das políticas educacionais locais; analisar, debater e aprovar as questões relativas aos investimentos orçamentários, relatórios de gestão e propostas de gastos; analisar e aprovar o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), além das regras, normas e regulamentos, bem como os projetos pedagógicos de cursos e suas alterações. São membros do Concam: o diretor do Câmpus, que é seu presidente, representantes dos docentes, técnicos administrativos, discentes, membros da comunidade externa, egressos e membros do poder público local (municipal ou estadual).

As decisões deste Conselho têm impacto direto na vida acadêmica e administrativa do Câmpus. O Conselho de Câmpus, cujo Regimento foi aprovado pela Resolução n.º 45 de 15 de junho de 2015, é constituído por representantes de diversos segmentos e atua para acompanhar e referendar as atitudes do Diretor do Câmpus. Ao Conselho cabe, entre outros, debater e aprovar assuntos importantes como os Calendários Escolares, Propostas Orçamentárias,

Normas e Regulamentos Internos, Projetos Pedagógicos dos Cursos, Projeto Político-Pedagógico do Câmpus e o Projeto de Desenvolvimento Institucional do Câmpus (IFSP, Resolução n.º 45, 2015). As informações sobre o CONCAM estão disponíveis no site do câmpus (<http://srq.ifsp.edu.br/index.php/conselho-de-campus/atas-de-reunioes>).

Conforme disposto no documento *Diretrizes para a Autoavaliação das Instituições* do INEP (IFSP, 2019), o processo de Autoavaliação tem dois objetivos centrais:

- avaliar a instituição como uma totalidade integrada que permite a Autoanálise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando a melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional, e
- privilegiar o conceito da Autoavaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para a sua realização.

De acordo com o Programa de Avaliação Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia São Paulo - IFSP os principais objetivos são:

- a) gerar conhecimento para a tomada de decisão dos dirigentes da instituição em relação à melhoria contínua de qualidade dos serviços de educação superior ofertados;
- b) por em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição;
- c) identificar as potencialidades da instituição e as possíveis causas dos seus problemas e pontos fracos;
- d) aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo;
- e) fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais;
- f) tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade;
- g) julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos;
- h) prestar contas à sociedade sobre os serviços desenvolvidos.

1.7.8. Comissão Própria de Avaliação (CPA)

A Comissão Própria de Avaliação - CPA-IFSP é o órgão responsável pela implantação e desenvolvimento do Programa de Avaliação Institucional do Instituto Federal de Educação,

Ciência e Tecnologia São Paulo - IFSP, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.

No Câmpus São Roque, os integrantes da CPA/SRQ foram designados pela Portaria SRQ 0128/2019 de 17 de dezembro de 2019. A estrutura inclui 2 docentes, sendo um deles o Presidente, 2 técnicos administrativos, pelo menos um estudante representando cada curso (são 4 cursos de graduação no câmpus), e pelo menos um representante da sociedade civil.

1.7.7.1. Etapas da Avaliação Interna

A autoavaliação planejada, executada e controlada pela CPA/SRQ contempla as seguintes etapas:

- a) **Planejamento:** A elaboração do Programa de Avaliação Institucional compreende a definição de objetivos, estratégias, metodologia, recursos e calendário das ações avaliativas. O calendário deve contemplar os prazos para execução das ações principais e datas de eventos (reuniões, seminários etc.), observando igualmente os prazos estabelecidos pela Portaria n.º 2051/04, que regulamenta o SINAES. O planejamento, discutido com a comunidade acadêmica, deve levar em conta as características da instituição, seu porte e a existência ou não de experiências avaliativas anteriores.
- b) **Sensibilização:** No processo de Autoavaliação, a sensibilização busca o envolvimento da comunidade acadêmica na construção da proposta avaliativa por meio da realização de reuniões, palestras, seminários e outros meios de comunicação. A sensibilização deve estar presente tanto nos momentos iniciais quanto na continuidade das ações avaliativas.
- c) **Desenvolvimento:** No desenvolvimento do processo de avaliação institucional a CPA-IFSP procura assegurar a coerência entre as ações planejadas e as metodologias adotadas, a articulação entre os participantes e a observância aos prazos.

Esta etapa consiste especialmente na:

- realização de reuniões ou debates de sensibilização;
- sistematização de demandas, ideias ou sugestões oriundas dessas reuniões;
- realização de seminários internos;
- definição da composição dos grupos de trabalho atendendo aos principais segmentos da comunidade acadêmica;
- construção de instrumentos para coleta de dados: entrevistas, questionários, grupos focais e outros;

- definição da metodologia de análise e interpretação dos dados;
- definição das condições materiais para o desenvolvimento do trabalho;
- definição de formato de relatório de Autoavaliação;
- definição de reuniões sistemáticas de trabalho;
- elaboração de relatórios; e
- organização e discussão dos resultados com a comunidade acadêmica e publicação das experiências.

d) **Consolidação:** Esta etapa refere-se à elaboração, divulgação e análise do relatório final. Contempla, também, a realização de um balanço crítico do processo avaliativo e de seus resultados em termos da melhoria da qualidade da instituição.

- **Relatório:** O relatório final de avaliação interna deve expressar o resultado do processo de discussão, de análise e interpretação dos dados advindos, principalmente, do processo de Autoavaliação. É importante que ele seja capaz de incorporar, quando estiverem disponíveis, os resultados da avaliação de cursos e de desempenho de estudantes.

Os destinatários do relatório são os membros da comunidade acadêmica, os avaliadores externos e a sociedade. Considerando essa diversidade de leitores, são fundamentais a clareza na comunicação das informações e o caráter analítico e interpretativo dos resultados obtidos.

O relatório final deve apresentar sugestões para ações de natureza administrativa, política, pedagógica e técnico-científica a serem implementadas.

- **Divulgação:** A divulgação, como continuidade do processo de avaliação interna, deve oportunizar a apresentação pública e a discussão dos resultados alcançados nas etapas anteriores. Para tanto, podem ser utilizados diversos meios, tais como: reuniões, documentos informativos (impressos e eletrônicos), seminários e outros. A divulgação deve propiciar, ainda, oportunidades para que as ações concretas oriundas dos resultados do processo avaliativo sejam tornadas públicas à comunidade interna.
- **Balanço Crítico:** Ao final do processo de Autoavaliação, é necessária uma reflexão sobre o mesmo, visando a sua continuidade. Assim, uma análise das estratégias utilizadas, das dificuldades e dos avanços apresentados permitirá planejar ações futuras. Deste modo, o processo de Autoavaliação proporcionará não só o autoconhecimento institucional, o que em si é de grande valor para a instituição, como

será um balizador da avaliação externa, prevista no SINAES como a próxima etapa da avaliação institucional.

2. Método de Avaliação

O processo de Autoavaliação a ser realizado pela Instituição de Ensino deve seguir as determinações do SINAES de acordo a Lei 10.861/2004. A Portaria MEC nº 92, de 31 de janeiro de 2014, aprova os indicadores do instrumento de avaliação institucional externa que subsidia os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica, modalidade presencial, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, considerando os seguintes eixos:

1. Planejamento e Avaliação Institucional
2. Desenvolvimento Institucional
3. Políticas Acadêmicas
4. Políticas de Gestão
5. Infraestrutura

Desta forma as Comissões Próprias de Avaliação de cada Câmpus, lideradas pela CPA estabelecida pela Reitoria do IFSP, devem discutir, estabelecer, definir, executar e controlar os processos necessários para a pesquisa de autoavaliação, gerando um Relatório final para oferecer subsídios aos gestores de cada Câmpus para que possam providenciar as melhorias necessárias, de acordo com um processo contínuo de melhorias.

Para a elaboração dos procedimentos de coleta e de análise de dados foram realizadas reuniões virtuais mensais durante o ano de 2020 envolvendo todas as Comissões dos diversos câmpus do IFSP, sob a liderança da CPA Central vinculada à Reitoria.

Os principais objetivos das reuniões foram: avaliar o processo de avaliação de 2019; aperfeiçoar o questionário (instrumento de pesquisa), principalmente diante do cenário de isolamento social e de câmpus vazios provocado pela pandemia de COVID19; estabelecer estratégias de comunicação com os segmentos envolvidos na avaliação a fim de estimular a participação; desenvolver um método para a aplicação do instrumento de avaliação e para a tabulação dos resultados; estabelecer parâmetros para a construção e consolidação do Relatório Final.

2.1. Coleta de Dados

Como apoio para a coleta de dados foram consultados: o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2019-2023, informações provenientes de setores do câmpus e também

questionário aplicado através de formulários online disponíveis no Sistema do IFSP. As CPA's de todos os Câmpus fizeram reuniões por videoconferência e trabalharam em ajustes no questionário estruturado utilizado em anos anteriores. Após ajustes e votações o questionário estruturado e atualizado ficou pronto para ser inserido no sistema do IFSP para que a comunidade acadêmica pudesse acessá-lo e respondê-lo.

A cada ano, a CPA-IFSP promove a avaliação desses mecanismos e da metodologia utilizados, com o objetivo de aperfeiçoar o processo de Autoavaliação, como instrumento de planejamento e gestão acadêmico-administrativo e atendimento às normas de avaliação da educação superior do INEP/MEC.

Foram distribuídas senhas para cada participante que recebeu um *link* em seu email institucional ou cadastrado na plataforma SUAP. Por meio deste link os estudantes, os docentes e os técnicos administrativos tiveram acesso ao questionário. Em 2020 foi decidido unificar os questionários. A divulgação da pesquisa foi realizada pelos membros da CPA/SRQ dividindo-se a tarefa entre os representantes dos segmentos na Comissão. O Presidente gravou vídeos institucionais da CPA/SRQ para distribuição entre os segmentos, visando estimular o acesso e as respostas ao questionário.

Tendo em vista o cenário de pandemia tudo foi realizado virtualmente. Diante das dificuldades para negociação com os coordenadores de cursos e de acesso presencial aos estudantes foi decidido não realizar a avaliação dos Cursos, como era a intenção da CPA/SRQ em seu planejamento no início de 2020.

Os questionários estruturados foram aplicados às três categorias – docentes, técnicos administrativos e discentes de cursos superiores. Os conceitos utilizados neste instrumento foram aferidos a cada um dos indicadores de cada um dos cinco eixos, de 1 a 6, da seguinte forma:

Conceito	Descrição
1	Não sei/Não se aplica/Desconheço
2	Quando o indicador avaliado configura um conceito RUIM.
3	Quando o indicador avaliado configura um conceito RAZOÁVEL.
4	Quando o indicador avaliado configura um conceito BOM.
5	Quando o indicador avaliado configura um conceito ÓTIMO.
6	Quando há ausência de resposta ao indicador avaliado.

3. Desenvolvimento e Análise dos dados e Informações da Avaliação Institucional referente ao ano de 2020.

Nesta seção são apresentados os dados, as informações e análise dos gráficos para cada eixo/dimensão. Está organizada em cinco tópicos, correspondentes aos cinco eixos que contemplam as dez dimensões dispostas no art. 3º da Lei N° 10.861/2004, que instituiu o SINAES, conforme a Tabela apresentada na seção de Apresentação, no início deste Relatório.

3.1. Participação na Pesquisa de Avaliação

Neste tópico são apresentados os dados históricos dos últimos anos e do ano de 2020 sobre a autoavaliação de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo SINAES. O quadro a seguir, por exemplo, mostra o índice de participação na avaliação institucional realizada em 2018, 2019 e 2020, especificando os segmentos que constituem a Comunidade Acadêmica.

Quadro comparativo 2018-2019-2020 da participação na Avaliação Institucional.

CATEGORIA	TOTAL DE MATRICULADOS - 2018	RESPONDENTES - 2018	PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO (%)	TOTAL DE MATRICULADOS E DE SERVIDORES - 2019	RESPONDENTES - 2019	PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO (%)	TOTAL DE MATRICULADOS E DE SERVIDORES - 2020	RESPONDENTES - 2020	PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO (%)
TOTAL DE ESTUDANTES DOS CURSOS SUPERIORES	425	202	47,50%	517	365	70,60%	598	89	14,88%
ESTUDANTES DO CURSO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO (BAD)	140	84	60%	165	130	78,79%	192	24	12,50%
ESTUDANTES DO CURSO LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (LCB)	132	48	36,40%	193	134	69,43%	187	39	20,85%
ESTUDANTES DO CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL (TGA)	66	25	37,90%	76	53	69,73%	103	8	7,76%
ESTUDANTES DO CURSO DE TECNOLOGIA EM VITICULTURA E ENOLOGIA (TVE)	87	43	49,40%	83	48	57,83%	116	18	15,51%
TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS (TAEs)	37	30	81%	38	33	86,84%	38	26	68,46%
DOCENTES	71	66	92,90%	67	65	97,01%	65	45	69,30%

(Estudantes: Informações da Secretaria do Câmpus em 12/03/2021)

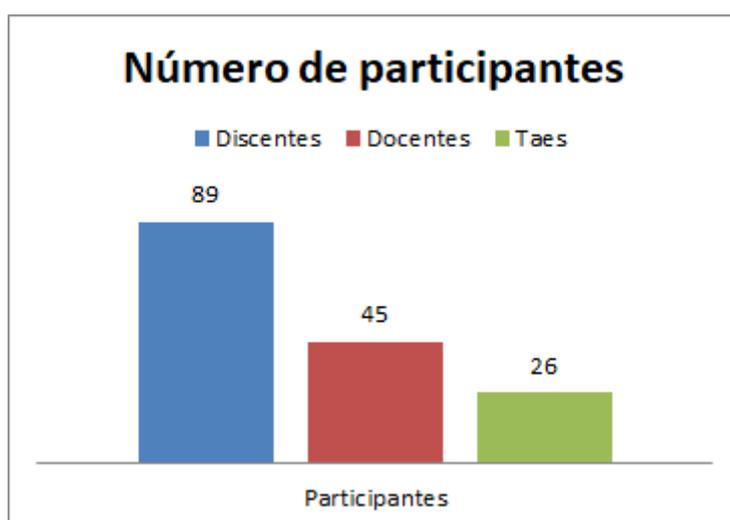
(Servidores: Informações da Coordenadoria de Gestão de Pessoas do Câmpus em 08/03/2021)

Quadro comparativo da participação percentual da comunidade acadêmica nas avaliações institucionais dos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020.

Categorias	Participação 2017 (%)	Participação 2018 (%)	Participação 2019 (%)	Participação 2020 (%)
BAD	57%	60%	78,79%	12,50%
LCB	56%	36,40%	69,43%	20,85%
TGA	32%	37,90%	69,73%	7,76%
TVE	18%	49,40%	57,83%	15,51%
Discentes	43%	47,50%	70,60%	14,88%
Docentes	59%	92,90%	97,01%	69,30%
TAEs	82%	81%	86,84%	68,46%

Observando-se o Quadro Comparativo, acima, nota-se uma queda abrupta da participação de todos os segmentos da Comunidade acadêmica na avaliação institucional em 2020. O motivo obviamente foi o contexto de 2020 imposto pela Pandemia de COVID19 que abalou as Instituições de Ensino, as empresas, os órgãos públicos, as famílias e as pessoas em geral. Em meados de março de 2020 os Câmpus do IFSP foram fechados e as pessoas foram isoladas em suas residências atendendo a determinações das autoridades de saúde.

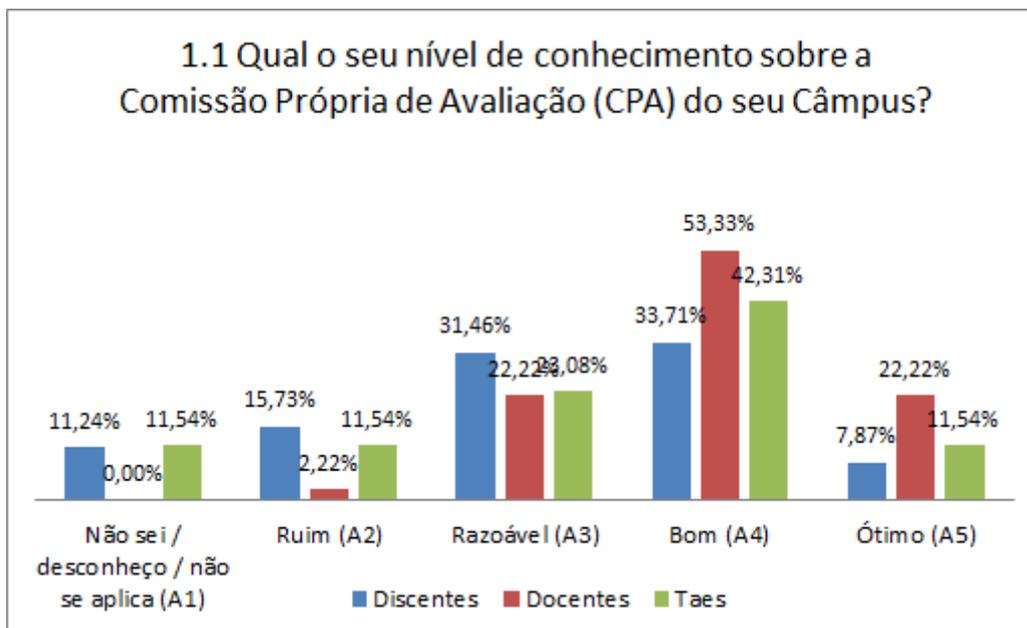
A campanha realizada pela CPA/SRQ juntos aos estudantes e aos servidores do Câmpus foi realizada por meio virtual com a ajuda das redes sociais, exigindo grande esforço dos estudantes e servidores que compõem a Comissão local.



3.2. Análise dos Eixos de Avaliação

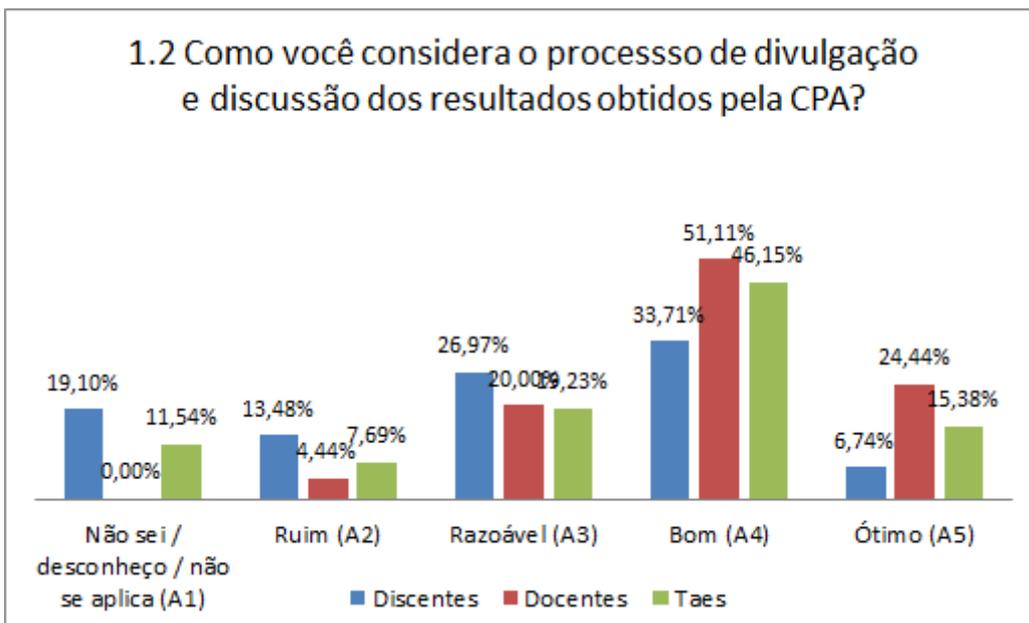
EIXO 1 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Esse eixo explora a relação entre a avaliação institucional e o planejamento, considerando que a avaliação é um importante processo que pode servir de base na elaboração do planejamento estratégico da instituição (Plano de Desenvolvimento Institucional).

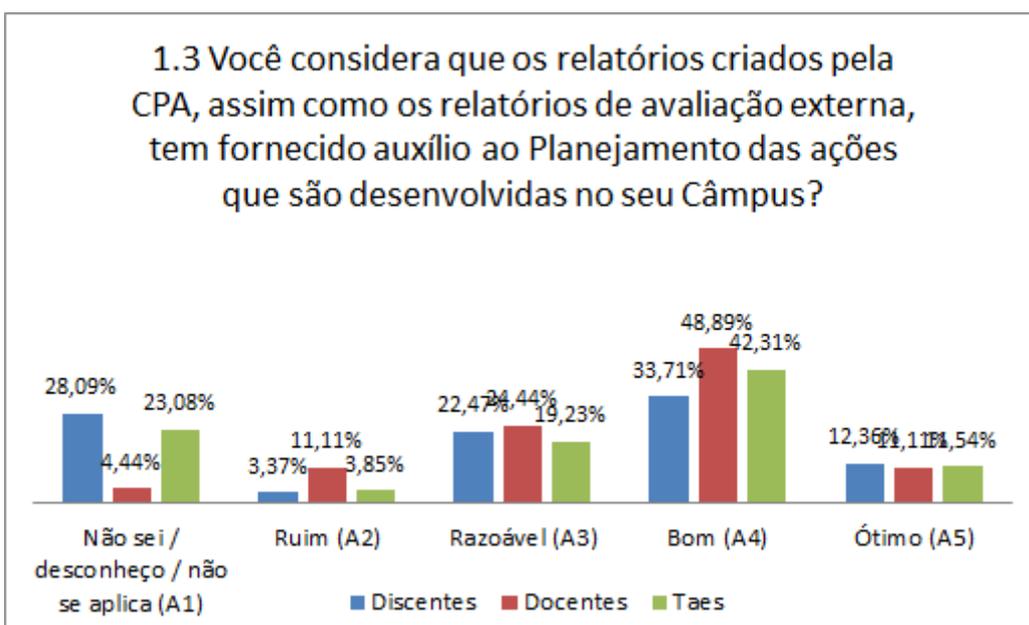


Ao analisar as respostas da pesquisa feita pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), podemos observar que nesta questão, que busca compreender o nível de conhecimento dos três segmentos (Discentes, Docentes e Técnicos Administrativos) em relação a CPA, podemos notar que a maior concentração deles se encontra na coluna A3 e A4. Sendo que na A3, a resposta considerada “Razoável”, podemos ver 31,46%, 22,22% e 23,08%, o que significa que essas pessoas não acreditam que conhecem a comissão de forma apropriada. Em contrapartida, podemos ver que uma grande parcela de respostas se encontra na A4, resposta “Bom”, tendo 33,71%, 53,33% e 42,31% de respostas para essa opção.

Também é notável que uma pequena porcentagem de discentes e Técnicos Administrativos, desconhece ou acredita ser ruim seu conhecimento sobre a CPA de seu câmpus. 11,24% e 11,54% para a coluna A1 e 15,73% e 11,54% para a coluna A2.



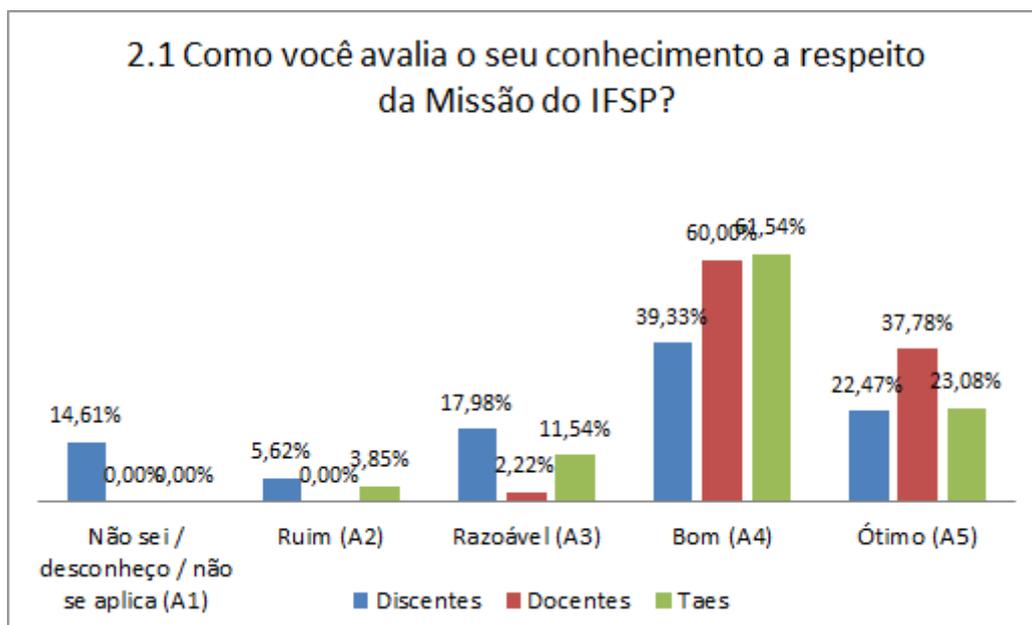
De acordo com os resultados da pesquisa em relação a esta questão, é notável que a maior parte das respostas estão concentradas na coluna A4, da resposta considerada “boa”. Isso significa que uma grande parte dos três segmentos acreditam que o processo de divulgação e discussão dos resultados da CPA é considerado bom. Porém, é perceptível que uma parcela significativa dos votos se encontra no nível razoável, na coluna A3, sendo 26,97%, 20% e 19,23% das respostas nesta opção. Também é visto que existe um número considerável de discentes que desconhecem ou consideram ruim a divulgação feita pela comissão, sendo 19,10% na coluna A1 e 13,48% na coluna A2.



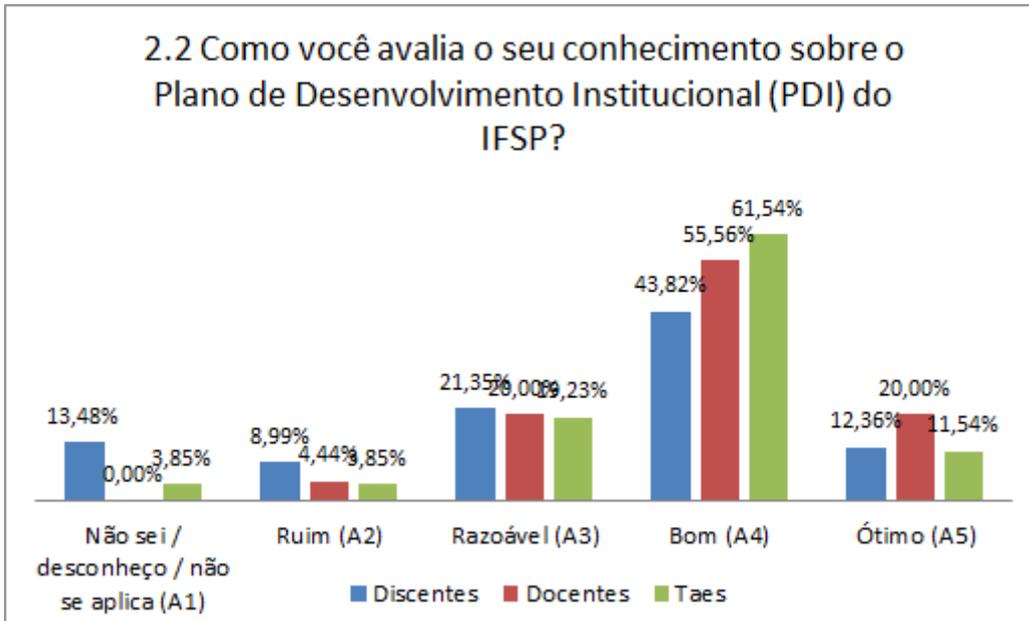
De acordo com os resultados da pesquisa em relação a esta questão, é perceptível que não existe uma coluna em si com um grande destaque de respostas concentradas. Porém, é tido um maior acúmulo de respostas na coluna A4, significando que uma porcentagem dos três segmentos (Discentes, Docentes e Técnicos Administrativos) acredita que seja bom o fornecimento do relatório da CPA a ações de auxílio ao planejamento das ações para o campus, sendo 33,71%, 48,89% e 42,31% das respostas nesta opção. É notável também que uma grande parte dos três segmentos acreditam ser razoável este trabalho (22,47%, 24,44% e 19,23% respectivamente), e uma parcela significativa de discentes e técnicos administrativos desconhecem (28,09% e 23,08%), apontando que é necessário melhorias neste fator na visão da comunidade acadêmica.

EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

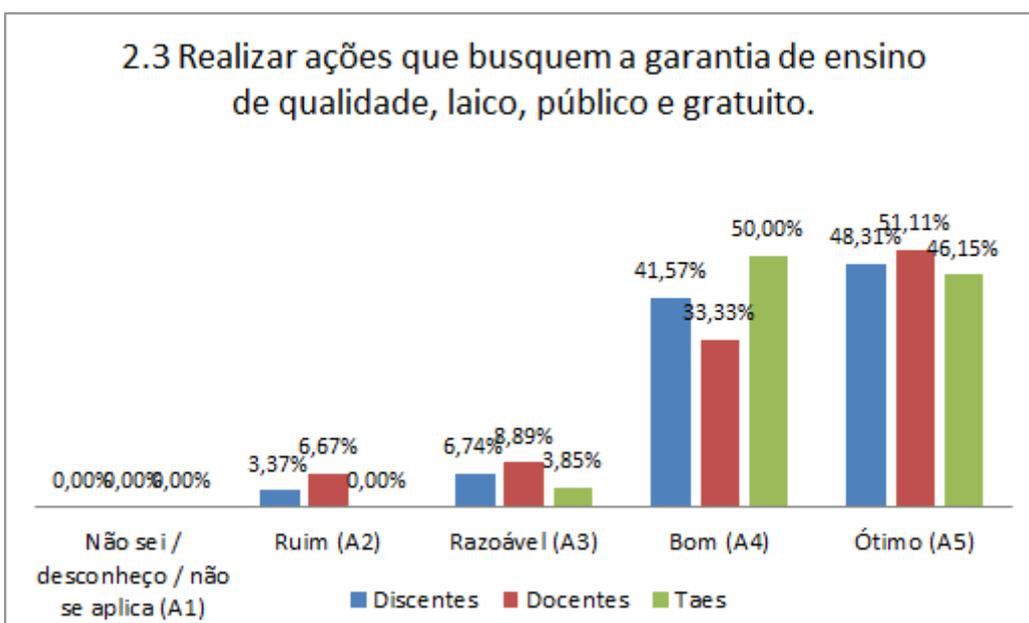
Esse eixo tem o objetivo de identificar o nível de conhecimento da comunidade acadêmica a respeito da missão, visão e valores da instituição, de forma a compreender o nível de conhecimento relacionado à identidade institucional.



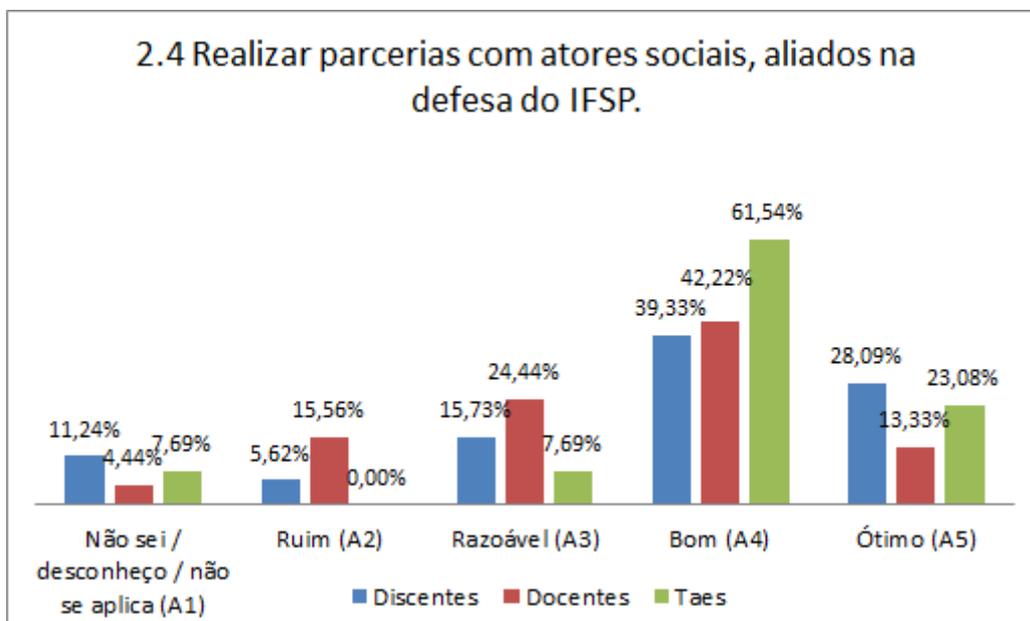
O conhecimento a respeito da missão do Instituto Federal de São Paulo aparentemente é considerado bom aos discentes, docentes e técnicos administrativos de acordo com as respostas, sendo a mais escolhida como “bom” e “ótimo”. É notável que a resposta dos alunos, não está centralizada em uma só resposta, sendo o segmento mais distribuído entre os três, embora a maior concentração se encontra também no “bom”, com uma porcentagem de 39,33%, podemos também ver que na coluna A1 e A3, existem discentes que não consideram o seu nível de conhecimento adequado.



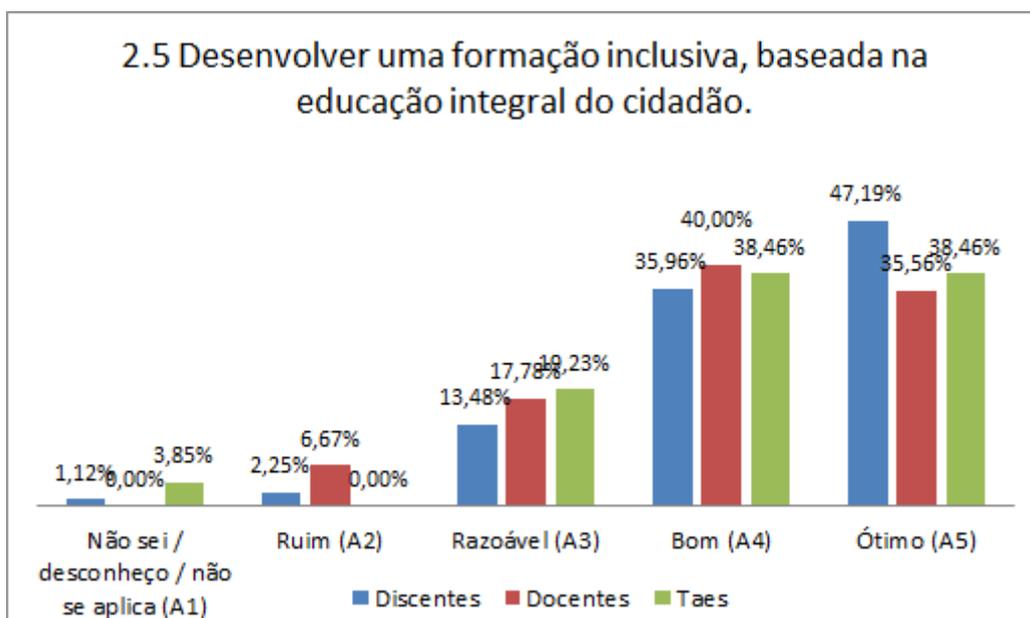
Ao analisar os dados disponibilizados da pesquisa em relação ao conhecimento geral da comunidade acadêmica em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), percebemos que a concentração de respostas se encontra na coluna A4, sendo a resposta “bom”. Um fator preocupante é que a segunda maior concentração de respostas a esta questão é no “Razoável”, coluna A3. O que podemos associar que uma parcela da comunidade não conhece tão bem o PDI quanto gostaríamos, e na coluna A1 podemos ver que 13,48% dos discentes desconhecem o plano de desenvolvimento.



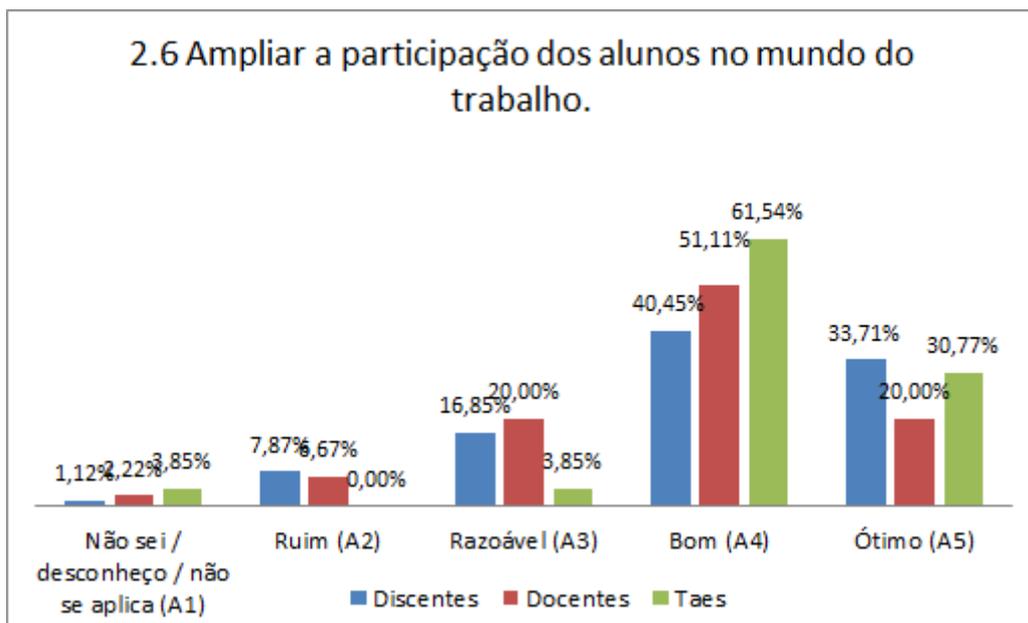
Neste segmento, podemos ver que a maioria extrema dos três segmentos (discentes, docentes e Técnicos Administrativos) se encontram com respostas consideradas boas e ótimas (Colunas A4 e A5), apontando que a comunidade acredita que o campus busca a garantia de ensino de qualidade para todos do instituto.



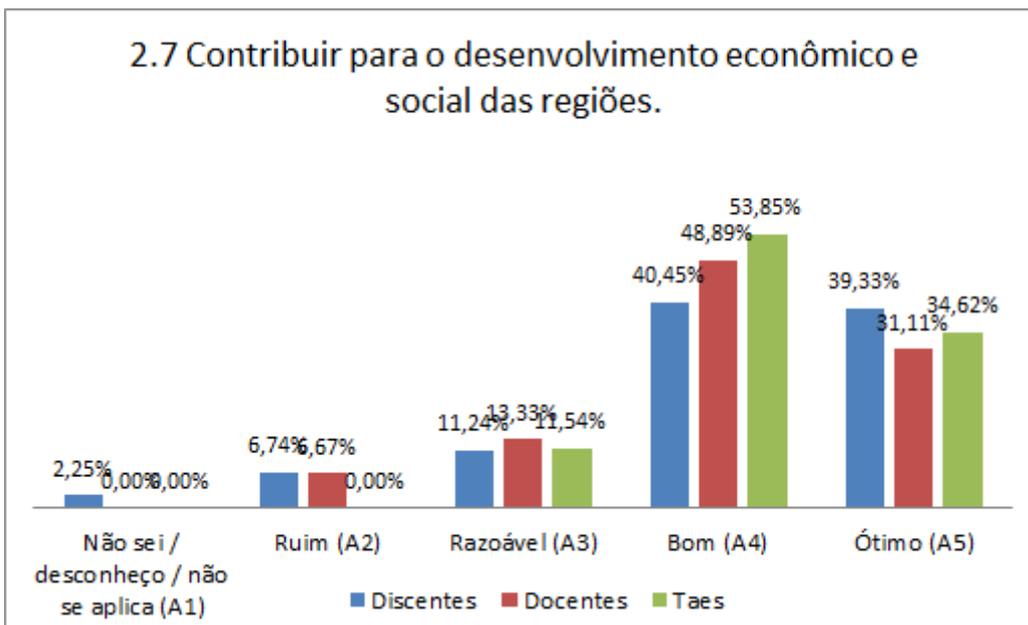
Em relação a parcerias com atores sociais, grande parte das respostas se encontram no segmento “bom”, principalmente para o grupo de técnicos administrativos, sendo 61,54% deles se encontram na coluna A4. é notável também que uma parcela de docentes acredita ser insuficiente para o instituto, se encontrando nas colunas A2 e A3 (15,56% e 24,44%). O que leva a possível busca para a melhoria deste fator.



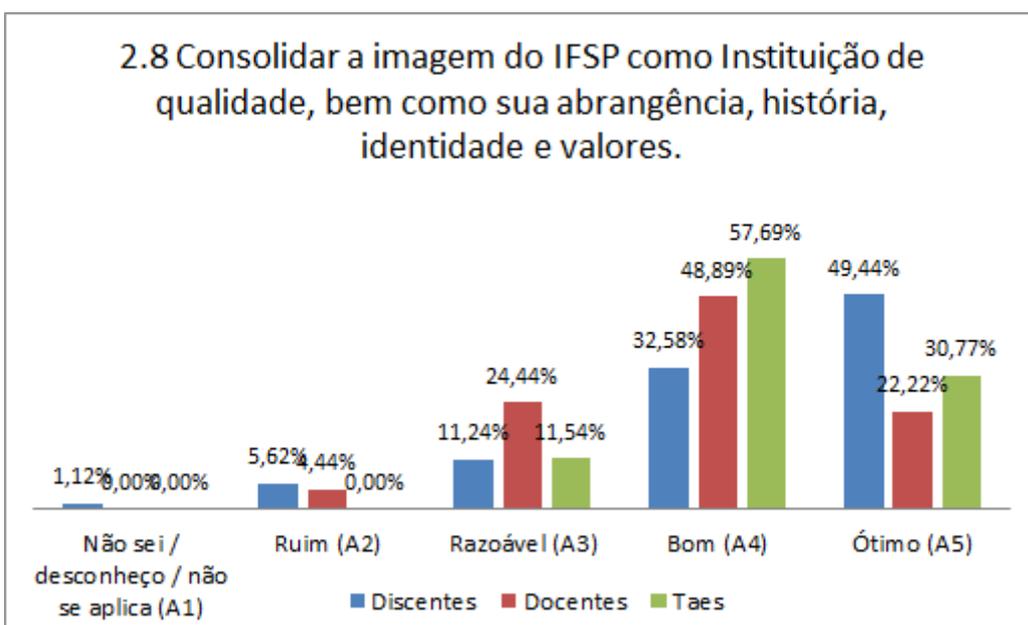
De acordo com os resultados desta pergunta, os três segmentos (Discentes, Docentes e Técnicos Administrativos) acreditam que o desenvolvimento da formação inclusiva é bom e ótimo, se encontrando uma grande porcentagem de pessoas nessas colunas (A4 e A5), sendo 35,96%, 40% e 38,46% acreditam ser bom este desenvolvimento, e 47,19%, 35,56% e 38,49% acreditam ser ótimo. Não podemos deixar de destacar que uma pequena porcentagem dos segmentos acredita ser razoável essa formação, vendo que neste segmento existem fatores onde possam ser melhorados.



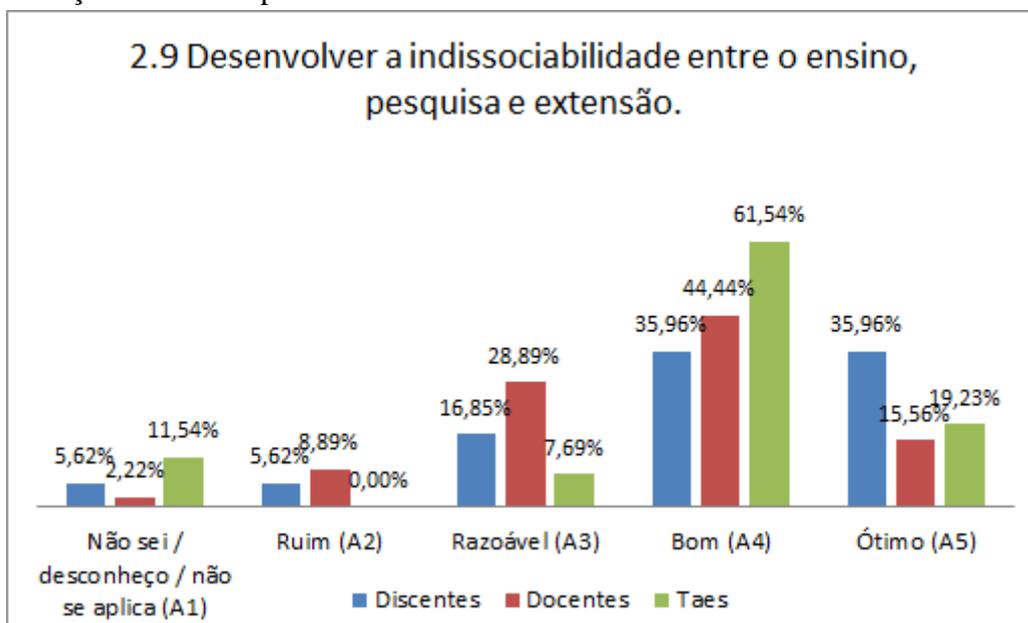
Em geral, grande parte dos três segmentos acadêmicos (Discentes, Docentes e Técnicos Administrativos) está concentrado na coluna A4, acreditando ser boa a participação dos alunos no mundo do trabalho, sendo 40,45%, 51,11% e 61,54% das pessoas escolheram essa resposta. É notável que uma parcela significativa de discentes e docentes se encontram na coluna A3, responsável pela resposta “razoável”, sendo 16,85% e 20%. Porém, em contraponto, é observável que outra parcela dos três segmentos desacredita que a participação seja razoável, considerando que essa mesma participação seja considerada ótima, sendo 33,71%, 20% e 30,77%.



Em relação a contribuição do instituto para o desenvolvimento socioeconômico da região onde o campus está inserido, grande parte das respostas dos três segmentos (Discentes, Docentes e Técnicos Administrativos) acreditam que o campus está realizando um bom trabalho, podendo ver que na coluna A4, 40,45%, 48,89% e 53,85% dos segmentos acreditam ser bom, e 39,33%, 31,11% e 34,62% da coluna A5 acreditam que o trabalho que está sendo feito é ótimo. Existe uma pequena porcentagem, porém considerável dos segmentos que acreditam ser razoável o trabalho do instituto para a contribuição econômico e social, podendo ver na coluna A3 que 11,24%, 13,33% e 11,54% acreditam nisso.

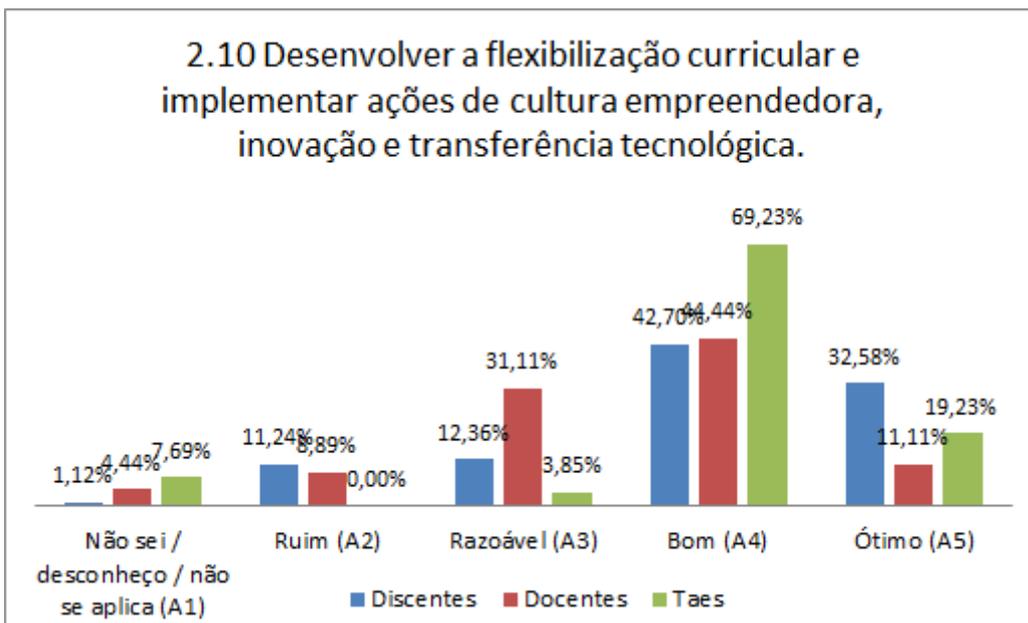


Sobre a consolidação da imagem do IFSP os três segmentos avaliaram de forma muito positiva como demonstram os percentuais de “bom” e “ótimo”. Parece haver um reconhecimento dos esforços realizados por toda a comunidade interna.



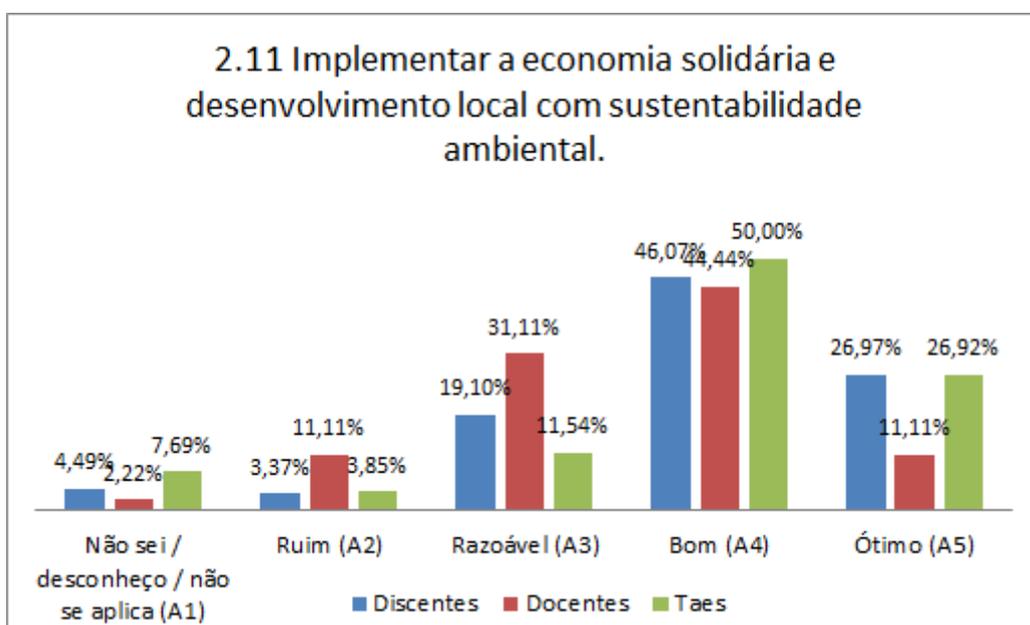
Em geral, a comunidade acadêmica participante do questionário avalia que a instituição possui uma boa integração entre ensino, pesquisa e extensão, sendo “bom” o maior resultado para os discentes, docentes e técnicos administrativos (35,96%, 44,44% e 61,54%, respectivamente). Chama a atenção o índice de 8,89% de docentes que consideram esse aspecto ruim dentro do Campus e a também os técnicos administrativos, nos quais 11,54% não souberam ou desconhecem a questão, mas que, em sua maioria(61,54%) avaliaram como "Bom".

Tendo em vista a realidade institucional, os docentes são amplamente responsáveis por garantir tal indissociabilidade, e dentre eles 37,78% avaliaram como “Razoável” e “Ruim”. Mas para solucionar essa questão, é necessária a colaboração de todas as categorias, que devem se esforçar para compreender a função social do IFSP e realizar essa tríplice ação de ensino, pesquisa e extensão considerando a comunidade externa e as demandas dos discentes.



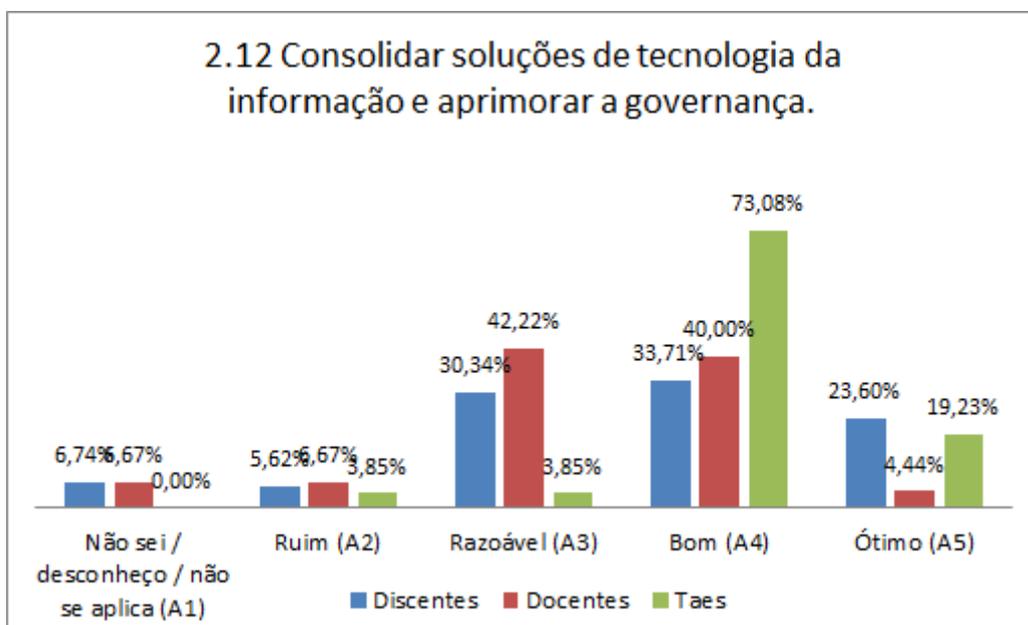
Destaca-se o alto índice de aprovação dos discentes, sendo 32,58% que classificam como “Ótimo”. Para os docentes, a maioria, 75,55%, está entre “Bom” e “Razoável”. Já os TAs somam 88,46% entre “Bom” e “Ótimo”, sendo a categoria mais satisfeita nesse quesito.

Entende-se pelos números que essa é uma questão de consenso razoável, mas que também apresenta resistência, avaliando as colunas A2 e A3.



Os gráficos em questão neste tópico mostram que quase a metade de todos os segmentos avaliam como boa a implementação de uma economia solidária, com desenvolvimento local e sustentabilidade ambiental. Os docentes transparecem uma maior insatisfação nesse quesito,

visto que apresentam os maiores índices entre as categorias “Ruim” e “Razoável”, 11,11% e 31,11%, somando 42,22%. Já os TAEs e discentes, sobressaem na avaliação “Ótimo”.

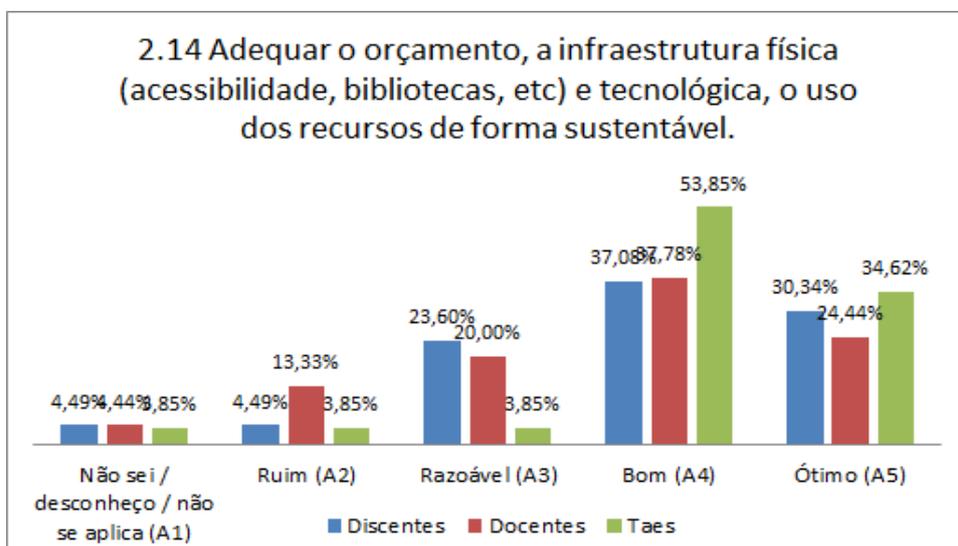


Neste tema é clara a posição dos técnicos administrativos, dentre os quais 92,31% veem como “Bom” e “Ótima” a consolidação de soluções, baseadas na tecnologia da informação, para o aprimoramento da governança institucional, afinal, são esses os sujeitos mais impactados por essa questão. Dentre os discentes e docentes, as respostas se concentram entre “Razoável” e “Bom”, sendo os números, 64,05% e 82,22% respectivamente.

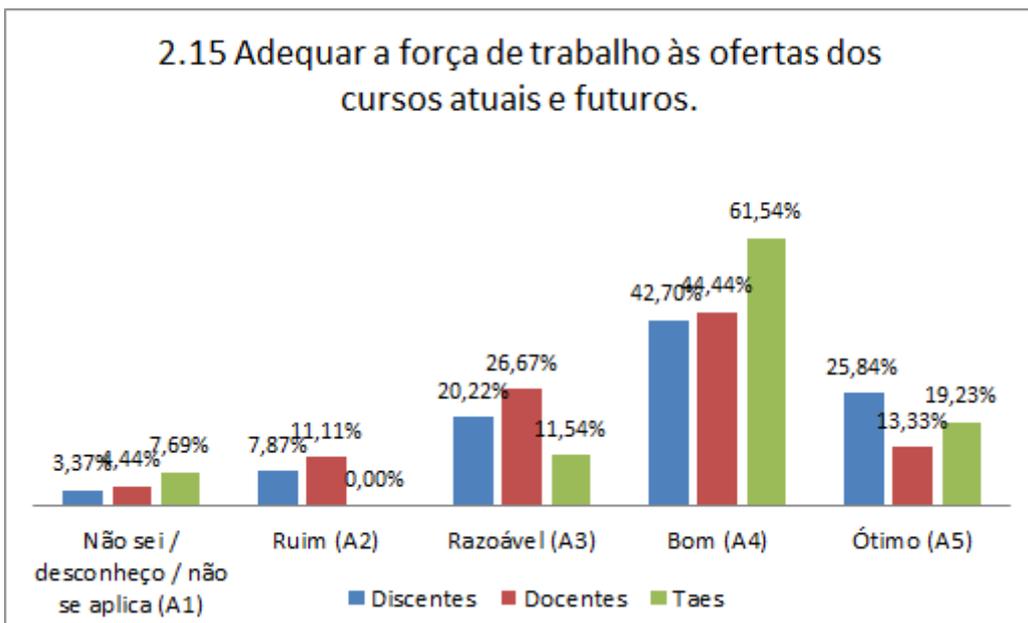


Analisando os dados dispostos, entende-se como natural o índice de 11,24% dos discentes que não sabem ou desconhecem este tópico. Entre os docentes, os dados mostram uma categoria bem dividida quanto ao estabelecimento dessas ações pessoais e profissionais, visto que, 46,67% destes classificam como ruim e razoável, enquanto 51,12% avaliaram como bom e ótimo.

Para a melhoria desse quesito, pode-se estudar uma maior aproximação entre os docentes e a coordenadoria de gestão de pessoas visando o levantamento das razões para que cerca de 50% dos professores avaliem o desenvolvimento pessoal e profissional como “ruim” e “razoável”. A partir desta verificação, talvez, seja possível tomar decisões que satisfaçam esta categoria.



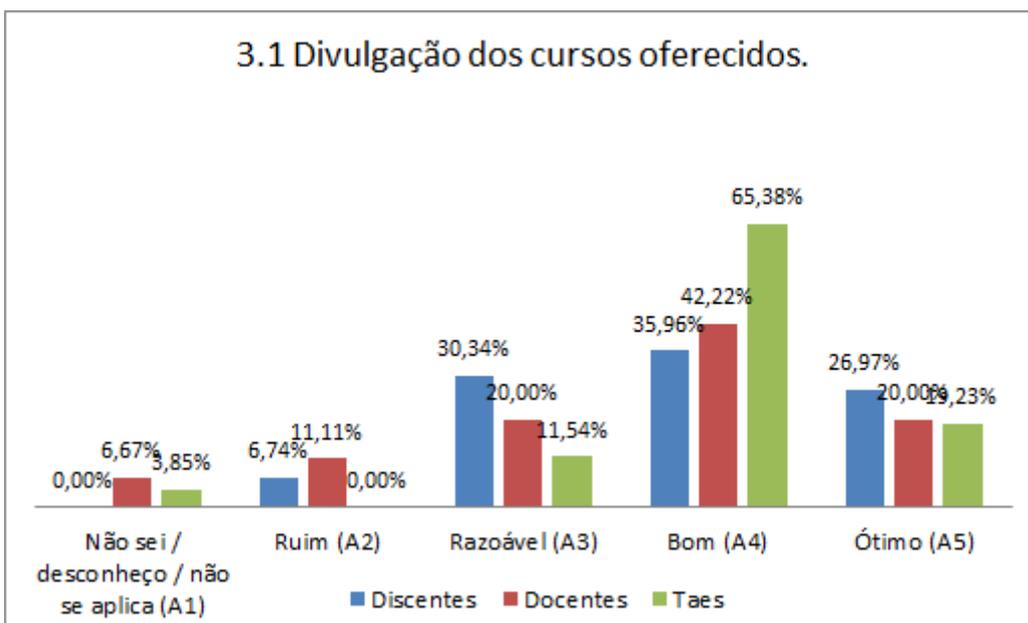
Segundo os dados, os recursos estão sendo adequados à infraestrutura do câmpus de forma sustentável, tendo destaque para a porcentagem nas colunas A4, bom.



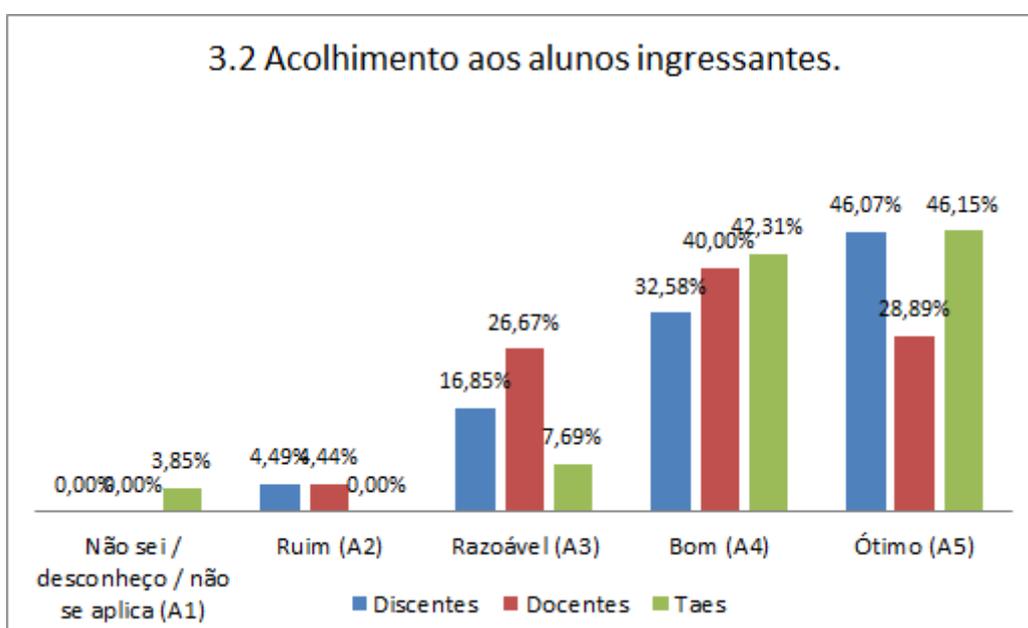
Sobre adequação da força de trabalho às ofertas dos cursos atuais e futuros, as três categorias concentram sua avaliação de forma positiva.

EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS

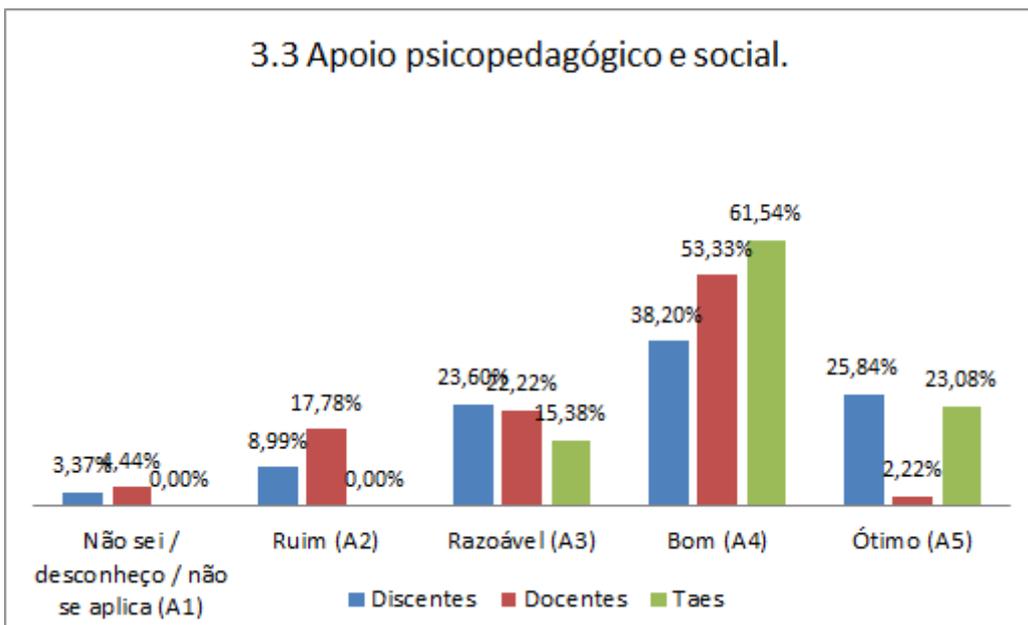
Políticas acadêmicas são um conjunto de ações relativas ao ensino, à pesquisa, à extensão, à inovação e à internacionalização com vistas à melhoria dos processos e procedimentos que tenham impacto mais direto no corpo discente, mas que envolvem todos os sujeitos pertencentes à Instituição: alunos, professores, técnicos administrativos e até mesmo a comunidade externa: grupos organizados, empresas, governos, etc.



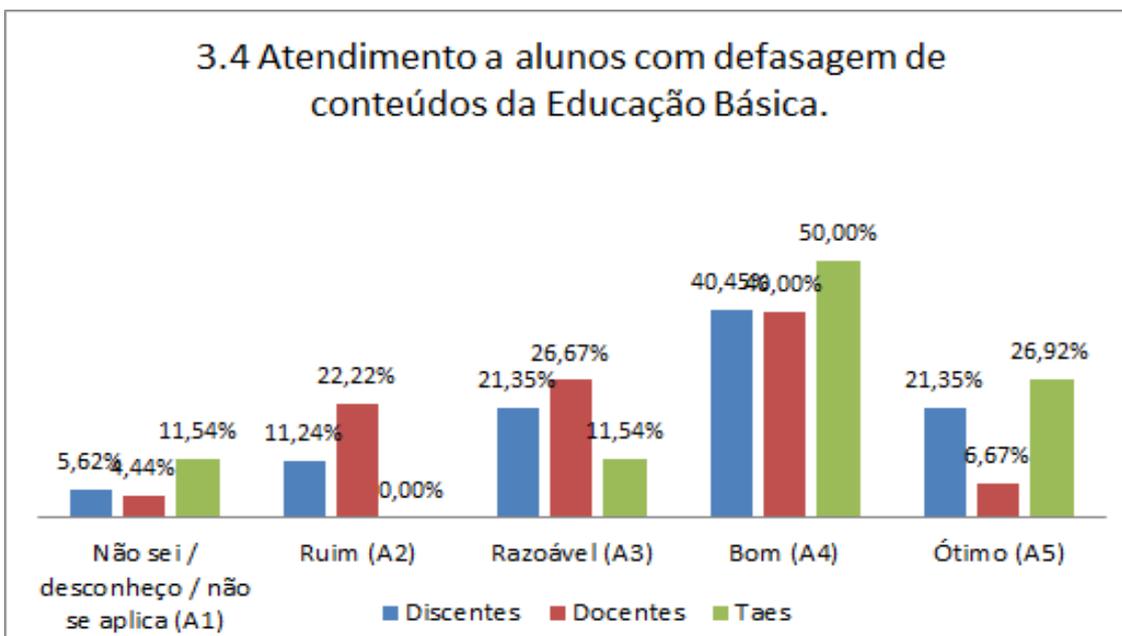
Cerca de 11% dos docentes e 7% dos discentes consideram “ruim” a divulgação dos cursos oferecidos. Ocorre que o Câmpus oferece também três cursos técnicos que são integrados ao Ensino Médio (Técnico em Administração, Técnico em Alimentos e Técnico em Meio Ambiente). Esta situação pode ter contaminado as respostas, já que a CPA deve avaliar os cursos superiores. Mas, ainda assim há aqui uma indicação de que o Câmpus pode melhorar esta condição (divulgação) para todos os cursos. Por outro lado, cerca de 69% do segmento que tem o maior interesse na divulgação, que é o de discentes, avaliou como ótimo e bom a divulgação realizada, e 30% como razoável.



Pelas respostas, o Câmpus São Roque parece fazer um trabalho muito bom de acolhimento dos estudantes ingressantes. Cerca de 79% dos discentes consideraram o acolhimento bom ou ótimo e 17% razoável. No entanto, cerca de 4% dos docentes avaliaram como ruim o acolhimento. Seria interessante verificar possíveis falhas que podem estar sendo percebidas por este segmento.

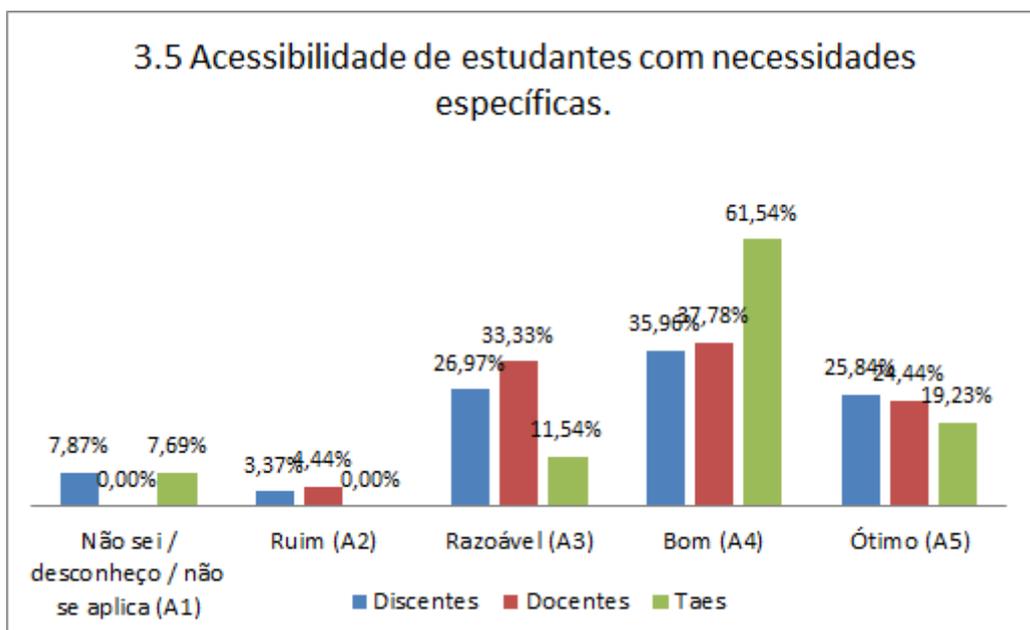


Chama a atenção o registro de que 9% dos estudantes avaliaram o serviço de apoio psicopedagógico como ruim e cerca de 24% como razoável. É válido destacar também que, cerca de 4% dos discentes não conhecem este serviço, já que são o público-alvo. Também, chama a atenção os cerca de 18% de docentes consideraram este serviço ruim. É recomendável um contato com este segmento para tentar descobrir o que falhou para que surgisse este tipo de avaliação.

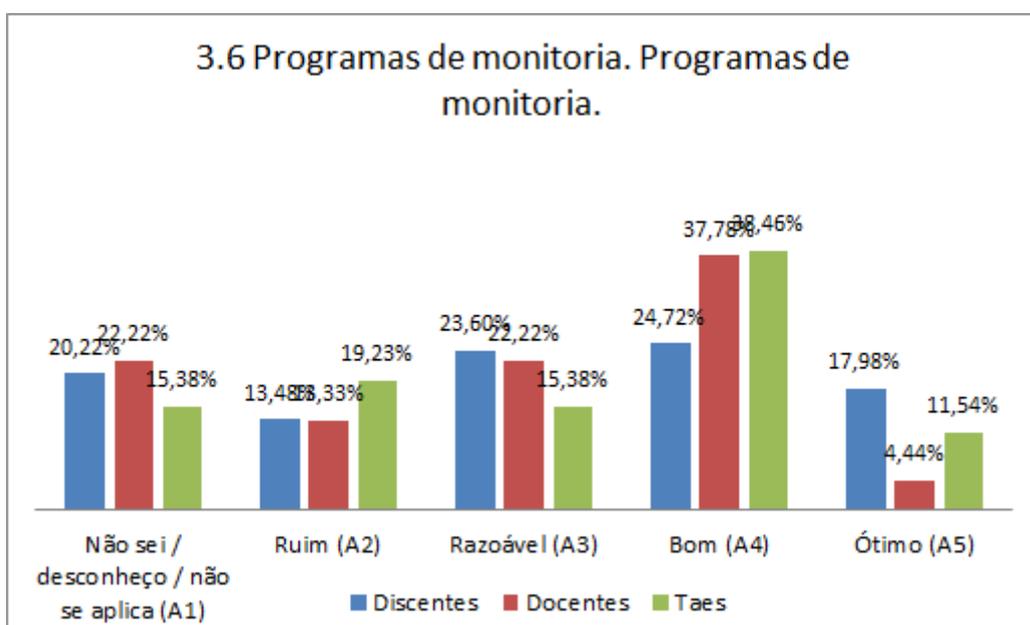


Esta situação parece ser crítica, segundo revelam os gráficos acima. No caso dos discentes, que seriam os beneficiados com este atendimento: cerca de 6% não sabem que existe esta possibilidade, 11% consideram ruim o atendimento. Cabe aqui uma verificação de como a

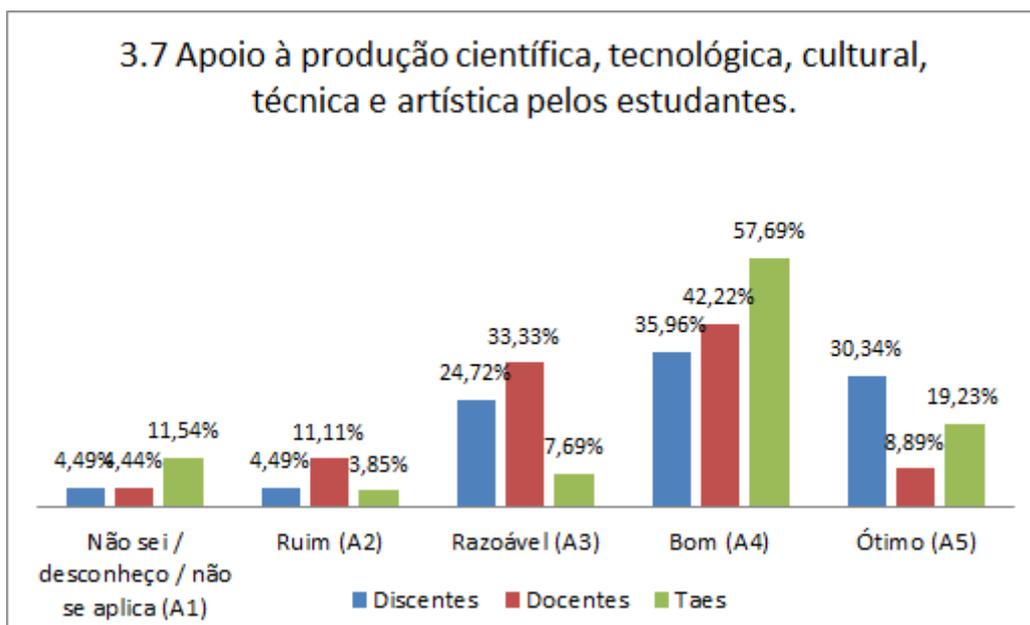
divulgação é feita e de como o atendimento é prestado. No caso dos docentes: cerca de 5% desconhecem e 22% consideram ruim. No caso do TAE's, cerca de 12% desconhecem. Cabe ainda registrar que cerca de 62% dos discentes consideram a oferta de nivelamento boa ou ótima, enquanto para os docentes seriam 46% e para os TAE's 77%.



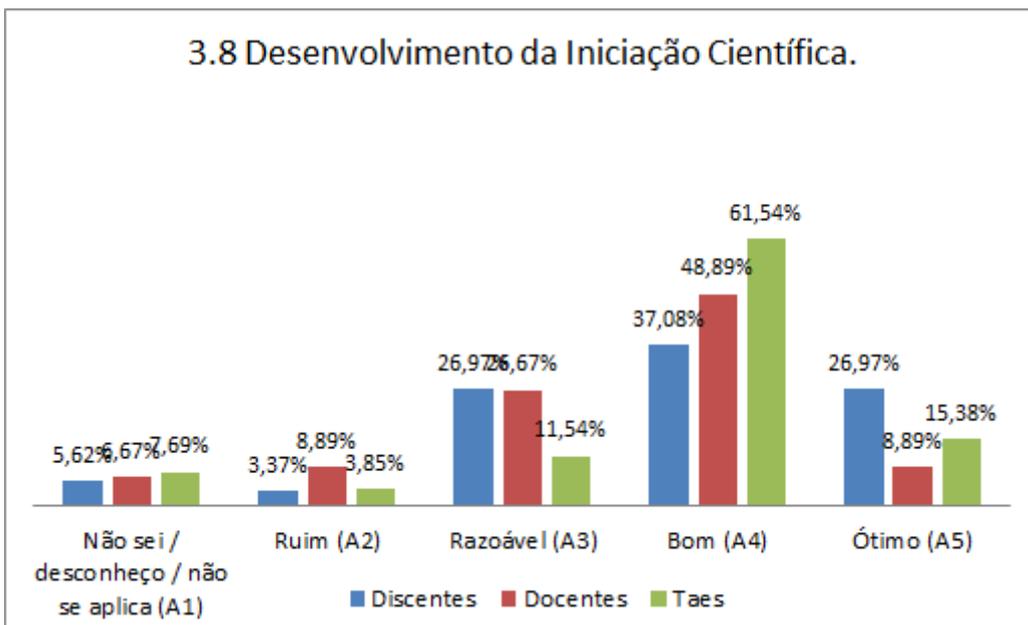
O acesso de estudantes com necessidades específicas parece precisar de maior divulgação junto aos estudantes, já que cerca de 8% revelaram não conhecer. Consideram a acessibilidade apenas razoável: 33% dos docentes, 27% dos estudantes, 11% dos técnicos administrativos. Mas, consideraram bom ou ótimo: 62% dos docentes, 61% dos estudantes e 80% dos TAE's



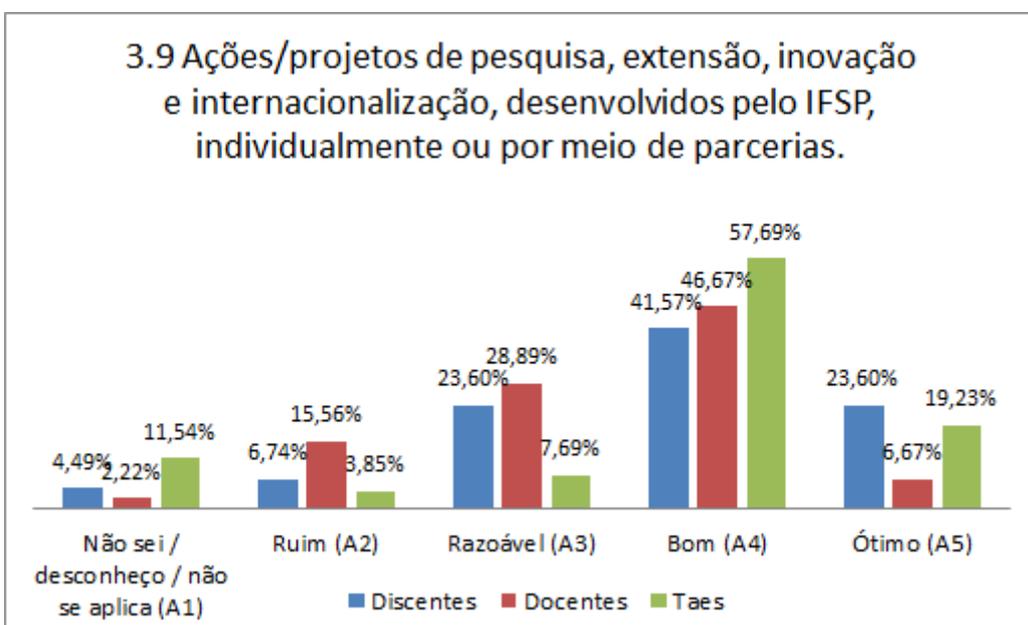
A oferta de monitoria, também, poderia ser melhorada, ao se considerar as respostas registradas. 13% dos docentes e discente consideram ruim, e para os técnicos administrativos são 19%. Desconhecem a oferta de monitoria 22% dos docentes, 20% dos discentes e 15% dos TAEs. É importante ressaltar que a avaliação revelou que as porcentagens de desconhecimento do programa podem ser melhoradas com a divulgação das monitorias existentes e com a ampliação da oferta.



Em relação ao ano de 2019, as porcentagens de desconhecimento do apoio à produção científica, tecnológica, cultural, técnica e artística, não tiveram grande diminuição: na camada discente manteve-se em cerca de 4%, entre os docentes manteve-se em cerca de 4,5% e entre os TAE's houve um aumento de 6% para cerca de 12%. Mas, as porcentagens de “razoável” continuam entre 7% a 33%. Pode ser destacado ainda que, cerca de 66% dos discentes avaliaram como “bom” ou “ótimo”.

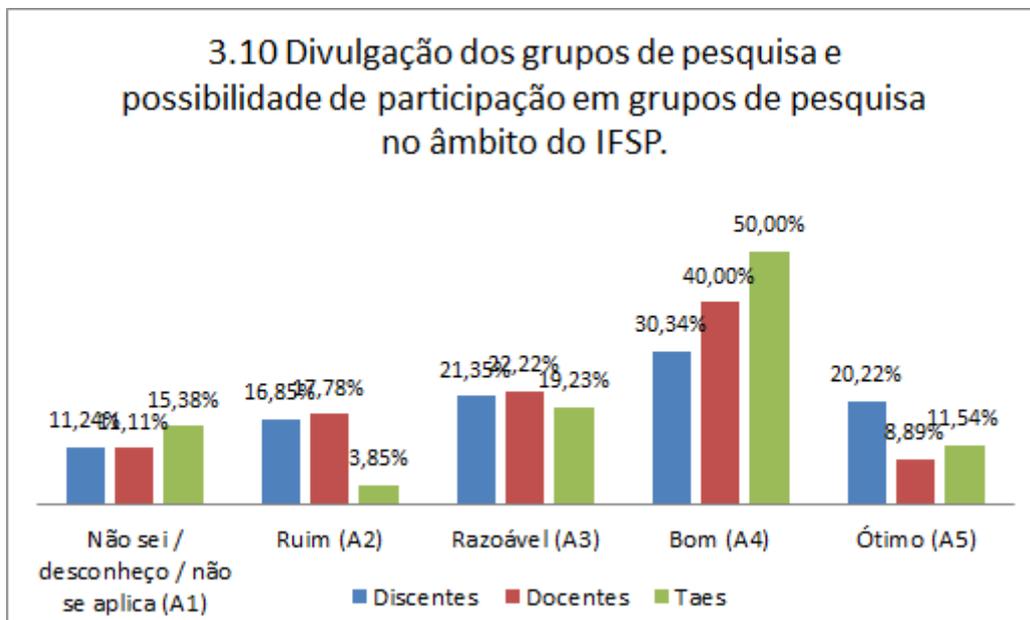


Cerca de 27% dos segmentos de docentes e discente consideraram razoável o que está sendo desenvolvido no Câmpus a respeito da Iniciação Científica. 64% dos discentes avaliaram como bom ou ótimo, assim como 58% dos docentes e 77% dos técnicos administrativos. As ações parecem caminhar bem neste setor, embora cerca de 9% dos docentes tenham considerado ruim.

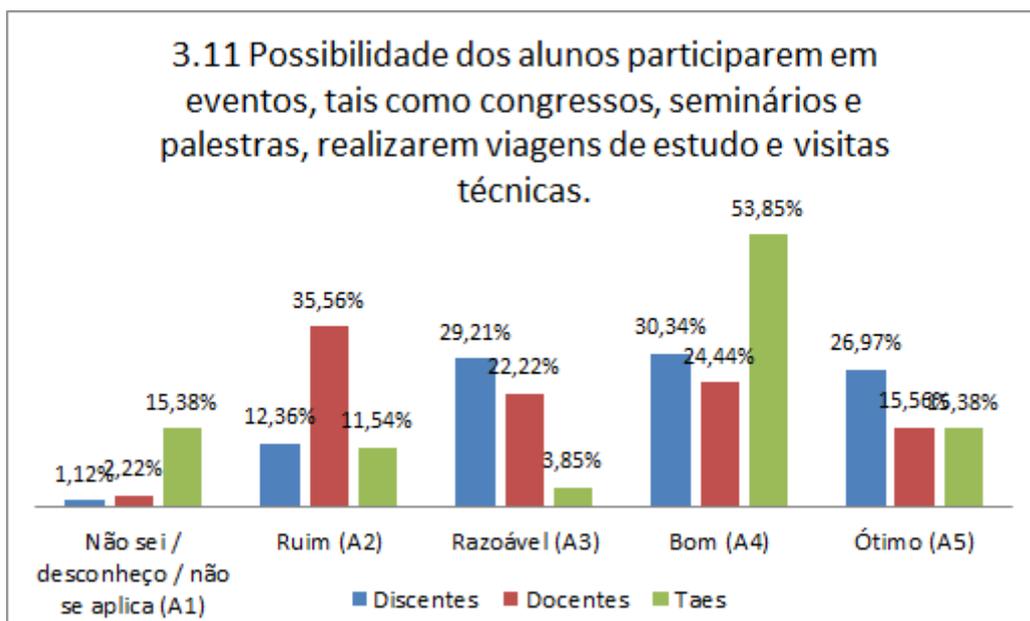


Os gráficos demonstram que as avaliações têm menos unanimidade, mas isto pode estar relacionado a problemas de verba para pesquisa. Observa-se que cerca de 16% dos docentes consideram ruins as ações de pesquisa e de projetos de extensão ou de inovação. Cerca de 46% dos docentes consideram as ações boas, enquanto esta mesma avaliação é considerada por cerca de 58% dos técnicos administrativos e 42% dos discentes. O recomendável neste quesito seria

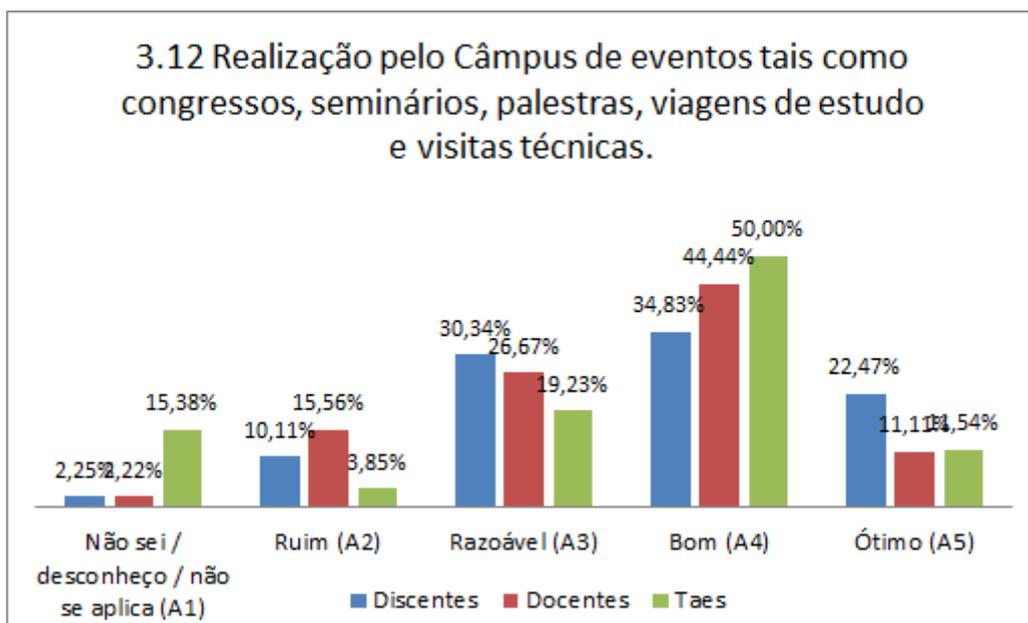
um maior investimento em ações de projeto e de pesquisa, embora seja sabido que há forte limitação de verba para estas finalidades.



Com relação à existência de grupos de pesquisa, cerca de 18% dos docentes e 17% dos discentes avaliaram como ruim a situação. No entanto, avaliaram como razoável, mais de 22% dos docentes e cerca de 21% dos discentes e 19% dos TAE's. Estes resultados podem demonstrar uma possível falta de divulgação do que está sendo realizado em termos de pesquisa, mas, pode sugerir que existe espaço para a criação de mais grupos de pesquisa no Câmpus, melhorando assim a percepção dos segmentos sobre este tipo de ação.

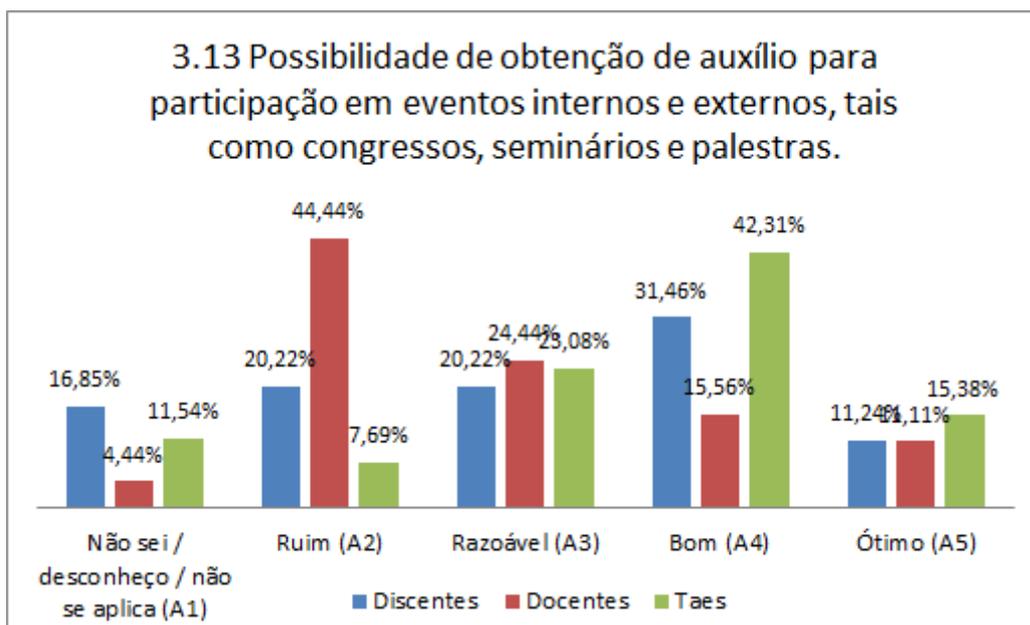


A avaliação revelou que a maioria dos docentes estão satisfeitos com a possibilidade dos alunos participarem de visitas técnicas, viagens de estudo e eventos: 62%, somando-se “razoável”, bom e ótimo. Mas, 35,56% consideram a situação “ruim”, assim como 12% dos discentes e 11% dos TAE’s. O estímulo para a ampliação destas ações poderia reduzir o número considerável de insatisfeitos.



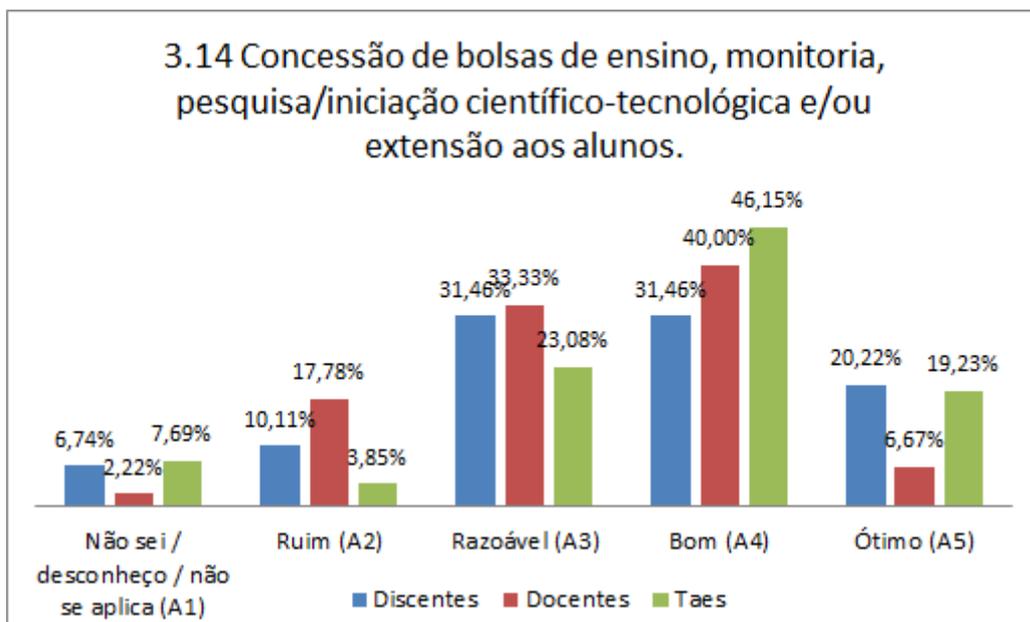
Nesse item da avaliação houve uma oscilação das respostas e diferenciação relevante entre as opiniões dos discentes, docentes e TAE’s. Para a resposta “Não sei / desconhecimento / não se aplica (A1)” observa-se que o grupo representado pelos técnicos, foi o que mais respondeu desconhecer eventos na instituição de ensino, contribuindo com 15,38% dos votos nessa resposta. Ao mesmo tempo que o grupo foi o que mais avaliou o item como sendo “Bom” na instituição, contribuindo com 50% para essa resposta, seguidos dos docentes que contribuíram com 44,44% das respostas.

A opinião dos discentes quanto ao critério, esteve mais concentrada entre as respostas “Razoável” e “Ótimo”, sendo a maioria representada por 30% dos alunos que opinaram concordantes para a opinião que os eventos na instituição são Razoáveis.



Fica claro a discrepância de opinião que há entre os TAE's e docentes quando ao item 3.13 desse eixo, vista que a maioria dos docentes 44,4% entendem ser ruim o auxílio para participação em eventos internos e externos no câmpus. Enquanto para 42,31% dos opinantes, que representam os TAE's, esse fator na instituição representa ser bom.

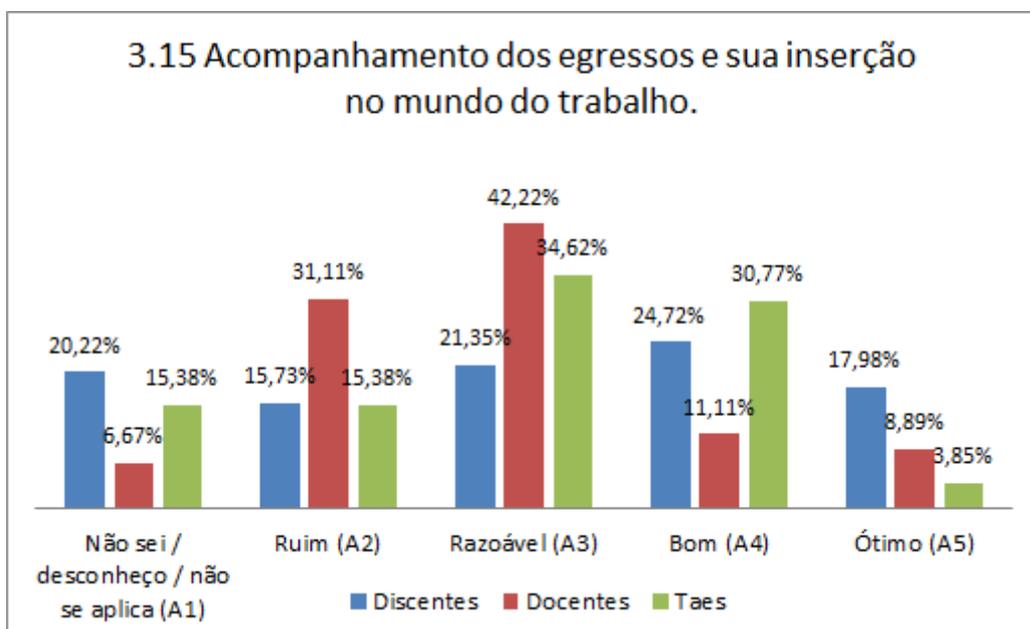
Os discentes em sua maioria (33,46%) consideram ser boa a possibilidade de obtenção de auxílio para eventos, mas também são o grupo que mais afirmam desconhecer que existe a possibilidade de obter o auxílio para essas situações.



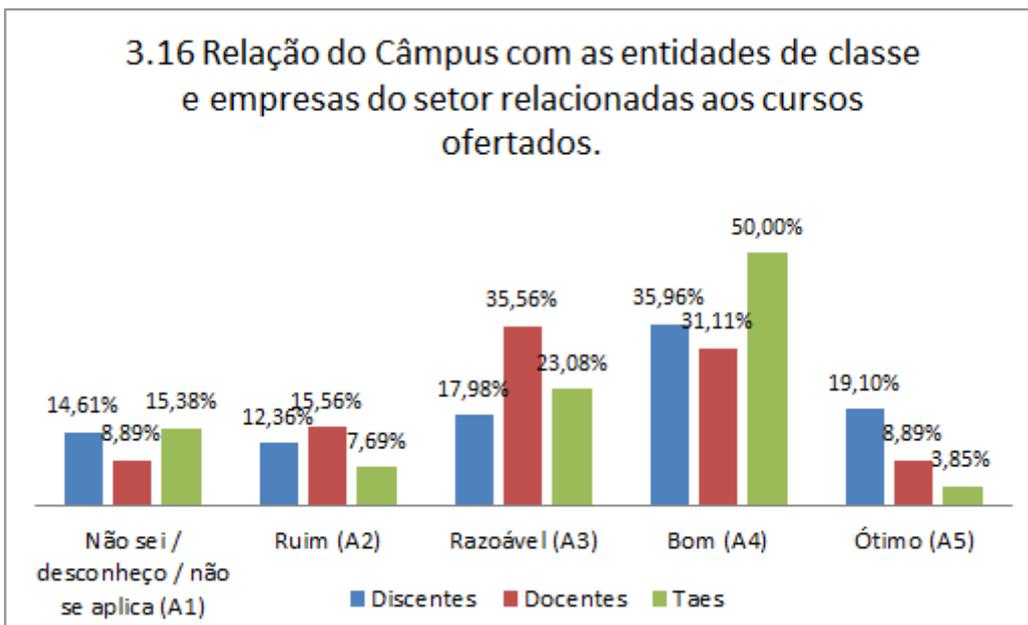
O item 3.3 do eixo em questão trata de benefícios que são concedidos aos alunos do câmpus. E um fato curioso no resultado obtido é que, a melhor avaliação para o critério foi dos TAE's (que não são beneficiados por esses auxílios), e responderam com 46,15% das respostas,

considerar boa a concessão de bolsas aplicadas na instituição, e os demais critérios avaliados nesse item. Seguidos dos docentes que contribuíram para a avaliação “Bom” com 40% das respostas, e dos discentes que ocupam a 3ª posição com 31,46% das opiniões com esse resultado.

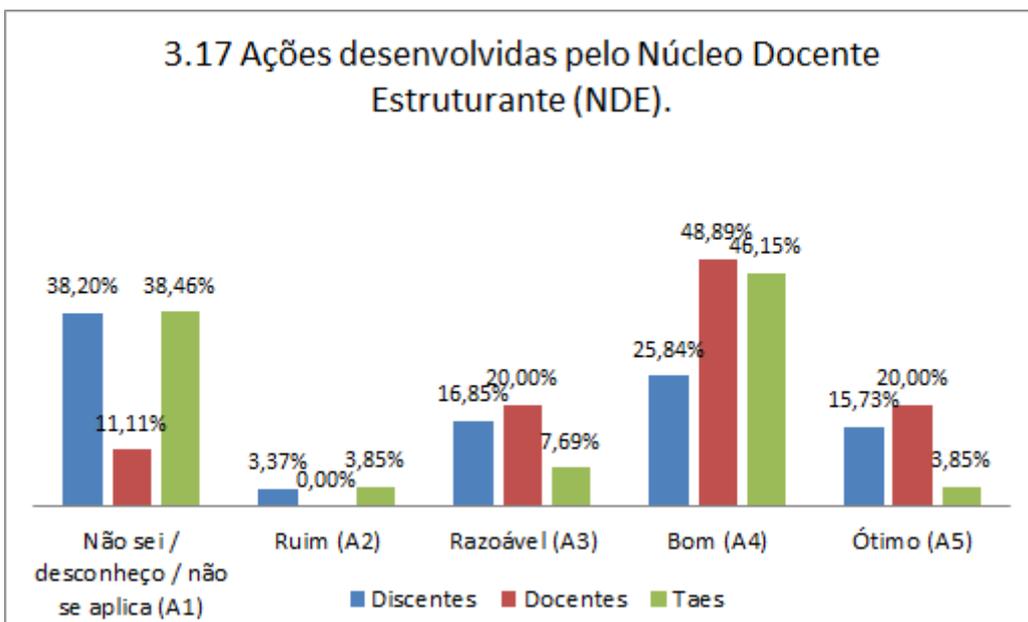
Os docentes foram os que mais consideraram ser ruim os auxílios no câmpus, com 17,78% das respostas direcionadas para essa avaliação. Em contrapartida os discentes despontam no resultado “Ótimo” como o grupo com maior aderência ao resultado com 22,22% dos votos, o que é significativo para o resultado, uma vez que, representam o grupo beneficiado pelos auxílios.



Os docentes no item 3.15 são maioria quanto a opinião de que é razoável o acompanhamento dos egressos e sua inserção no mundo do trabalho, e 31,11% ainda julga ser ruim esse acompanhamento dos ex-alunos na instituição de ensino. Outro fator que chama a atenção é o resultado que demonstra que 20,22% dos alunos, apontam desconhecer ou não se aplicarem ao acompanhamento dos egressos, o que pode significar que não fica claro a esse público, se existe um modelo para acompanhamento dos egressos e que, caso haja, ele é pouco divulgado.

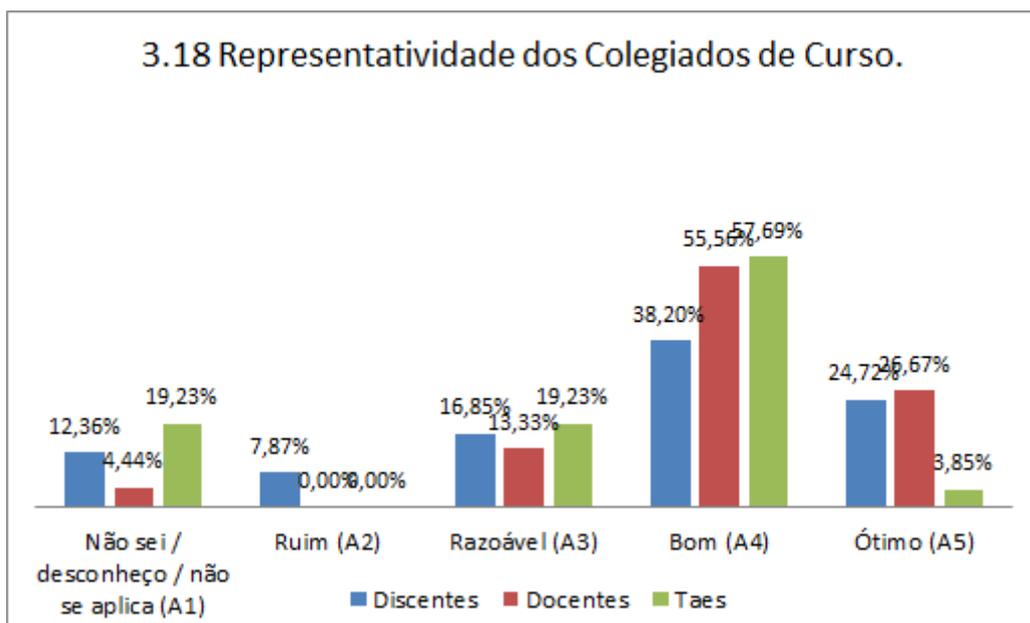


Os docentes e os TAE's divergem de opinião quanto ao item 3.16, onde os TAE's apresentam considerar suficiente a relação do campus com entidades de classe e empresas relacionadas aos cursos, apontando que 50% desse público concorda com essa opinião. Diferente dos docentes que consideram ruim ainda, o nível dessas parcerias na instituição tendo a aderência de 35,56% dos professores sinalizando que, são necessárias melhorias nesses relacionamentos externos e *Networks* institucionais.

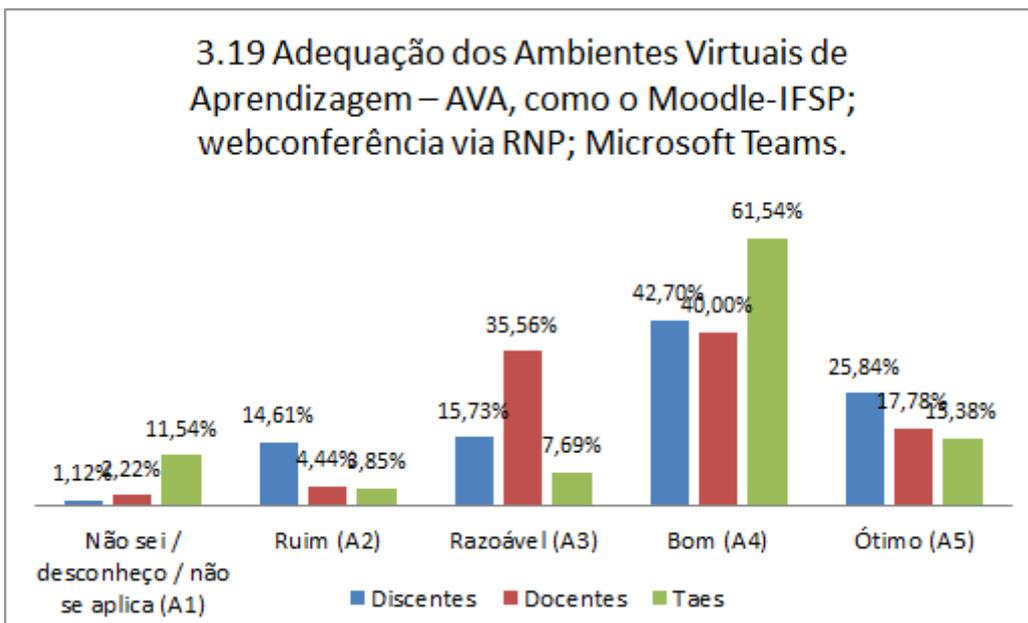


A maioria dos respondentes abordados do grupo docente e do grupo dos TAE's, consideram que estão em um nível bom as ações desenvolvidas pelo Núcleo Docente. Porém, os discentes sinalizam em seu percentual de 38,20%, assim como os TAE's que apresentaram

praticamente o mesmo percentual, que desconhecem o que produzem os NDE's dos cursos. Esse fato demonstra uma fraca divulgação, ou até mesmo, divulgação nenhuma. Ao consultarmos as abas dos cursos superiores do Câmpus São Roque, observamos que não há nada a respeito dos NDE's dos cursos LCB, TGA e TVE. Já no caso do BAD há uma aba para NDE e outra para o Colegiado do Curso. No entanto, mesmo no caso deste curso, não está havendo uma atualização dos conteúdos.

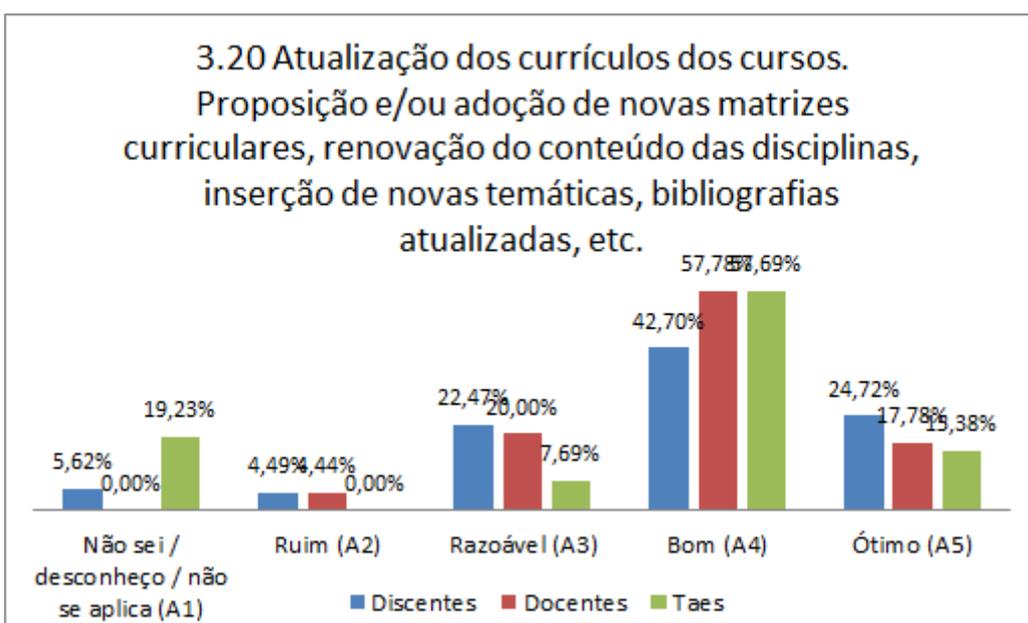


Os três grupos abordados estão de acordo quanto a consideram como “Bom” a representatividade dos colegiados no câmpus, sendo o grupo dos TAE's o grupo com maior nível de concordância 57,69%, seguidos dos docentes 55,56% e dos discentes com 38,20% das respostas sinalizando essa avaliação. Também é possível observar uma aderência relevante, de parte dos participantes discentes e docentes da pesquisa 24,72% e 26,67% respectivamente, para o resultado “Ótimo” nesse item.



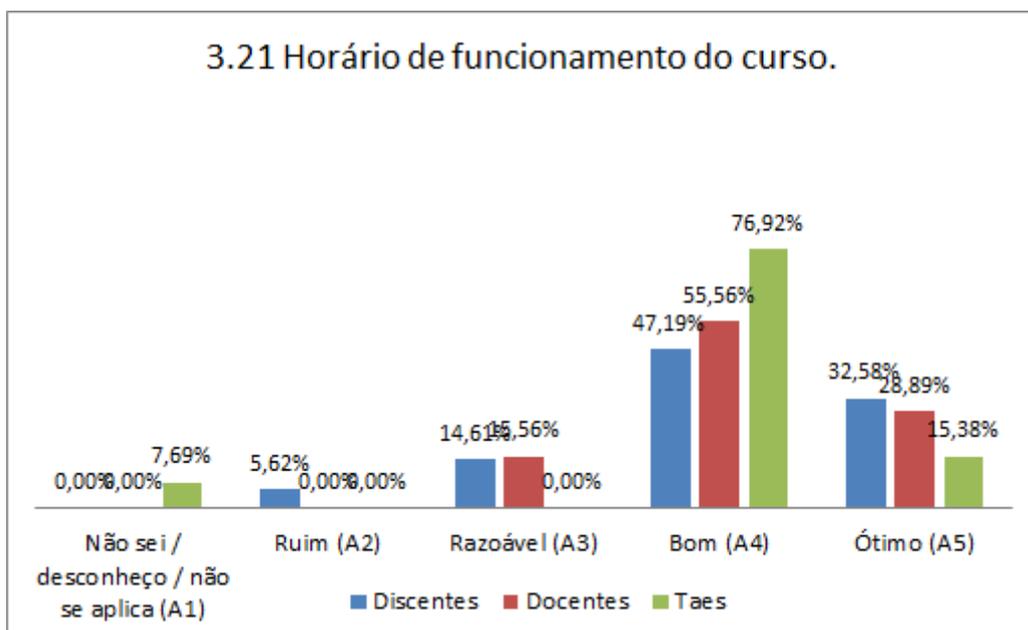
Quanto as avaliações a respeito das aderências aos ambientes virtuais disponibilizados pelo instituto, pode se considerar que o resultado foi positivo quanto a experiência da maioria dos usuários, que sinalizaram uma boa adequação ao uso das ferramentas. Para os TAE's a adequação demonstra ter sido boa para a maioria desse grupo respondente, sinalizando que 61,64% dos técnicos estão aderentes aos novos métodos de comunicação.

Os discentes são o grupo que se destacam para o resultado “Ótimo” apontando que 25,84% dos usuários está completamente satisfeito com adequação as plataformas.



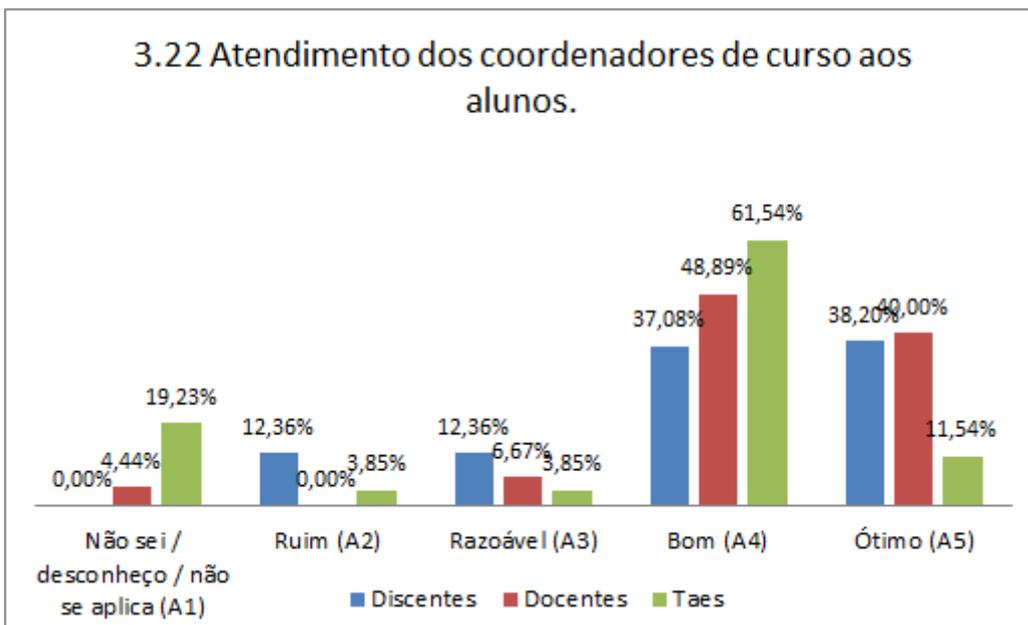
Observa-se um alto nível de contentamento dos envolvidos nessa pesquisa para a avaliação desse item pois, a maioria dos respondentes concentraram suas respostas nas

avaliações “Bom” e “Ótimo”. Os discentes, sendo o grupo mais afetados pelas atualizações curriculares, sinalizaram em um percentual de 24,72% que estão completamente satisfeitos com as alterações realizadas para os próximos períodos, o que representa um resultado muito satisfatório para o câmpus.



Outo resultado satisfatório para o instituto é com relação ao horário de funcionamento do curso (vista que não é possível atender a todas as necessidades nesse sentido), o resultado obtido demonstra que os horários estabelecidos atendem a grande maioria das realidades. Em especial a realidade dos técnicos que sinalizam com 76,92% de sua maioria uma avaliação positiva para o resultado “Bom”, sendo possível destacar ainda os níveis de aderência de 47,19% e 55,56% dos discentes e docentes a esse mesmo resultado.

O resultado ótimo também demonstra aderência significativa principalmente para os grupos dos discentes 32,58% e docentes 28,89% que atenderam a essa resposta.



Continuando em uma crescente positiva o resultado para o quesito atendimento dos coordenadores de curso aos alunos aponta que discentes, docentes e TAE's corroboram que os atendimentos são considerados bons e ótimos em sua grande maioria, conforme demonstra o gráfico que sinaliza que 37,08% e 38,20% dos alunos consideram estarem "Bom" ou "Ótimo" os atendimentos da coordenação. Indo em concordância com a opinião dos professores que também sinalizam estarem satisfeitos com os atendimentos.

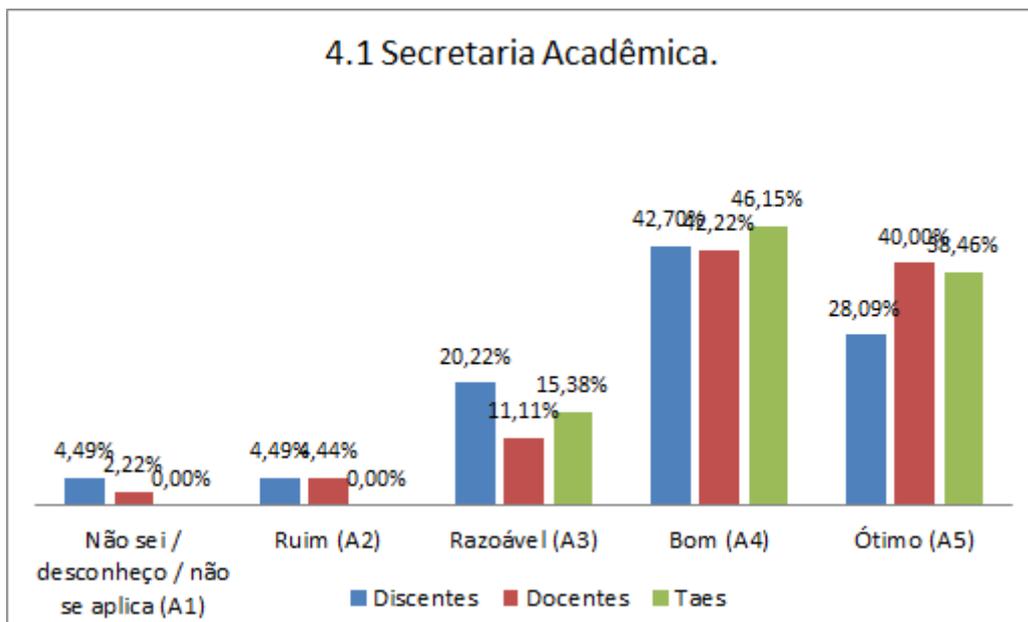
E apesar de relevante participação dos TAE's para o resultado, nesse item serão destacados apenas os discentes e docentes por serem os grupos afetados por essa parte do eixo.



Finalizando o eixo avaliado é surpreendente o nível de respostas para os resultados “Bom” e “Ótimo”. Ambos discente, docentes e TAE’s consideram ser positivos os níveis de preparo para a atuação profissional. Os TAE’s são o grupo mais otimista quanto a considerar que é bom o preparo dos técnicos e os docentes os mais otimistas quanto a entender como ótimo o preparo dos professores. Mas é bom destacar que os alunos também se sentem preparados uma vez que 41,57% teve aderência para o resultado “Bom” e 35,96% teve aderência para o resultado “Ótimo”.

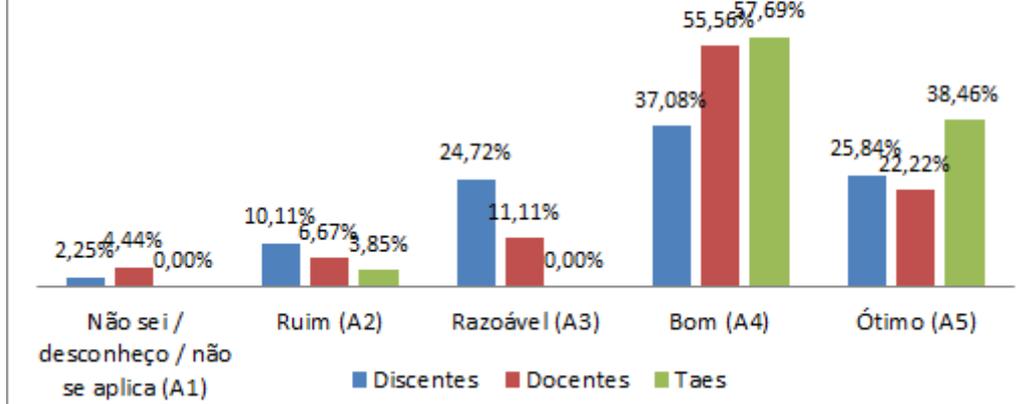
EIXO 4 – POLÍTICAS DE GESTÃO

As políticas de gestão envolvem uma gama de atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa, à extensão e ao gerenciamento da Instituição. Um dos seus vieses relaciona-se à política de capacitação.



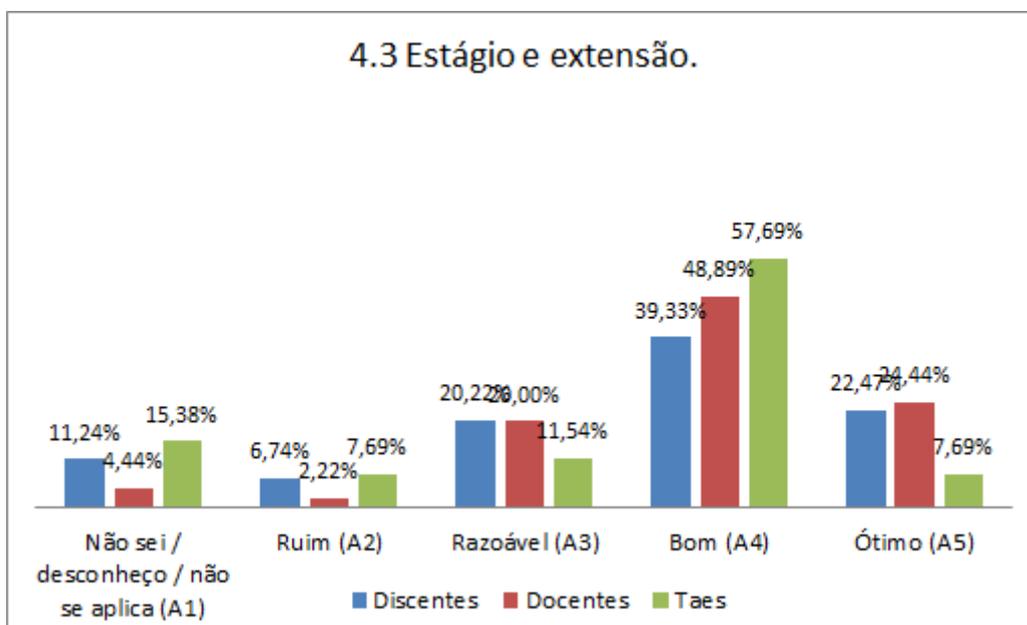
A Secretaria Acadêmica do Câmpus São Roque foi muito bem avaliada pelos diversos públicos superando os 80% para os parâmetros *bom* e *ótimo* entre os docentes e técnicos administrativos, e 70% entre os discentes.

4.2 Coordenadoria de Apoio ao Ensino (controle de horários/controla da disciplina/distribuição das salas/informações sobre ausência dos professores).

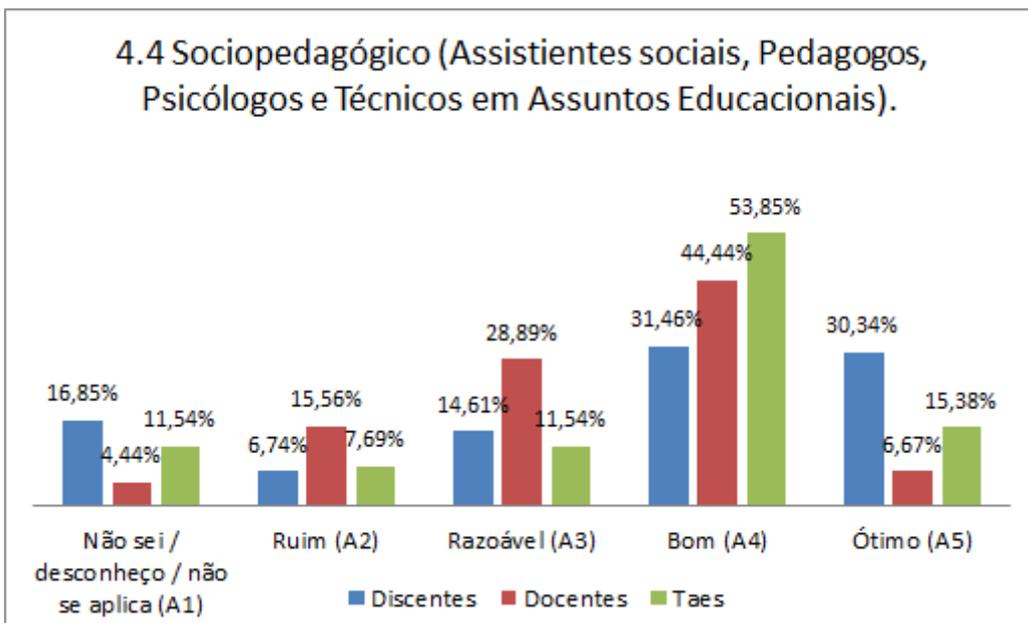


Praticamente 25% dos discentes consideram a Coordenadoria de Apoio ao Ensino apenas razoável, mas 62% consideram *bom* ou *ótimo*. 77% dos docentes e 96% dos técnicos administrativos consideram *bom* ou *ótimo*. Recomenda-se uma aproximação com os estudantes para identificar as razões desta avaliação que demonstram espaço para melhorias.

4.3 Estágio e extensão.



O setor de Extensão, responsável inclusive pelos Estágios, também poderia investir em aproximação junto aos estudantes para verificar os valores obtidos: 20% de regular e 62% de *bom* ou *ótimo*. Chama a atenção que 11% dos estudantes e 15% dos técnicos administrativos não conheçam o setor. Caberia aqui um trabalho de maior divulgação das ações de Extensão. 20% dos professores consideram o setor apenas razoável, mas 49% consideram *bom* e 24 *ótimo*.



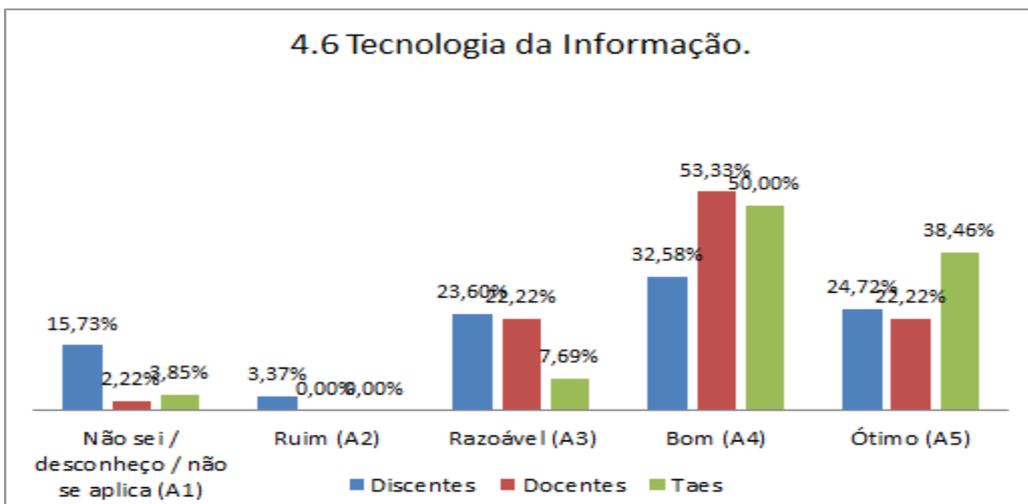
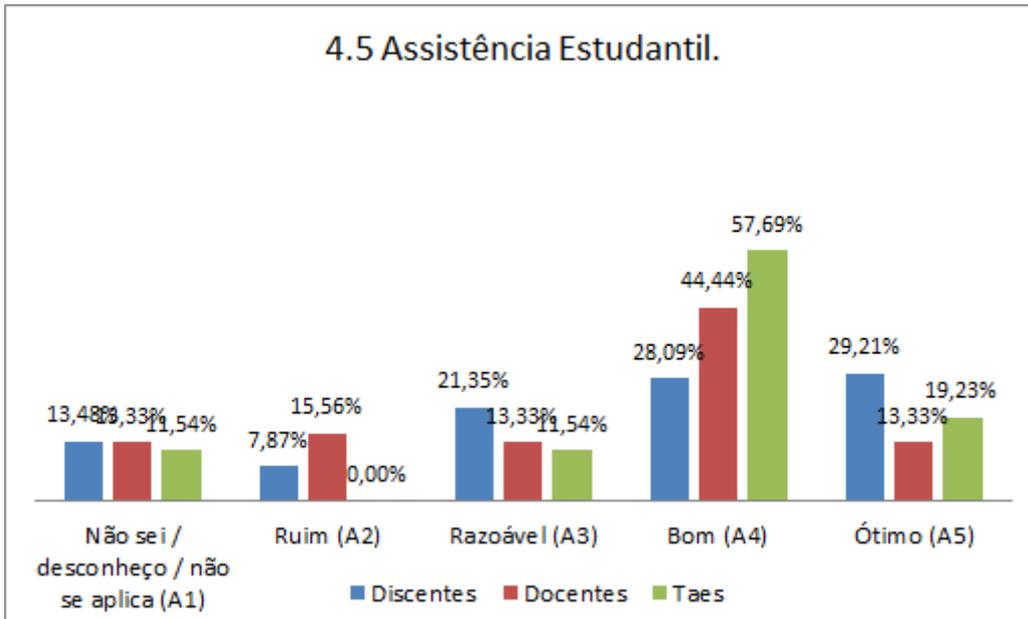
(Errata: “Assistentes sociais” ao invés de “Assistentes sociais”)

A exemplo do que ocorreu na Avaliação de 2019, um percentual importante dos estudantes (16,8%) desconhece o trabalho do Serviço Sociopedagógico. A situação atípica de 2020 devido à Pandemia de COVID19 pode ter comprometido tentativas de melhor divulgação dos serviços diante dos discentes. Podemos observar que, também, 11,5% dos Técnicos Administrativos desconhecem o Serviço Sociopedagógico.

Mas, se considerarmos as categorias “bom” e “ótimo”, observamos que existem avaliações favoráveis de discentes e de técnicos administrativos que são, respectivamente: 62% e 69%. Já por parte dos docentes, 6,7% consideram o serviço ruim, 14,6% apenas razoável e cerca de 50% como “bom” ou “ruim”. Aparentemente cabe aqui uma possível abordagem junto aos professores para conhecer os motivos desta votação e para divulgar os serviços do setor.

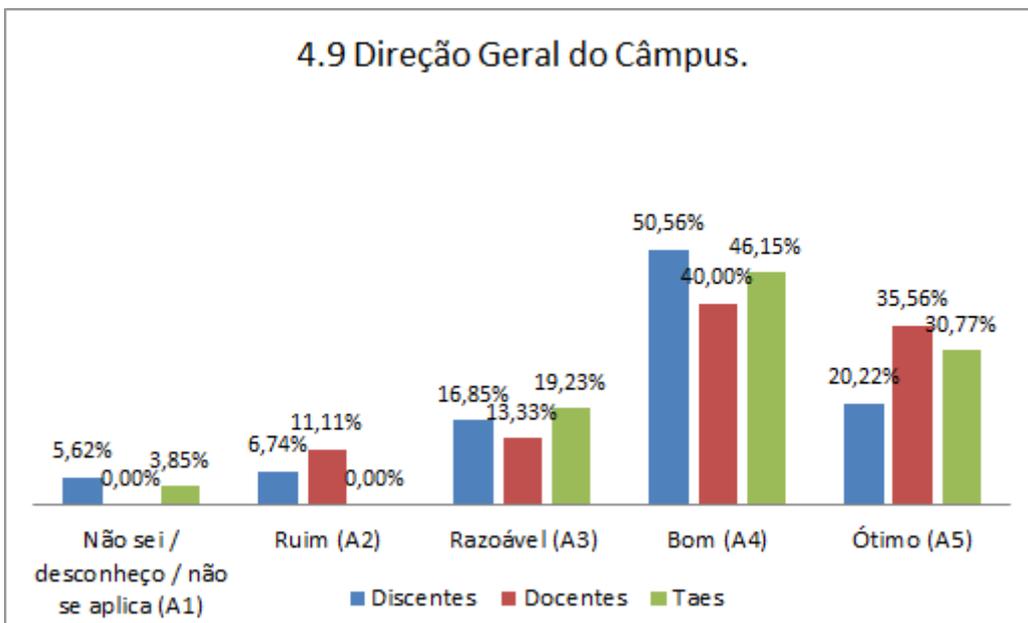
Com relação à Assistência Estudantil que pode ser considerado o principal serviço do Núcleo Sociopedagógico, conforme o Gráfico 4.5 abaixo, a situação parece ser um pouco mais grave, pois cerca de 13,5% dos estudantes e dos docentes não conhecem o Programa além de 12% dos técnicos administrativos.

Cerca de 8% dos discentes consideram a Assistência Estudantil “ruim” e 21% apenas “razoável”. Dos que consideram “bom” ou “ótimo” temos 28% e 29% dos discentes, respectivamente.

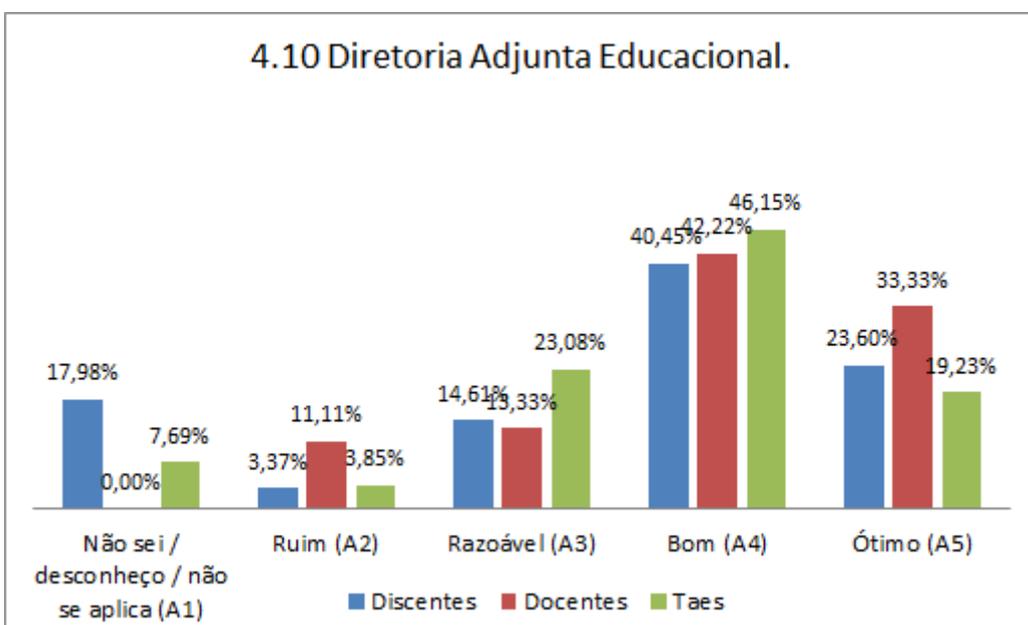


Cerca de 16% declararam desconhecer o setor de TI do Câmpus. Talvez, seja o caso de divulgar o setor e seus serviços para os estudantes. Na avaliação de “razoável” avaliaram 23,6% dos estudantes e 22% dos professores.

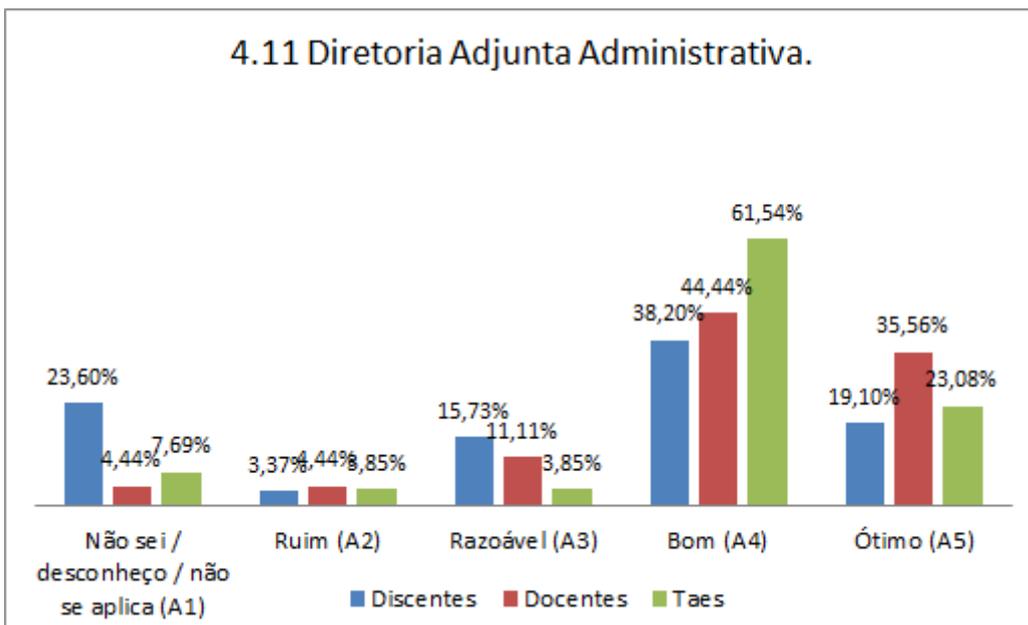
A área de TI foi muito bem avaliada pelos docentes e pelos técnicos administrativos: 75% e 88%, respectivamente, de “bom” e “ótimo”.



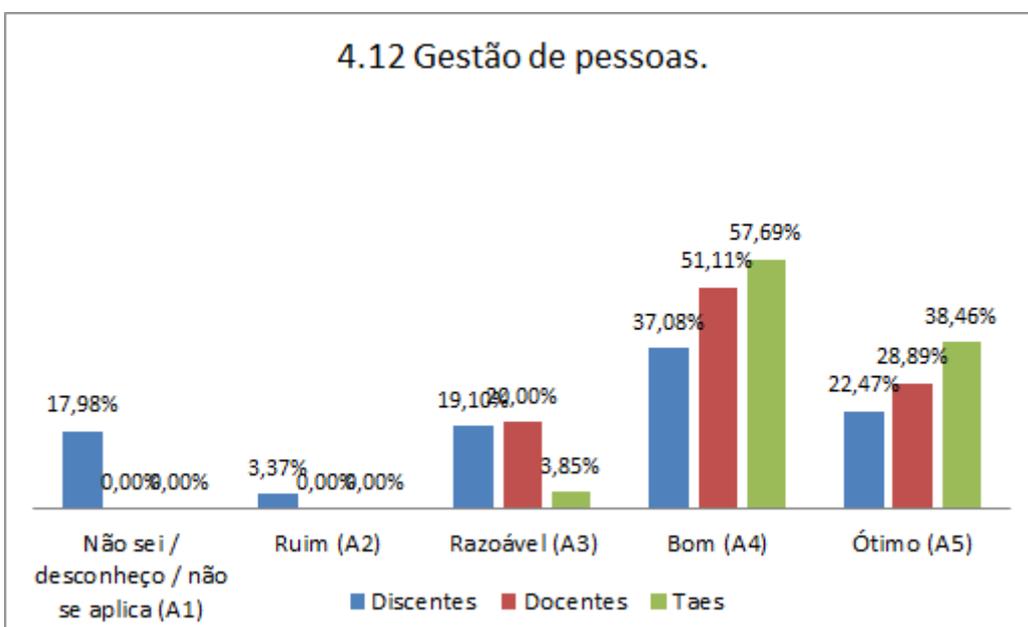
A Direção Geral do Câmpus foi bem avaliada pelos 3 segmentos, conquistando percentuais de “bom” e “ótimo” acima de 70%.



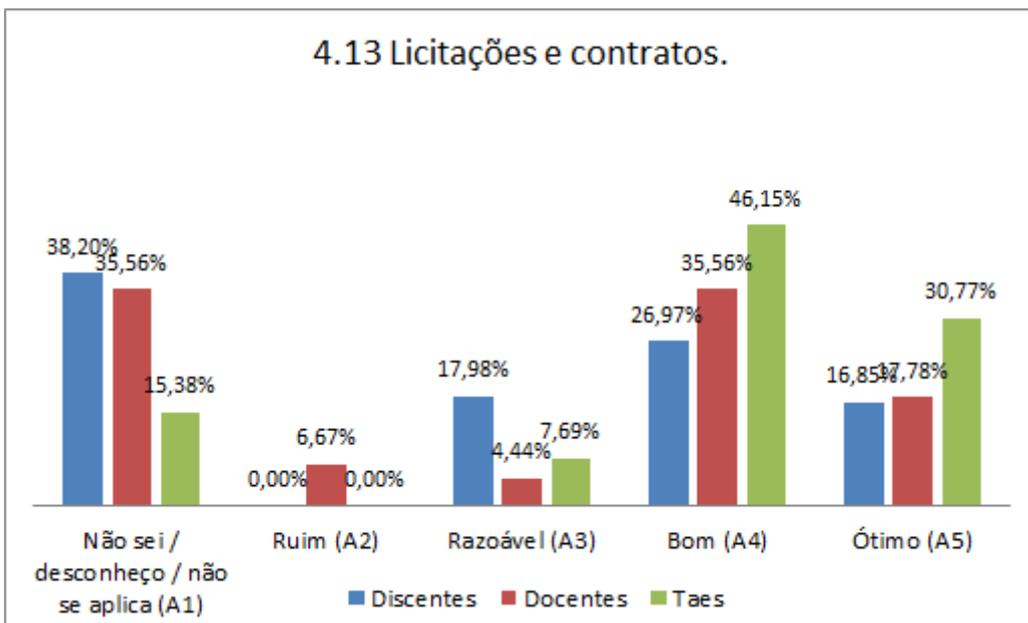
A Diretoria Adjunta Educacional também foi bem avaliada com percentuais de “bom” e “ótimo” ligeiramente acima de 60% nos segmentos de discentes e técnicos administrativos e ao redor de 75% entre os docentes. No entanto, 11% dos docentes consideraram a atuação “ruim” e 13% apenas “razoável”. No caso dos técnicos administrativos 23% consideraram “razoável” assim como 14,6% dos discentes.



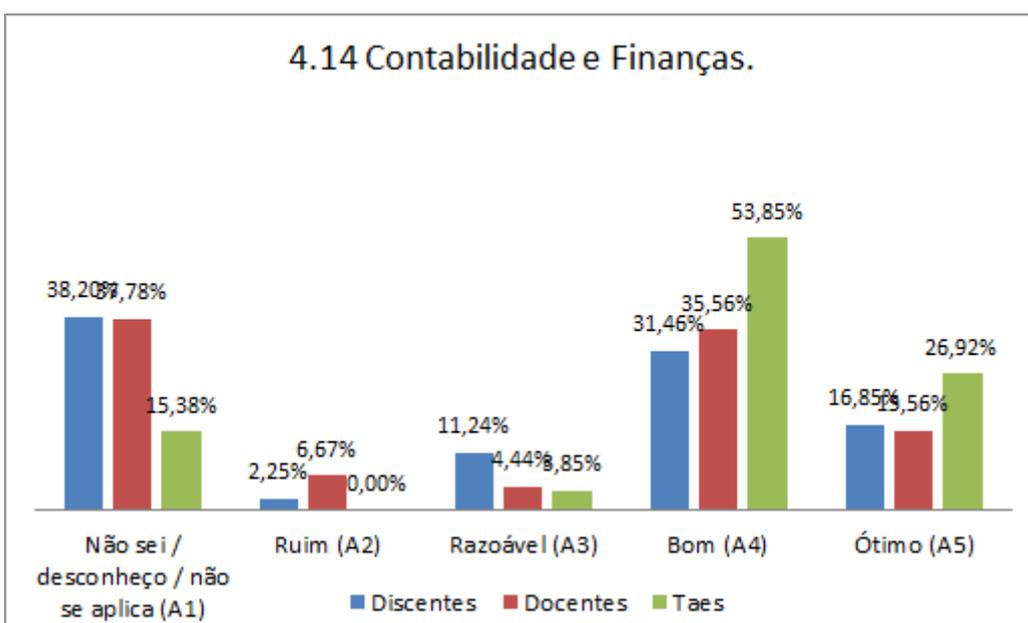
Observamos que 23,6% dos estudantes não conhecem a Diretoria Adjunta Administrativa, que pela relevância de seus serviços, poderia avaliar a possibilidade de se apresentar aos discentes. Esta importância está destacada nas avaliações de “bom” e “ótimo” por parte dos discentes e dos técnicos administrativos: acima de 80%.



O setor de Gestão de Pessoas do Câmpus foi muito bem avaliado, principalmente pelos docentes e técnicos administrativos que são seus principais clientes: as categorias “bom” e “ótimo” foram escolhidas por 80% dos docentes e 95% dos técnicos administrativos. Já no caso dos estudantes, chama a atenção que 18% não conheçam este serviço, o que pode justificar uma melhor divulgação junto a este segmento.

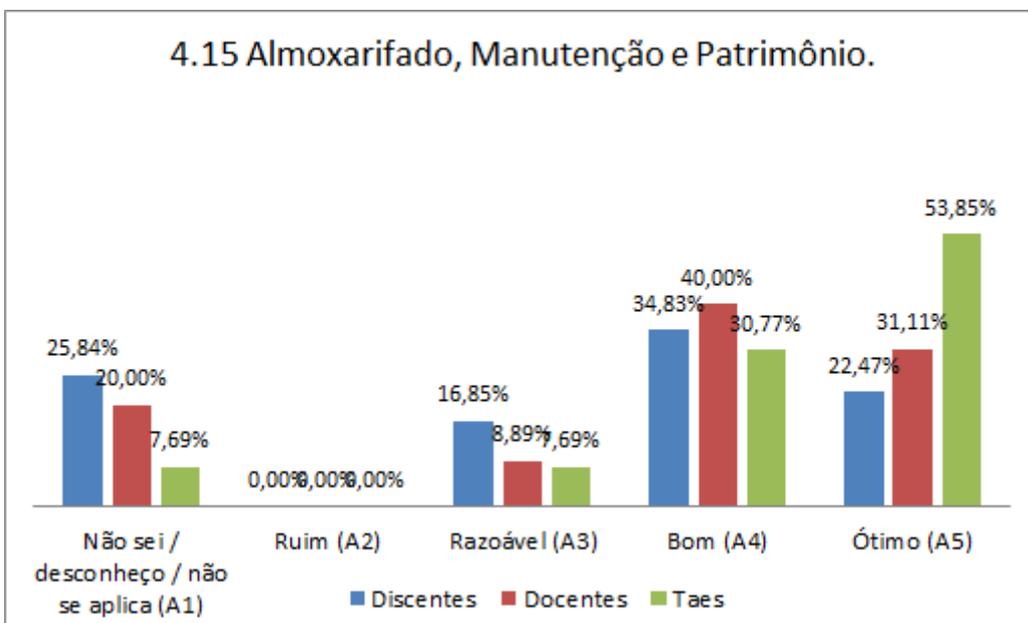


Como pode ser considerado natural, 38% dos discentes declararam não conhecer o assunto. No entanto, chama a atenção o fato de 35% e 15% dos docentes e dos técnicos administrativos, respectivamente, informarem que não conhecem as Licitações e Contratos. Talvez, seja o caso de uma avaliação sobre a possibilidade de uma maior transparência nesses processos. Uma outra constatação na mesma direção é a avaliação dos docentes nos quesitos “bom” e “ótimo”: apenas 42%. Já os técnicos administrativos parecem conhecer bem os processos e avaliaram em 77% entre “bom” e “ótimo”.

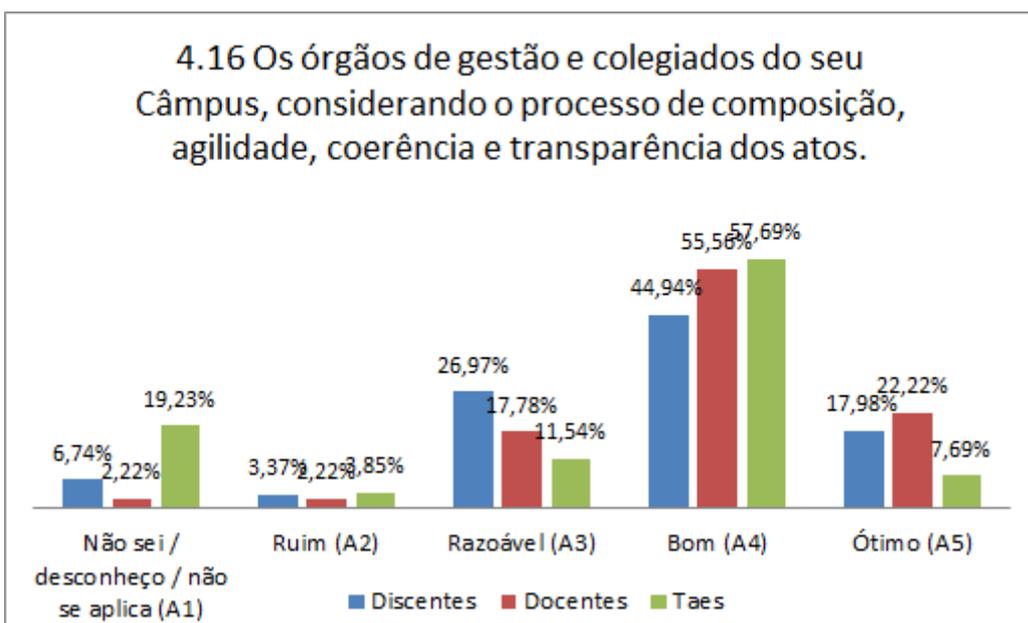


Conforme o gráfico acima sobre Contabilidade e Finanças, cerca de 38% dos discentes e docentes, desconhecem o tópico abordado. Diferente dos técnicos administrativos, que

qualificaram como "bom" ou "ótimo" somados em 80%. Vale destacar que os que consideram "ruim" ou "razoável", proporcionalmente constituem uma parcela com baixa representatividade.

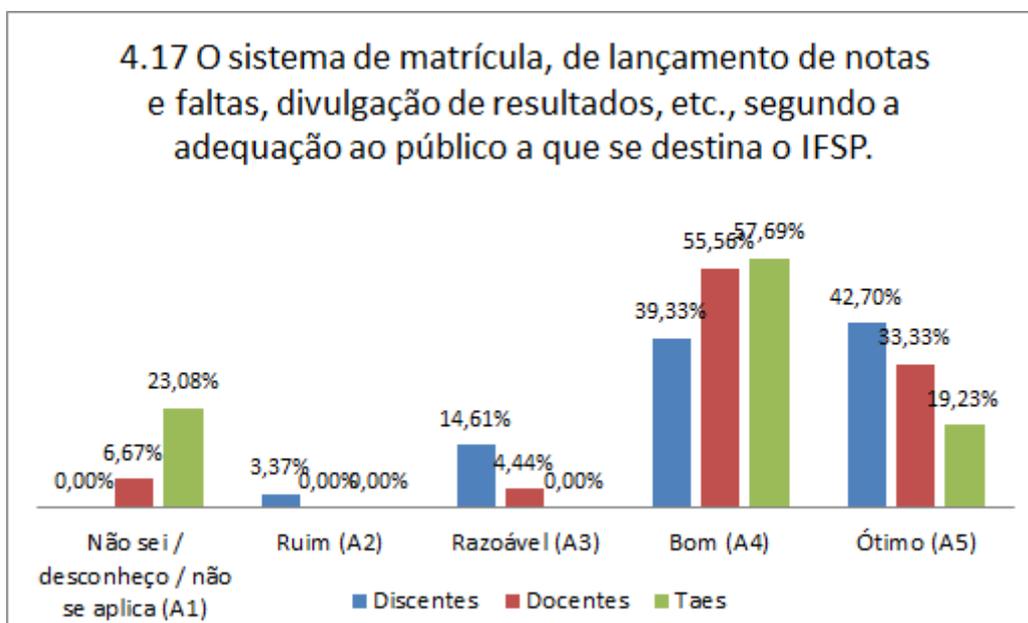


Em relação aos setores de Almojarifado, Manutenção e Patrimônio, 25% dos discentes e 20% dos docentes afirmaram não conhecer sobre. Enquanto 80% dos técnicos administrativos consideram a gestão desses recursos como *bom e ótimo*.

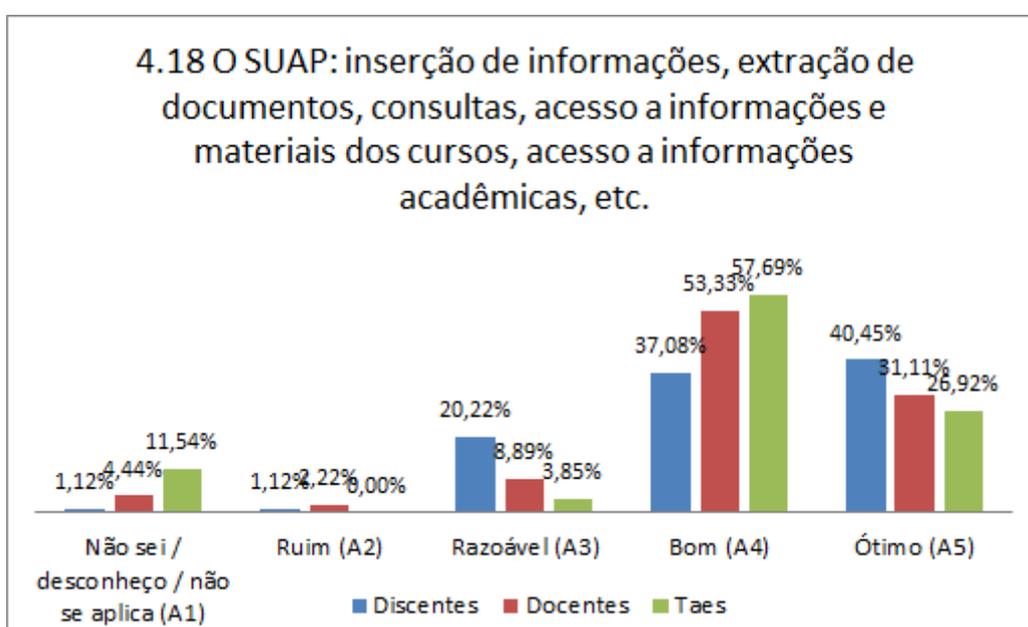


As resposta revelam que há certa pacificação com relação à composição dos órgãos de gestão, entendidos como coordenadores de cursos e de áreas, e diretores. Da mesma forma com relação

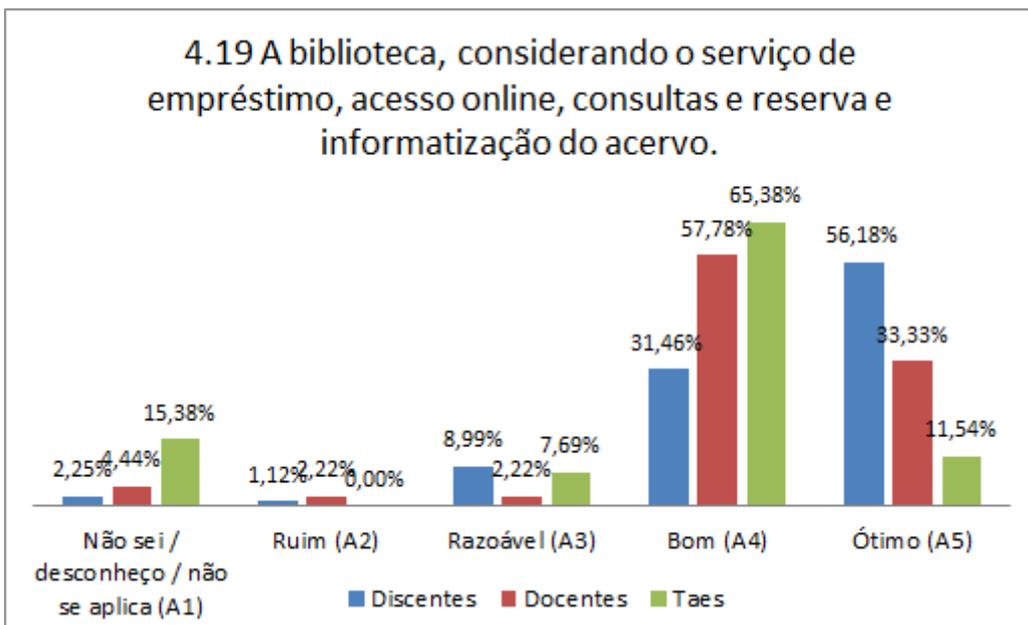
às decisões e ações. As reduzidas porcentagens no quesito “ótimo” demonstram que não se trata de uma classificação de “excelência”, mas a gestão parece estar muito mais para “boa” do que para “ruim”, que apresentou porcentagens não significativas.



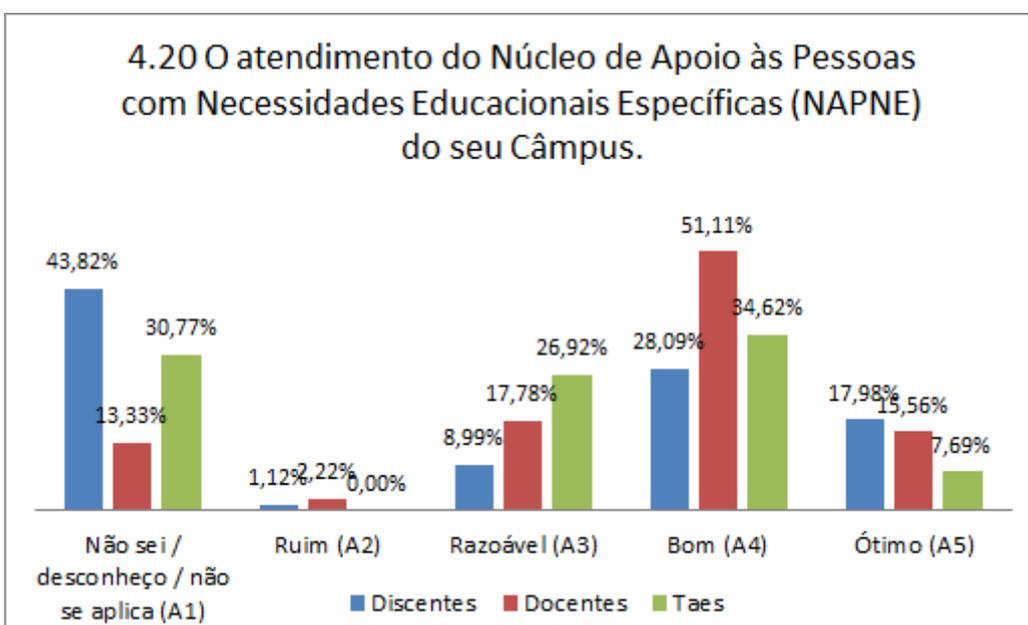
O tópico abordado no gráfico 4.17 se refere ao sistema de matrícula, notas e resultados. Neste, é possível observar que mais de 80% dos pesquisados se sentem satisfeitos com o sistema.



No que se refere ao SUAP, a satisfação dos pesquisados também é característica, uma vez que 78% dos discentes, 84% dos docentes e 85% dos técnicos administrativos caracterizaram o sistema como bom ou ótimo.

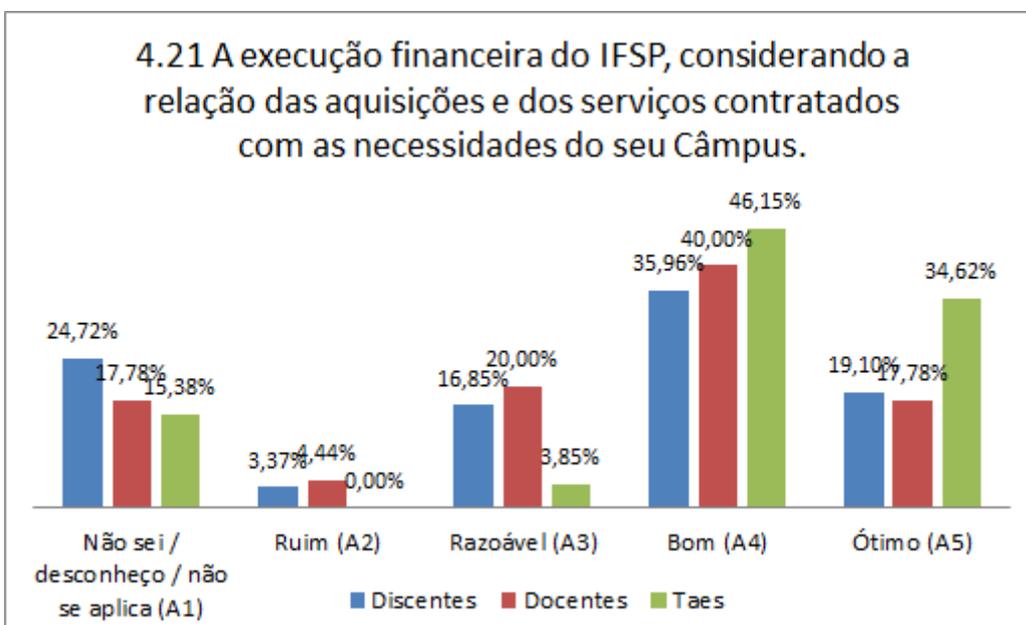


Em se tratando dos serviços oferecidos pela biblioteca, a maioria dos pesquisados demonstrou satisfação. Contudo, chama atenção o fato de 15% dos técnicos administrativos desconhecerem o serviço, o que indica a necessidade de maior incentivo ao uso dos mesmos por esta parte dos usuários.

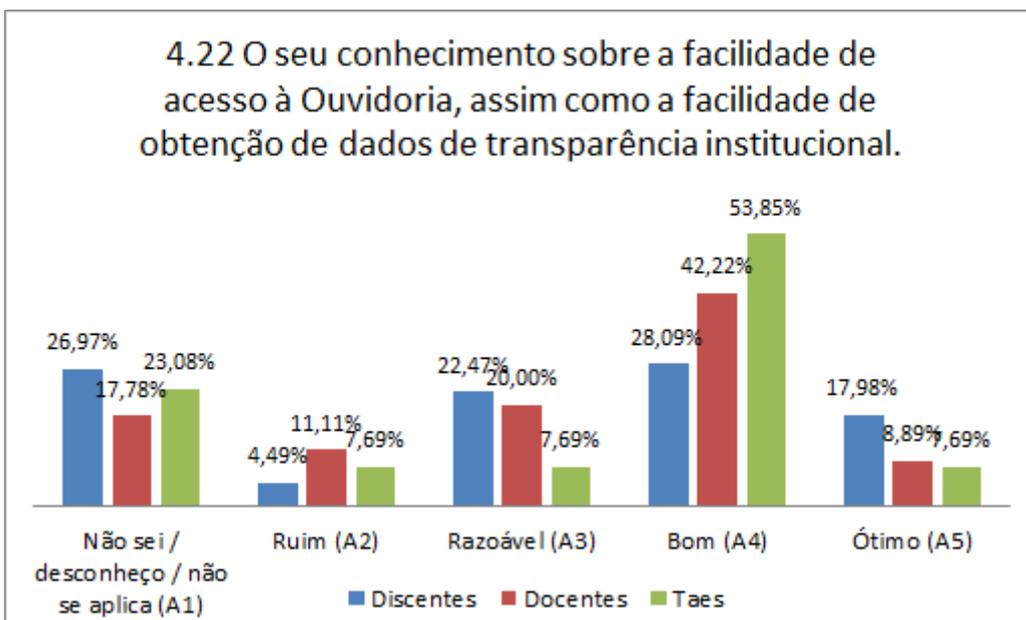


Observa-se que 44% dos discentes e 31% dos Técnicos Administrativos não conhecem sobre o NAPNE, demonstrando assim que não existe uma boa apresentação sobre esse núcleo à esses grupos. Entretanto, 51% e 16% dos docentes consideram o atendimento prestado pelo Núcleo

de apoio às pessoas com necessidades educacionais específicas como Bom e Ótimo, respectivamente.

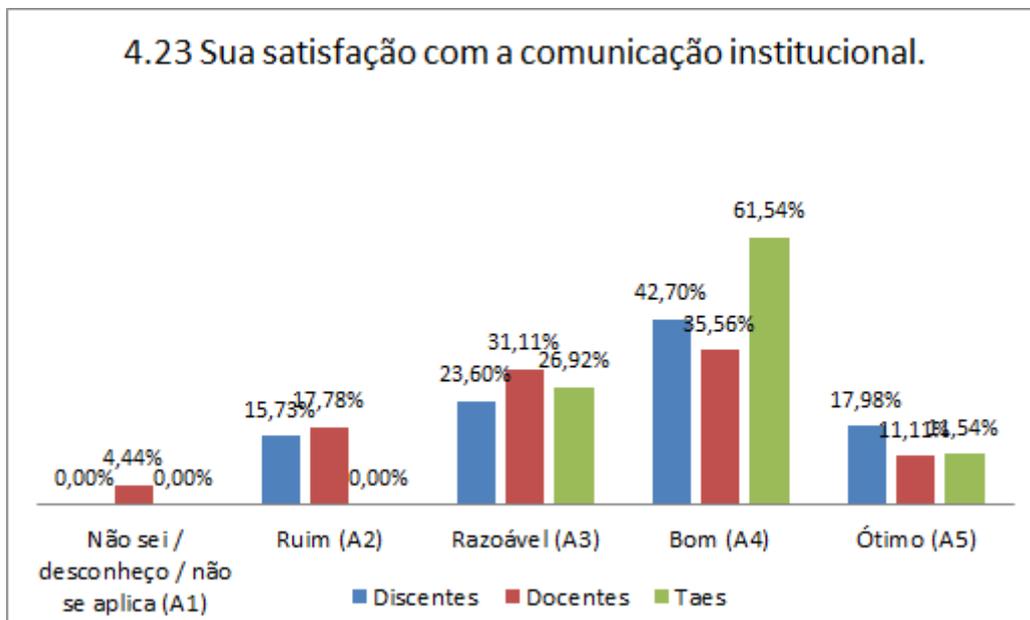


Outro ponto de melhoria segundo os resultados da pesquisa é sobre o conhecimento da execução financeira do IFSP, uma vez que 25% dos discentes, 18% dos docentes e 15% dos Técnicos Administrativos demonstraram desconhecer sobre o tema.

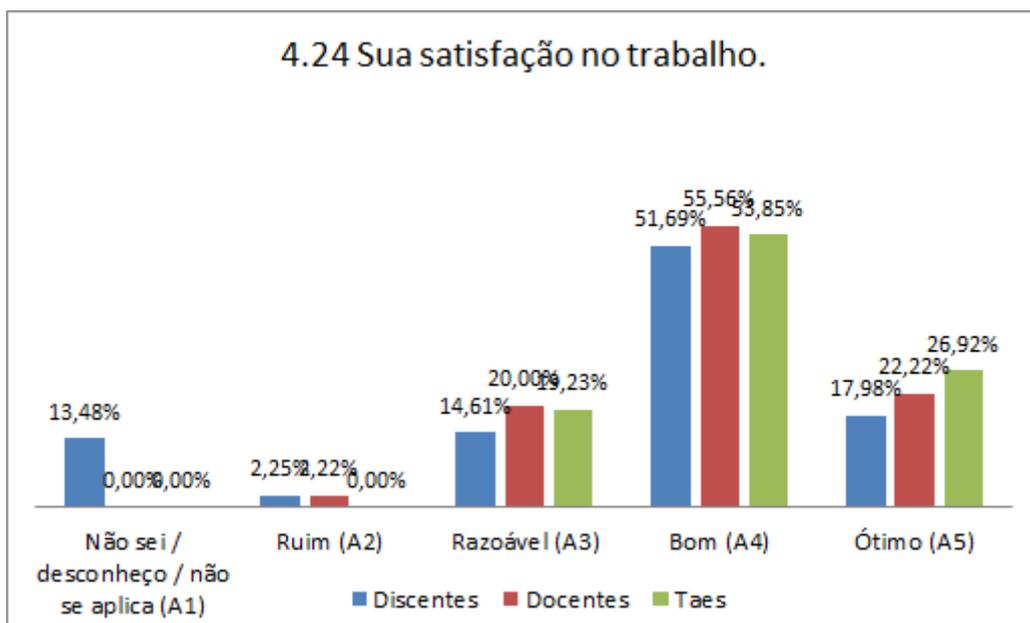


Cerca de 27% dos discentes, 18% dos docentes e 23% dos técnicos administrativos afirmam não conhecer sobre a Ouvidoria e outras formas de obtenção de dados dentro da instituição,

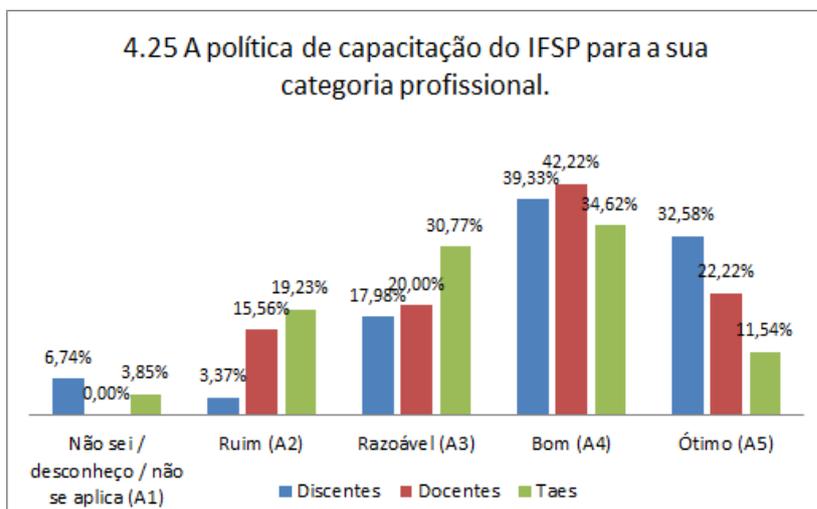
demonstrando que há a necessidade de uma maior divulgação dessas formas de transparência institucional.



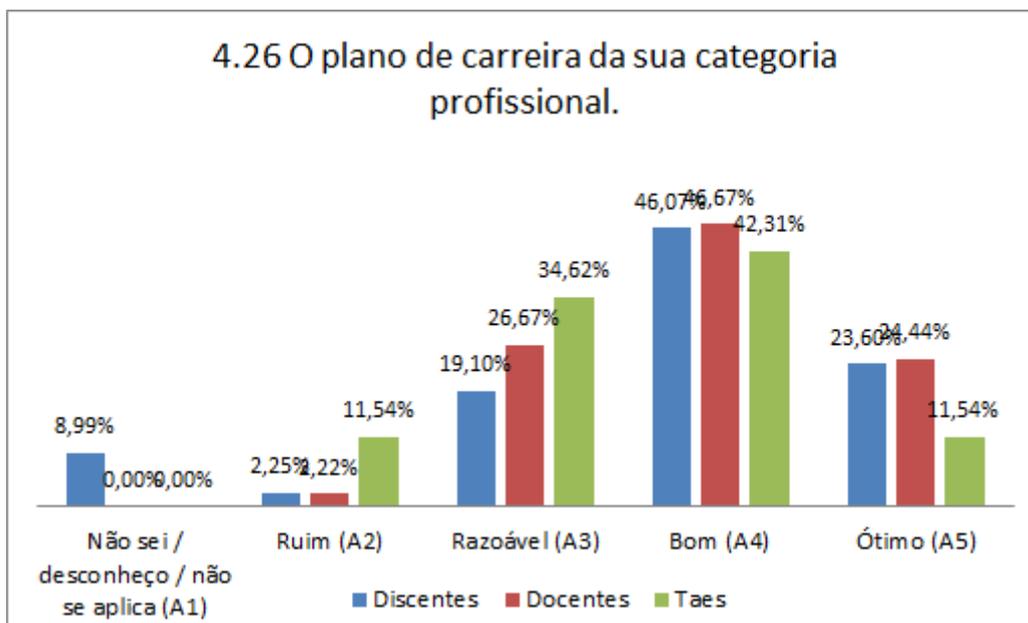
No quesito de comunicação institucional, 59% dos estudantes e 72% dos técnicos administrativos classificaram como Bom e Ótimo, enquanto apenas 46% dos docentes consideram-na boa e ótima. Entretanto, 15% dos discentes e quase 18% dos docentes a consideram ruim, demonstrando que existe a necessidade de algumas ações para melhorar a comunicação na instituição.



Mais de 60% de todos os grupos estão satisfeitos com o trabalho/ambiente institucional. Isso ressalta a qualidade das relações interpessoais e do ambiente promovido pelo IFSP a todos os seus participantes.



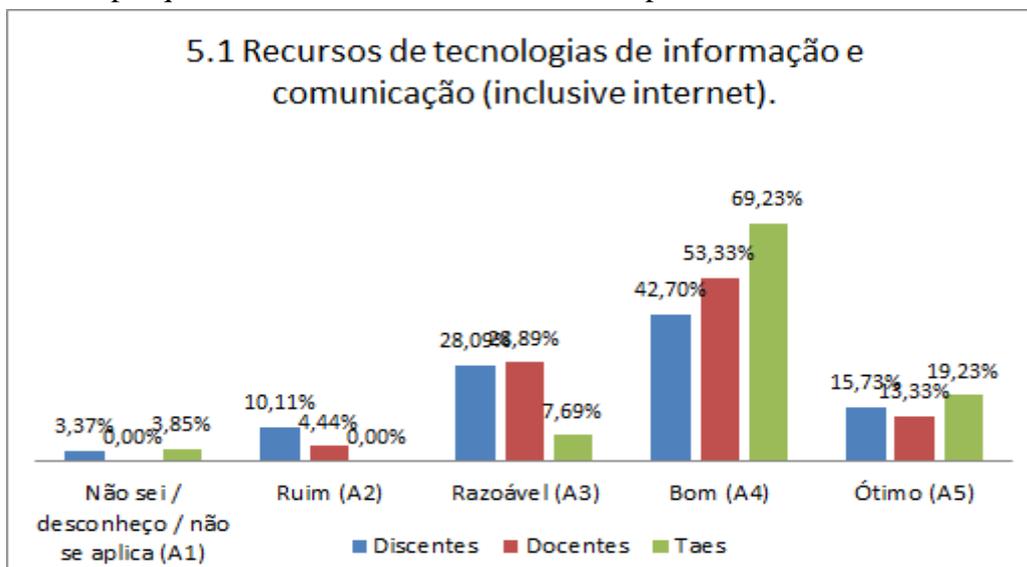
No que se refere à política de capacitação para a categoria profissional, 46% dos docentes e 50% dos técnicos administrativos consideraram ruim ou razoável, o que demanda atenção. Sabe-se que a capacitação profissional está intimamente relacionada à retenção de talentos e à satisfação no trabalho.



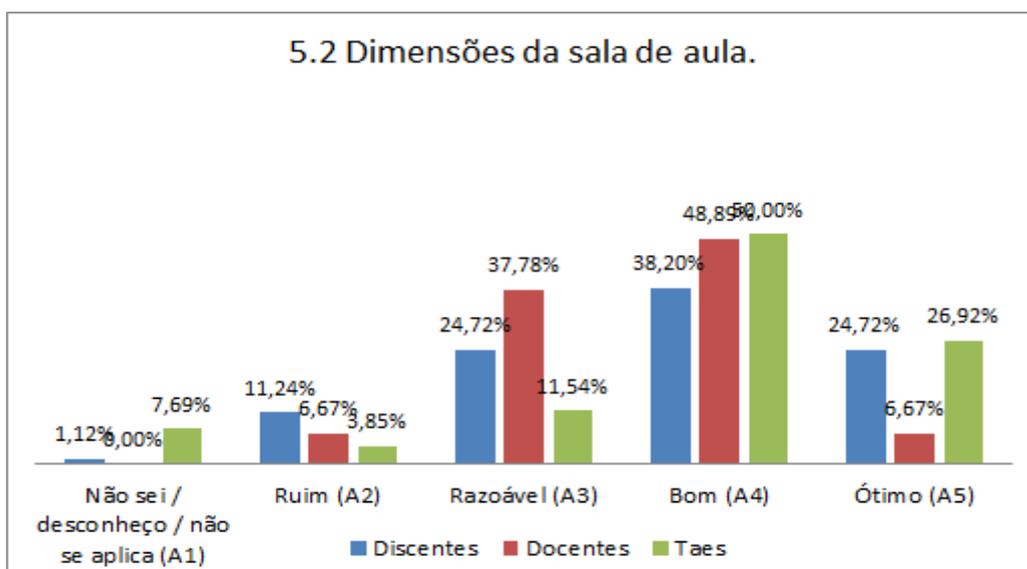
Ainda sobre retenção de talentos e satisfação no trabalho, o plano de carreira da categoria profissional foi considerado ruim ou razoável por 46% dos técnicos administrativos, corroborando para o achado de que esta categoria carece de maior atenção neste quesito.

EIXO 5 – INFRAESTRUTURA FÍSICA

Nas questões a seguir você deve avaliar as condições físicas do IFSP para atividades de ensino, pesquisa e extensão, considerando os aspectos indicados em cada uma delas.

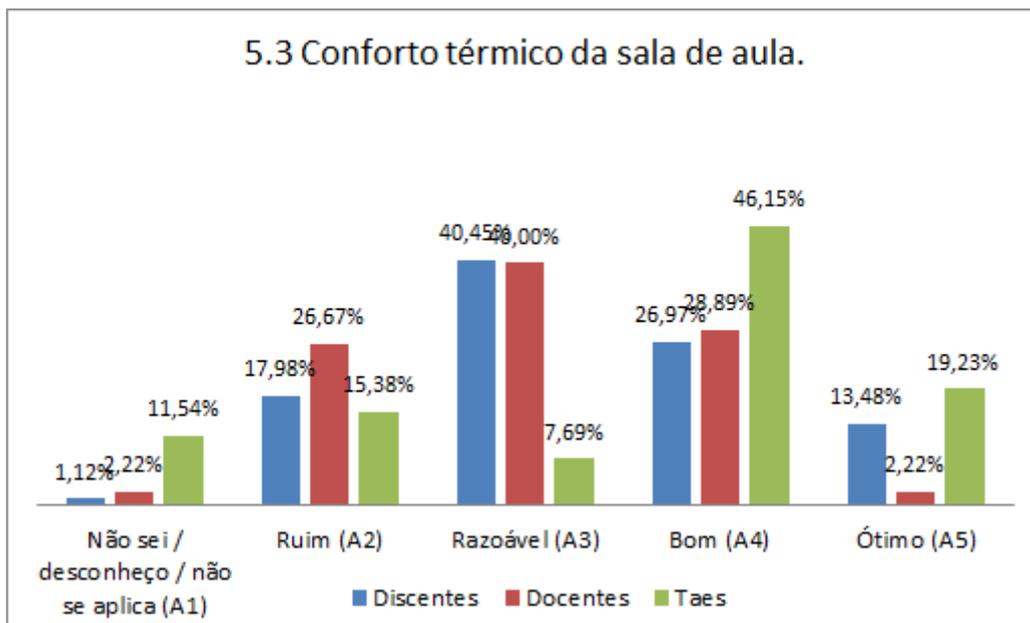


Neste item avalia-se a qualidade dos recursos tecnológicos do campus destinados ao desempenho das tarefas tanto administrativas quanto educacionais e o desempenho pode ser considerado como satisfatório ao observar que aproximadamente dois terços de cada setor entende e avalia o quesito como bom ou ótimo, entretanto, o terço restante ainda vê como abaixo das expectativas.

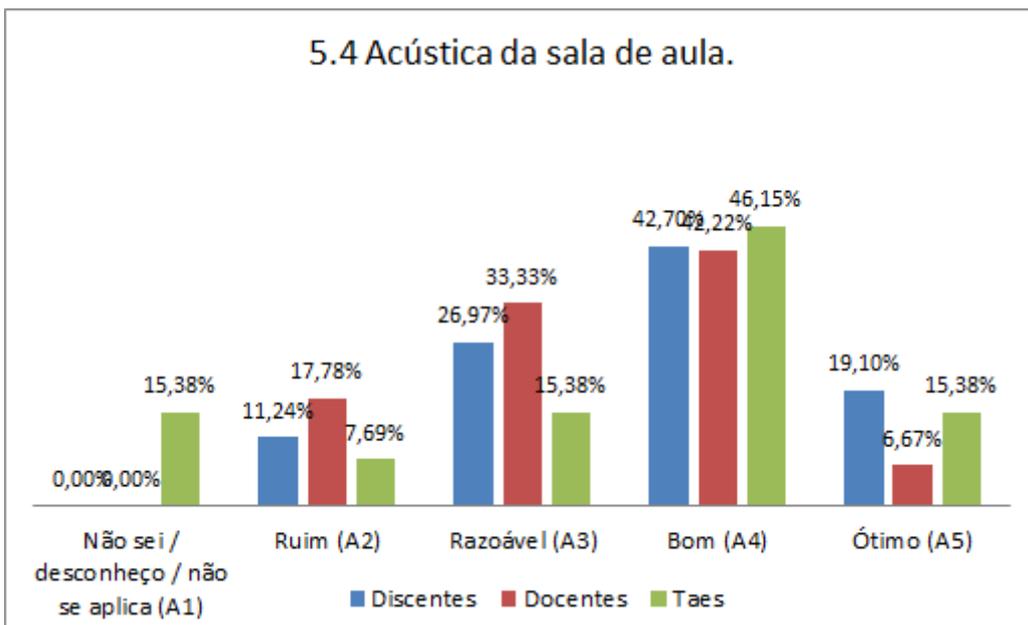


Este item avalia a adequação das salas de aula ao público ao qual ela se destina e o que mais chama a atenção nestes dados é o alto índice de desagrado entre o corpo docente com relação ao tamanho das salas. Praticamente a metade dos professores (49,02%) consideram insuficiente (razoável ou ruim) a capacidade de acomodação das salas. Talvez este seja um reflexo da necessidade de divisão das turmas para a ocupação das salas do piso inferior, que são menores,

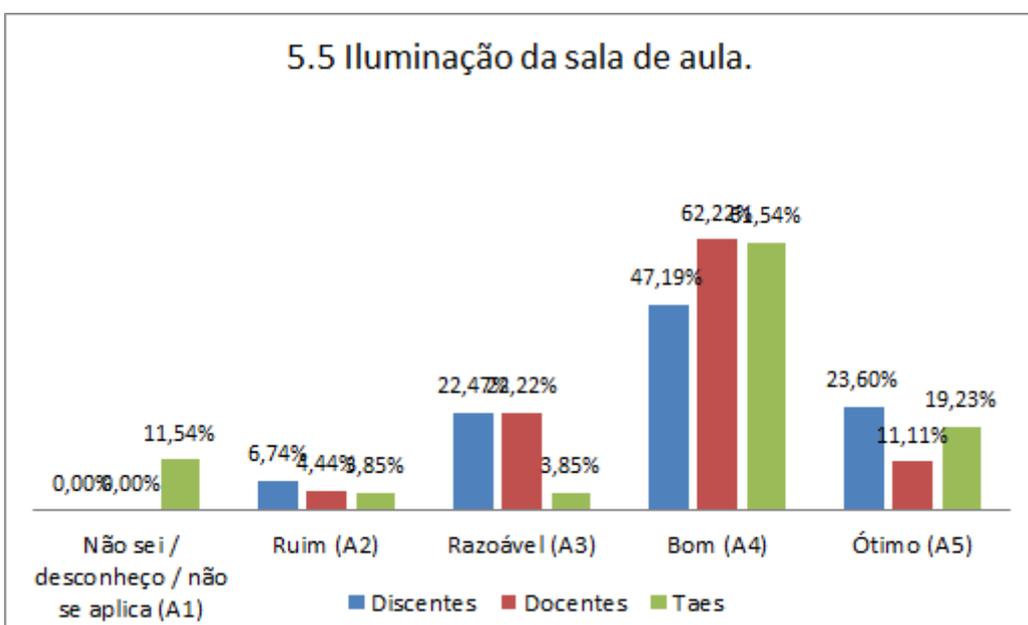
ou mesmo do acúmulo de alunos com atraso curricular que acabam se juntando aos demais alunos regulares das matérias em salas que foram projetadas para acomodar apenas os regulares. Uma possível solução seria o remanejamento das turmas com quantidades maiores de alunos para que ocupem as salas com maior espaço físico diminuindo assim a necessidade de fracionamento de turmas e de trocas eventuais de salas entre os professores.



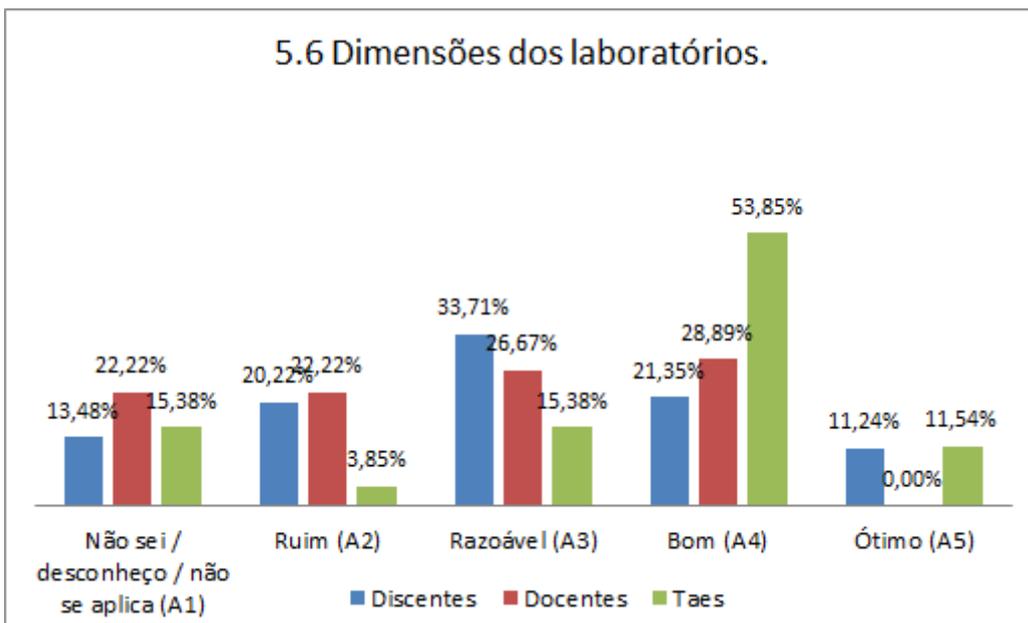
Dois terços dos TAEs avaliam o conforto térmico dos seus respectivos postos de trabalho como bom ou ótimo, é o grupo com maior índice de aprovação, o que pode não retratar a exata realidade se considerarmos que este grupo raramente ocupa estes espaços. Por outro lado, a falta de isolamento térmico e de um sistema de ar condicionado nas salas de aula, por exemplo, além do acúmulo de alunos em um espaço que os mesmos julgam em boa parte como inadequado (vide item 5.2) ainda mais em campus localizado numa cidade onde ocorre uma amplitude térmica muito grande ao longo do ano letivo, gera a insatisfação apresentada por quase dois terços dos docentes e discentes que participaram da pesquisa.



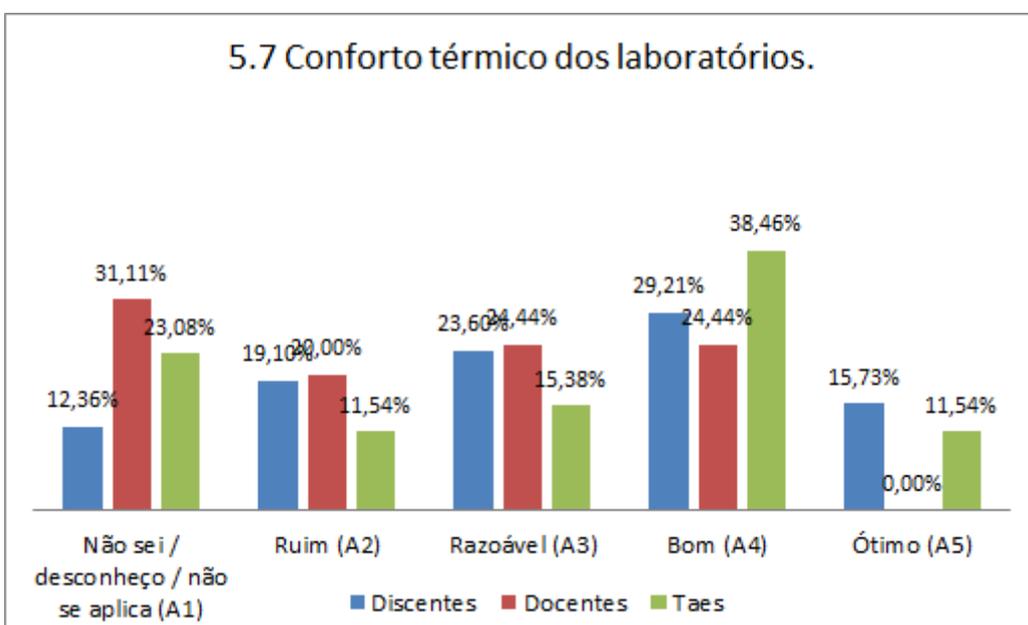
Menos de um quinto do público que ocupa este espaço (campo A2) considera a acústica das salas de aula ruim, o que pode ser considerado como muito positivo uma vez que, como pode ser observado nos itens 5.2 e 5.3, as medidas atuais implantadas para sanar algumas das queixas mencionadas impactam diretamente na acústica da sala, como ventiladores e a proximidade física entre os alunos, o que acaba estimulando conversas paralelas durante a aula.



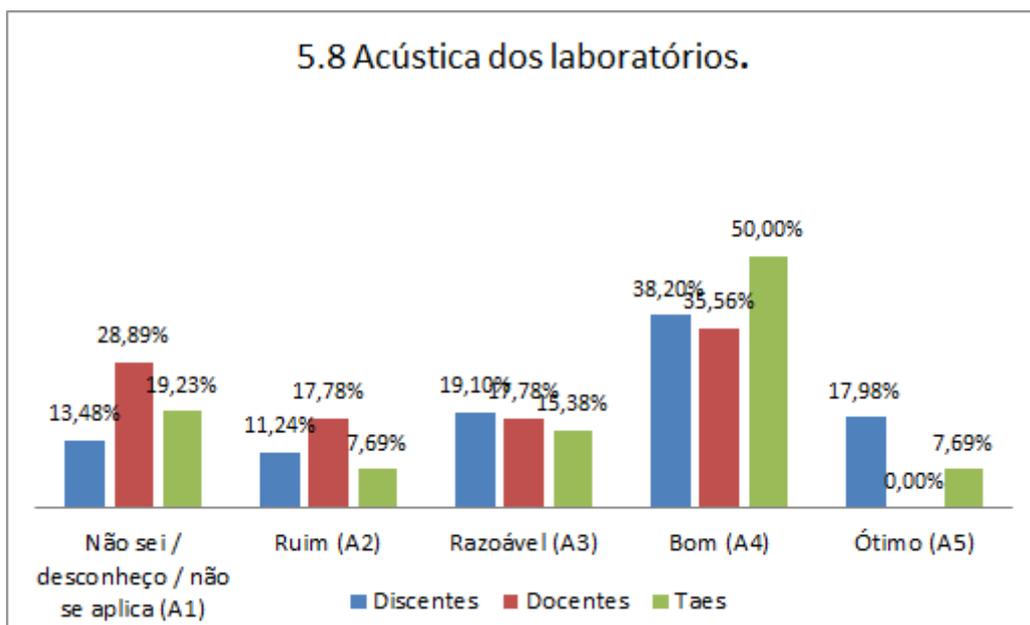
Aproximadamente rês em cada quatro participantes da pesquisa demonstraram satisfação com a iluminação nas salas de aula, o que reflete a eficiência do sistema e a competência dos responsáveis pela manutenção do mesmo.



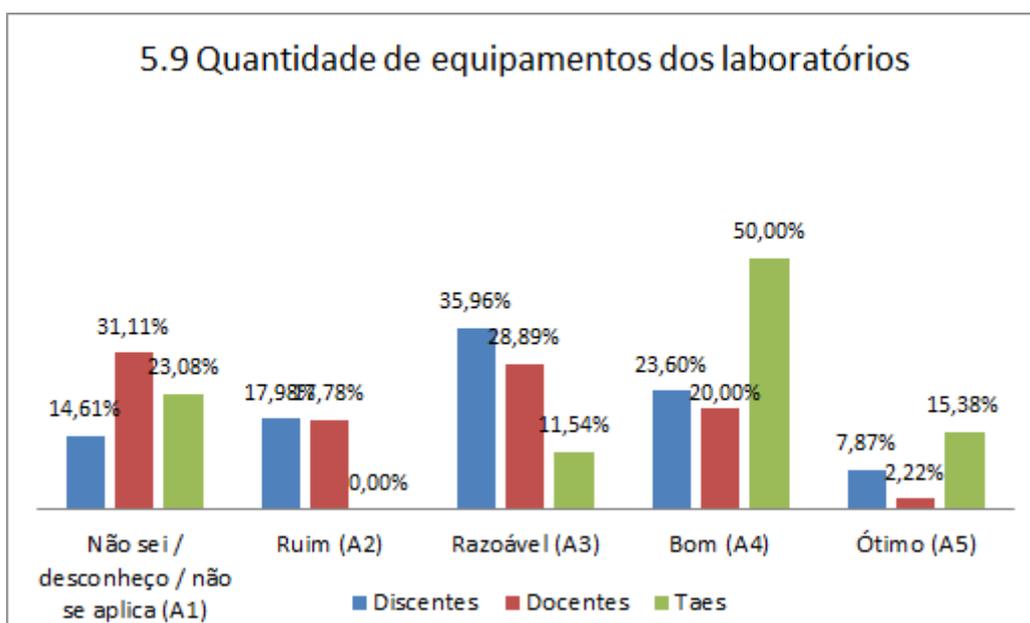
Aproximadamente metade dos docentes e discentes avaliam negativamente os espaços físicos dos laboratórios. Este fato já foi observado pela direção do campus e medidas como a reforma e readequação do prédio já estão em andamento para a adequação destes locais para o melhor desempenho da atividade didática. a expectativa é por uma breve melhora destes indicadores num curto prazo.



A mesma situação observada no item anterior se repete neste item, inclusive com relação aos números, entretanto, aqui se nota uma diferença grande no campo A1, onde houve um acréscimo significativo entre os que não sabem, desconhecem ou não se aplicam.

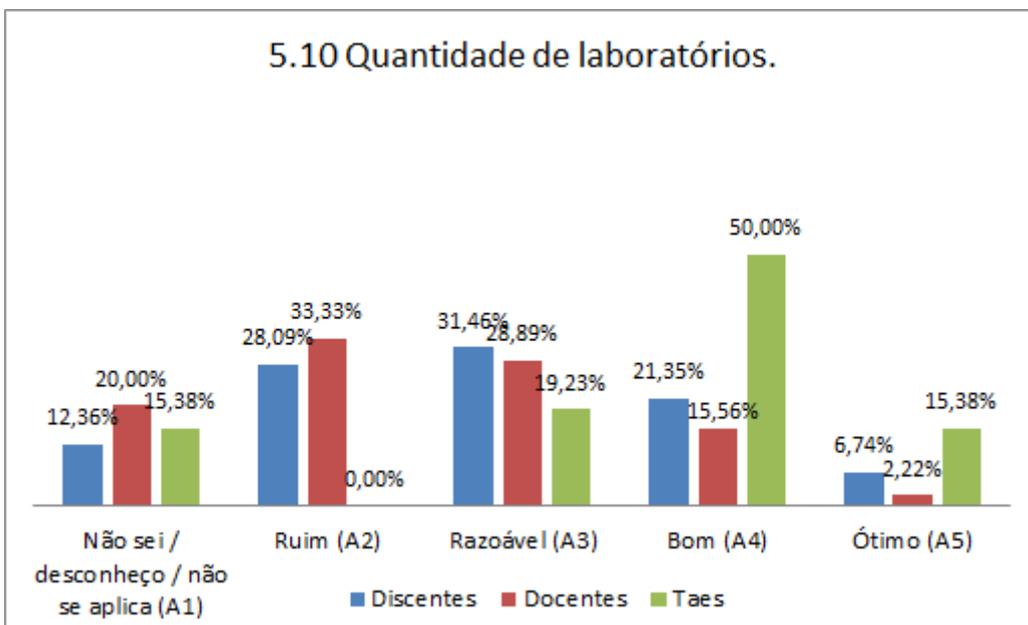


Em torno de um terço dos docentes e discentes que responderam à pesquisa se manifestaram descontentes com este item, entretanto, como mencionado, estes espaços já estão em vias de serem readequados para o desempenho das atividades de ensino. Cabe ressaltar que tanto neste item (5.8) quanto nos dois anteriores (5.7 e 5.6) nenhum docente avaliou como ótimo a qualidade do item apresentado, o que evidenciava naquele momento a necessidade de uma atenção especial nestes espaços, que providencialmente está sendo dada pela gestão do campus.

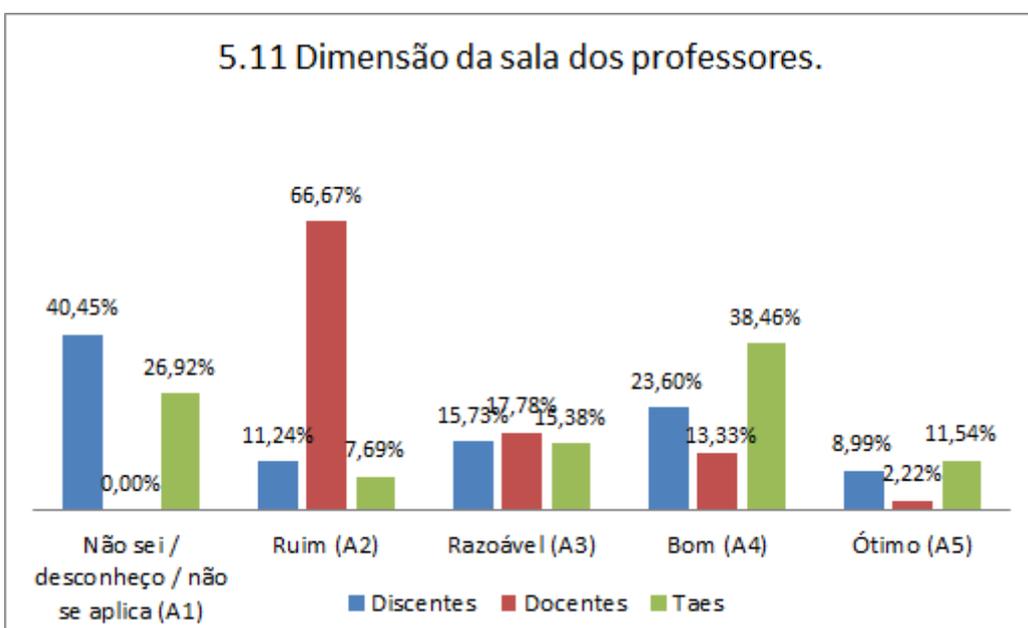


Mais uma vez nota-se um baixo índice de aprovação em outro item referente aos laboratórios do campus, menos de um terço dos docentes e discentes satisfeitos. Cabe aguardar o efeito das

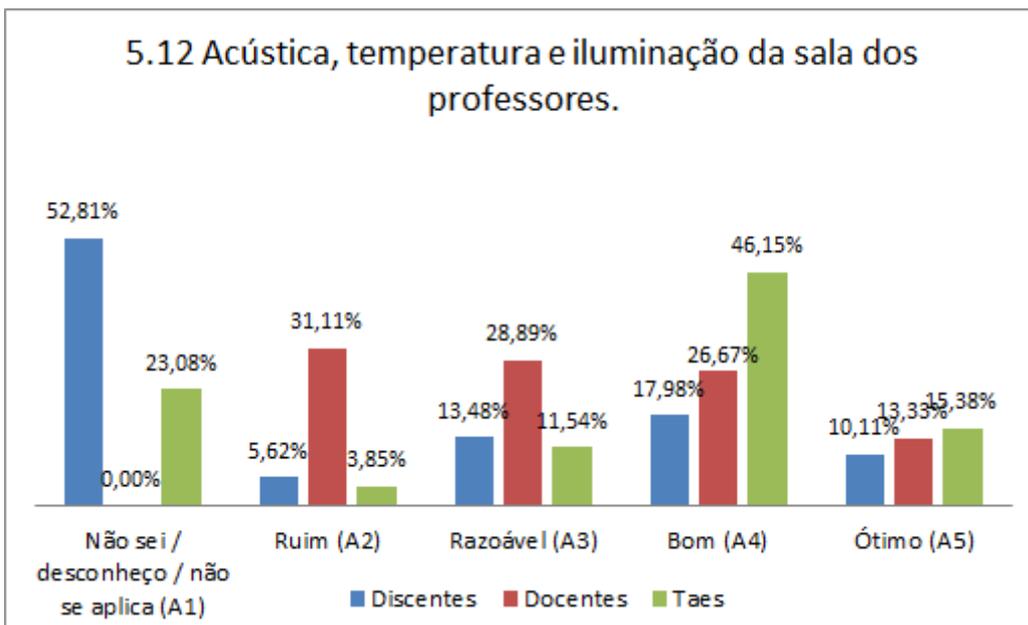
providências que vêm sendo adotadas pela gestão do campus para a readequação destes espaços e o restabelecimento da plena funcionalidade dos mesmos.



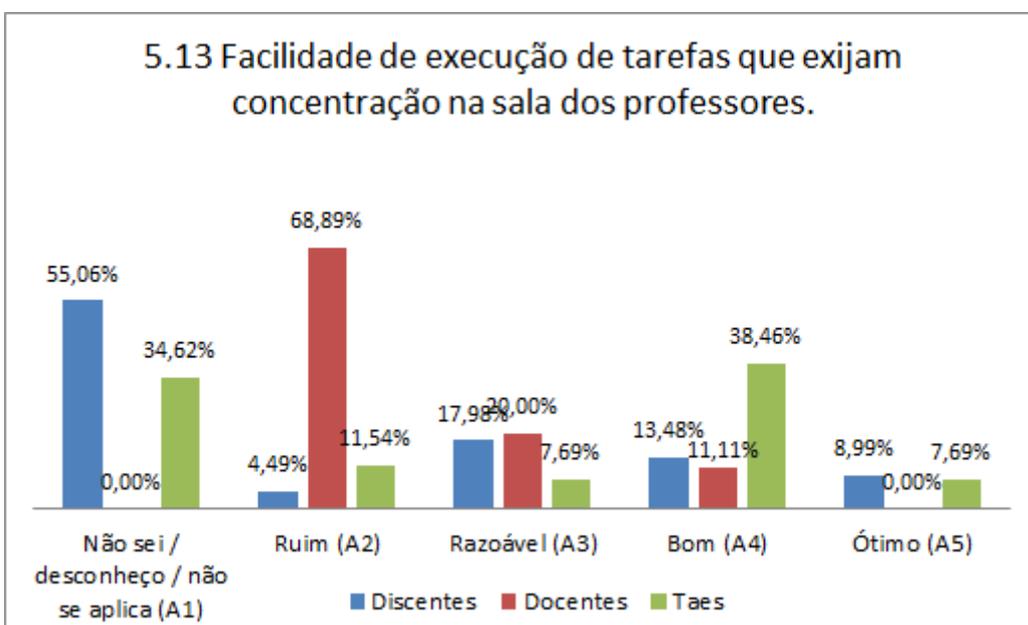
Outro item com desempenho abaixo do adequado que também deverá sofrer impacto com as medidas tomadas pela gestão. Chama a atenção ter menos de 30% entre os estudantes e menos de 20% dos docentes avaliando positivamente a quantidade de laboratório do campus.



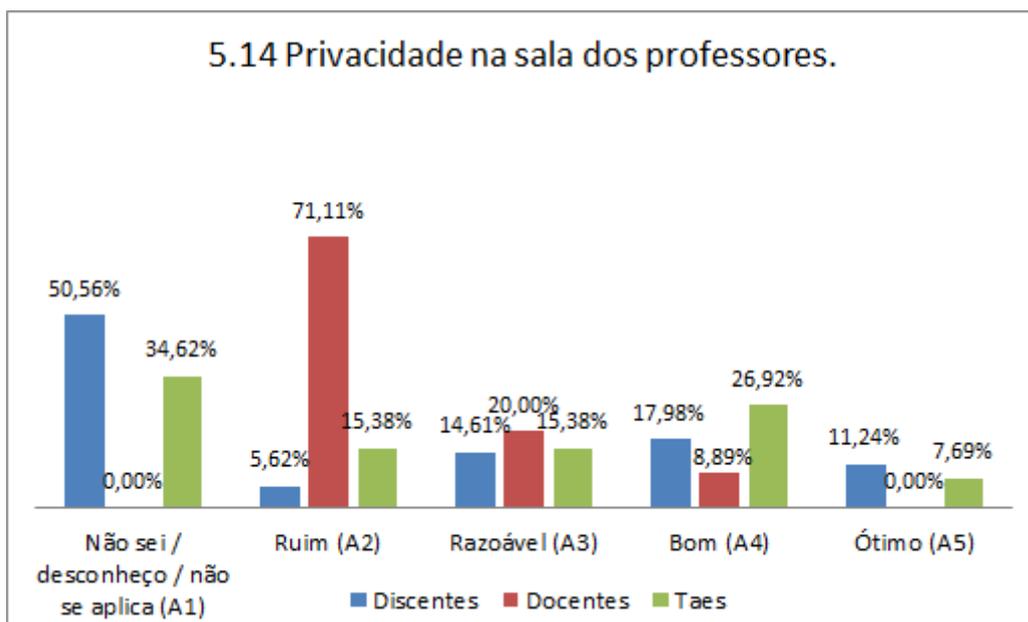
Desempenho crítico deste item ao considerarmos a opinião do principal público usuário deste espaço. Dois terços dos docentes avaliam como ruim o espaço no campus destinado a acomodação dos mesmos. Certamente este é um ponto que demanda a atenção da gestão e deve ser avaliado criteriosamente.



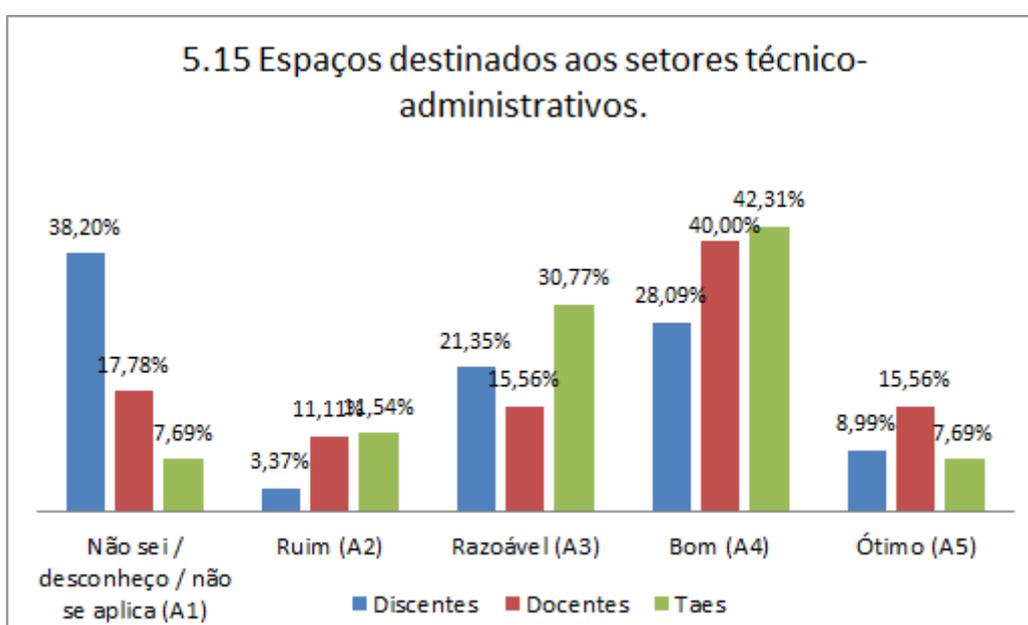
Com 40% de aprovação entre os docentes este também é um item que demanda atenção por parte da gestão para identificar quais as queixas dos principais usuários deste espaço para então adotar as medidas cabíveis.



Com 0% de ótimo e quase 70% de ruim por parte do corpo docente este item com certeza demanda uma atenção pela expressiva desaprovação. Talvez isso encontre justificativa parcialmente como sendo consequência de outra queixa apontada no item 5.11 que trata da adequação do espaço físico da sala às necessidades do grupo.

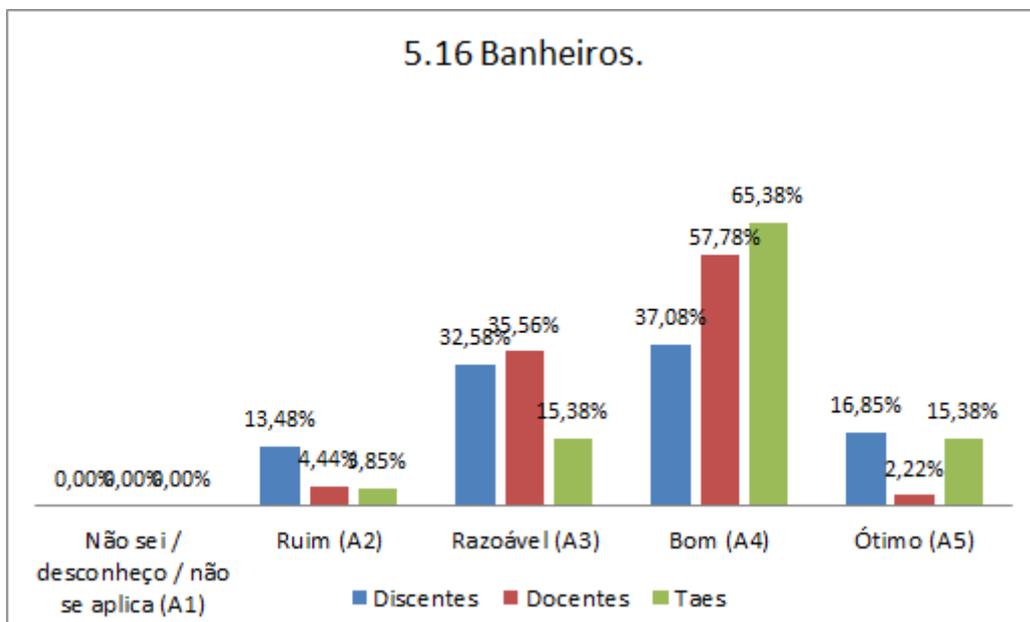


Se no item anterior (5.13) o índice de ruim (A2) se aproximou dos 70% por parte dos principais usuários do espaço em foco e isso já era preocupante, aqui este índice ultrapassou esta barreira, fato ainda mais preocupante e que igualmente deve ser abordado pela gestão do campus.

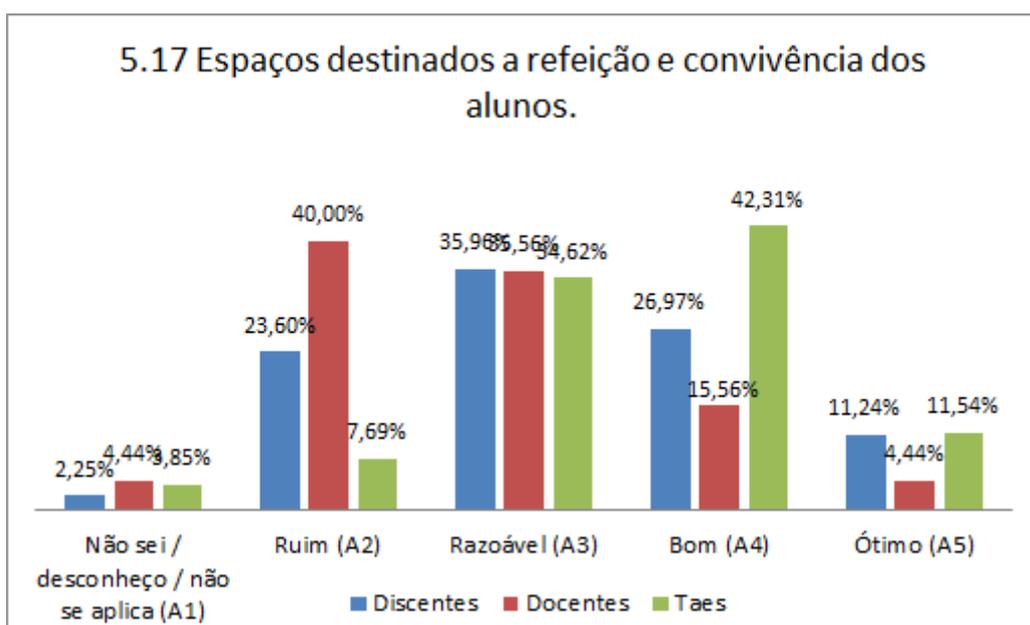


Com 50% de aprovação pelos principais usuários do espaço em tela, os TAEs, pode-se considerar que este item tem um bom desempenho na média, entretanto, uma investigação sobre quais aspectos podem ser melhorados e as respectivas soluções poderiam elevar ainda mais este índice ao converter os votos de razoável (30%) para bom. Pontos como uma melhor distribuição e ocupação dos espaços administrativos do piso inferior da biblioteca ou um espaço exclusivo

para reunião de setores que nos seus postos de trabalho têm espaços compartilhados com outros setores ou com o público, por exemplo, tem potencial para melhorar ainda mais estes índices.

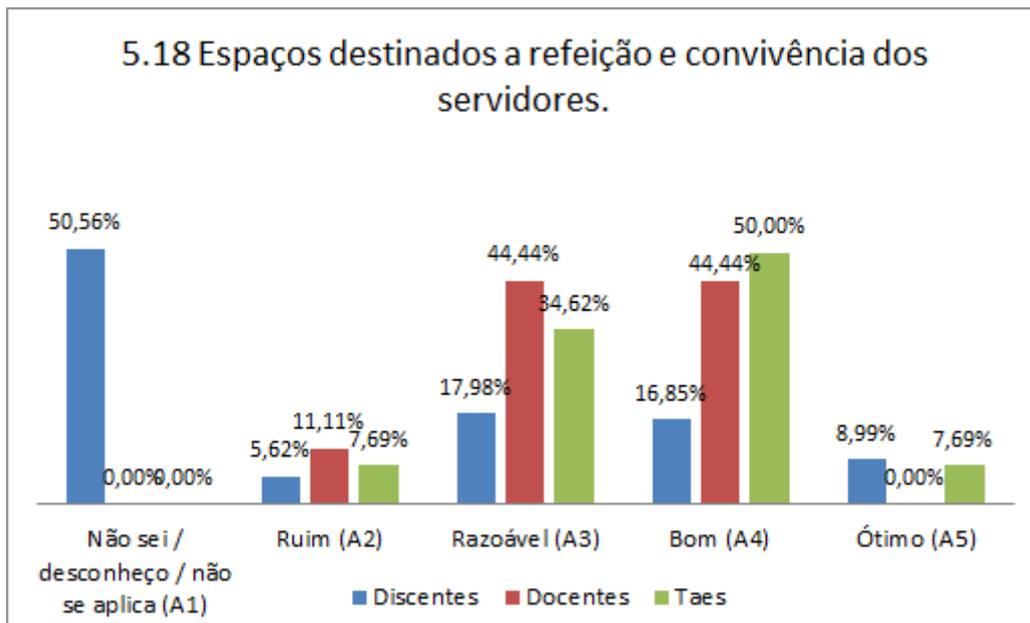


Item com bom índice de aprovação, especialmente por parte dos TAs (80%). Pontos interessantes podem ser considerados para que se tenha uma avaliação ainda mais positiva nas próximas pesquisas, como a falta de banheiro na sala dos professores e nas salas de aula inferiores. Vale ressaltar a boa qualidade dos serviços prestados pelo setor responsável pela manutenção e limpeza destes espaços.

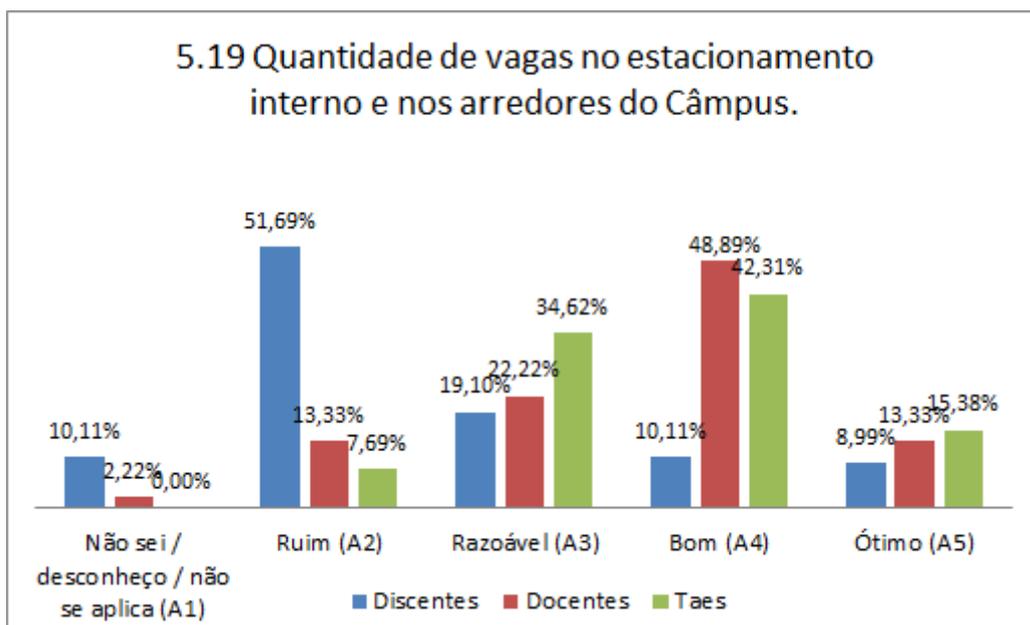


Aqui os quase 60% de desaprovação por parte dos alunos e os mais de 75% por parte dos docentes contrastam com os mais de 50% de aprovação por parte dos TAs. Talvez estes

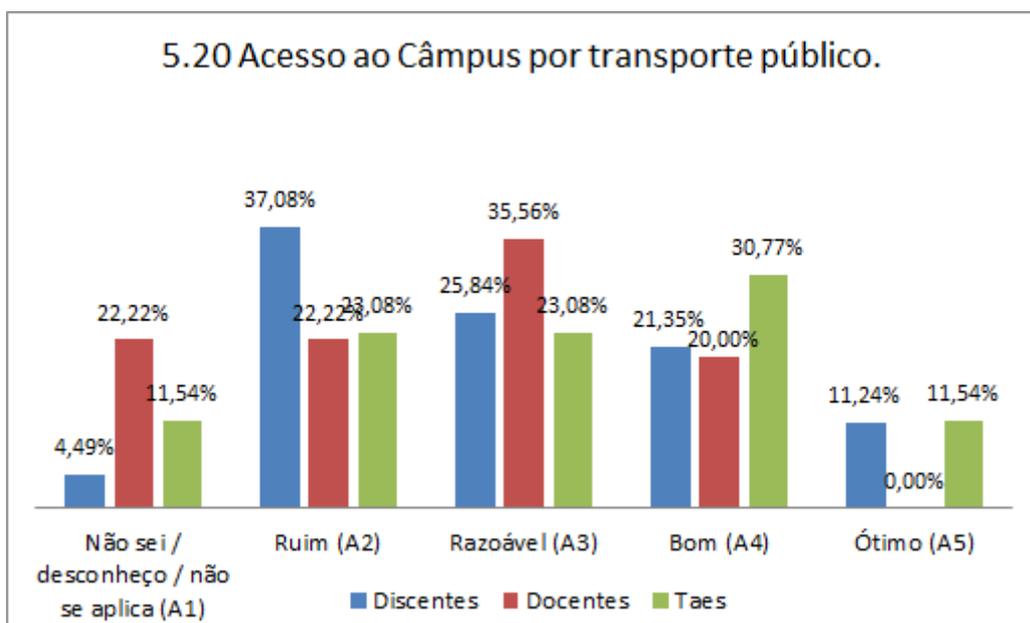
números indiquem uma disparidade nos critérios que cada setor usou para avaliar este item. Uma observação interessante é considerar o principal espaço destinado a esta finalidade no campus, o refeitório ao lado dos laboratórios, que tem uma elevada exposição a intempéries além de possuir um tipo de cobertura que em dias ensolarados retém calor e em dias chuvosos gera muito desconforto acústico, itens que certamente pesaram na hora de atribuir uma nota ao item.



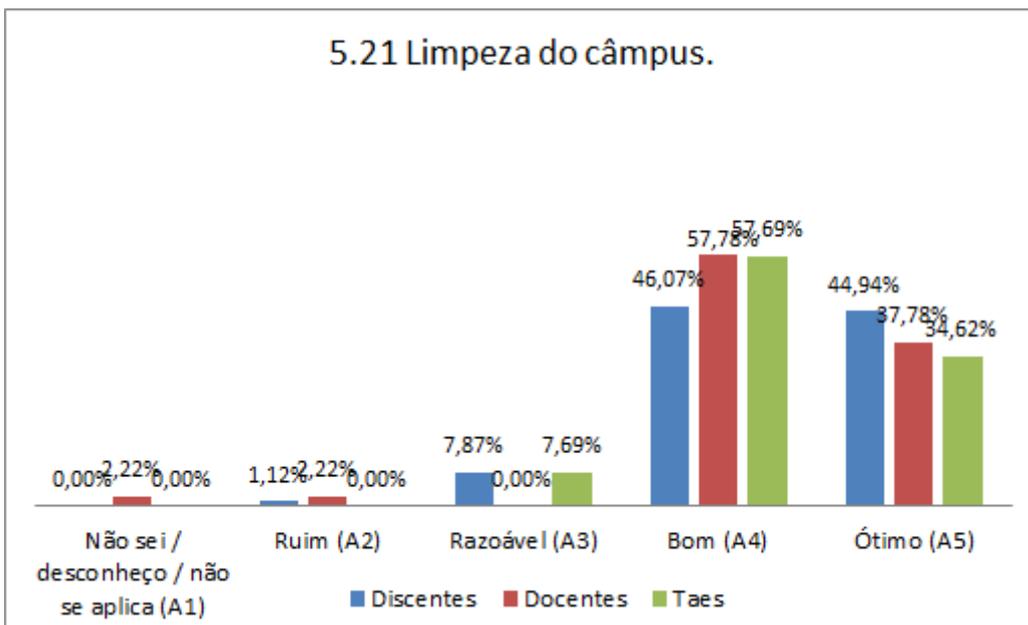
Desempenho evidentemente intermediário neste item, onde os altos índices registrados como regular evidenciam que com poucas medidas pode haver uma melhora significativa dos indicadores. O único espaço considerado nesta pesquisa é a copa usada quase que exclusivamente para que os servidores façam as suas refeições, não há um espaço propriamente destinado à convivência e interatividade entre os mesmos. A destinação de um espaço funcional para esta finalidade poderia melhorar este indicador.



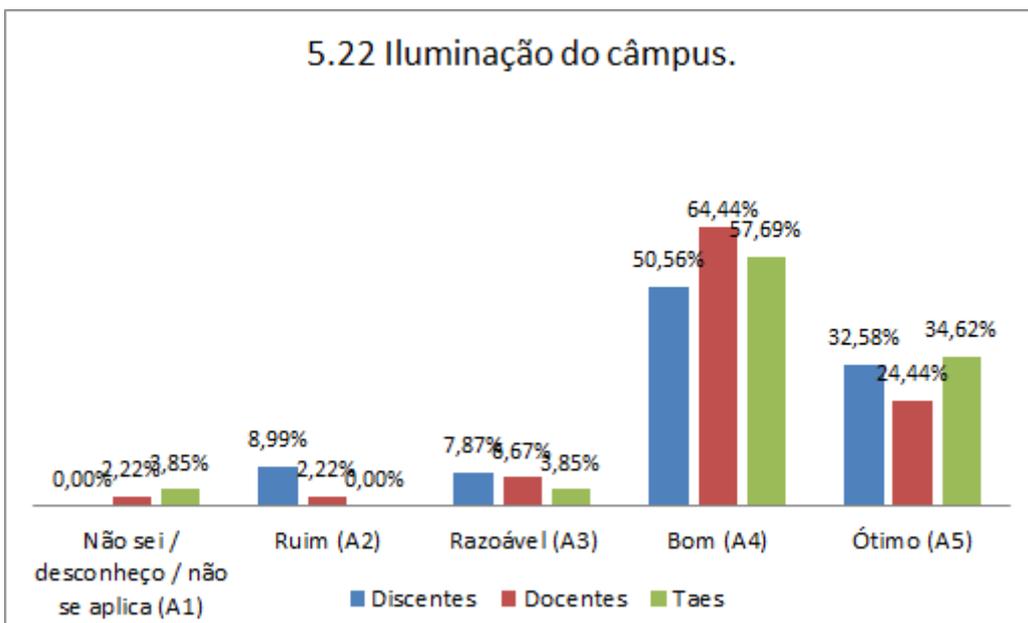
À época da realização desta pesquisa não havia ainda sido construído no estacionamento que hoje existe no campus, certamente na próxima pesquisa onde este recurso já será considerado pelos avaliadores estes indicadores terão um ganho de qualidade expressivo.



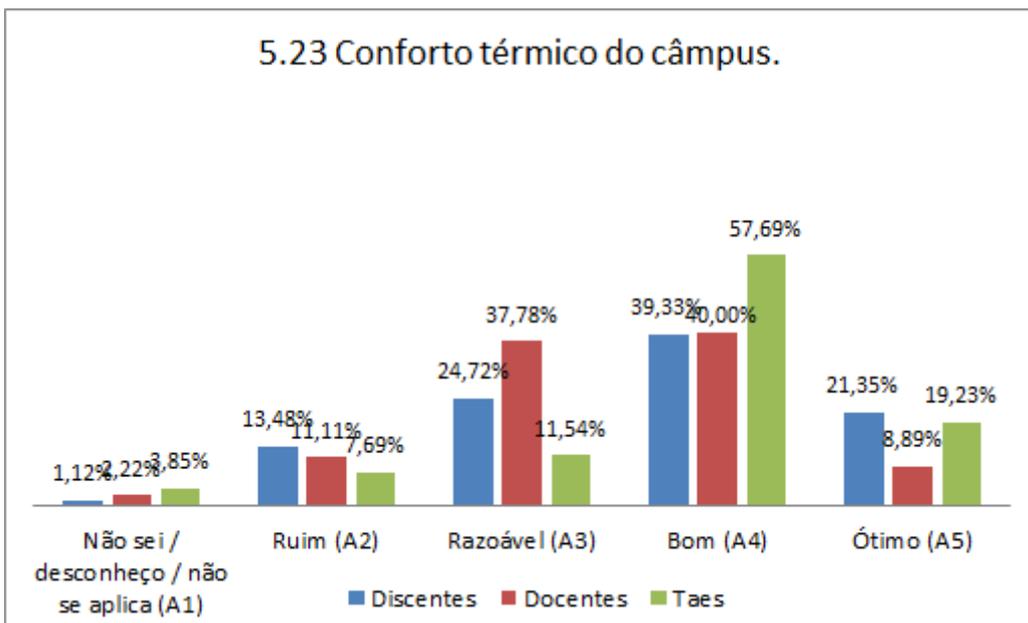
Mais uma vez este é um item bastante criticado principalmente pelos estudantes que são os principais usuários deste sistema. Com mais de 60% de avaliações como ruim ou razoável denotam a insatisfação dos discentes com os horários, condições e disponibilidade das linhas de ônibus que atendem o campus.



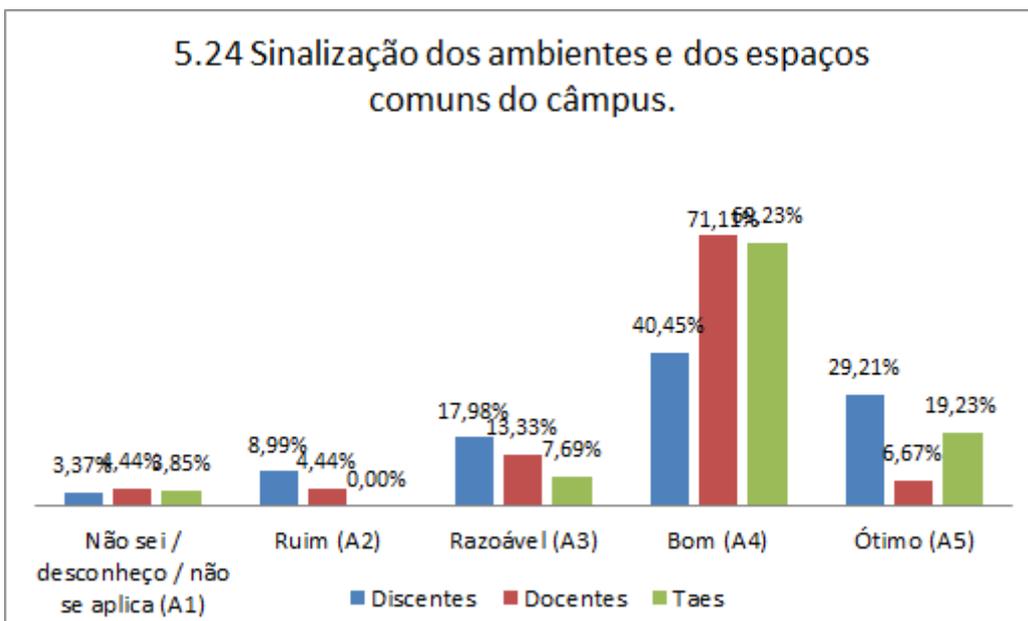
Assim como na última pesquisa, mais uma vez é dado destaque positivo para o serviço de limpeza do campus, item com um dos maiores índices de ótimo entre os abordados nesta pesquisa, o que retrata a continuidade da boa qualidade na prestação deste serviço.



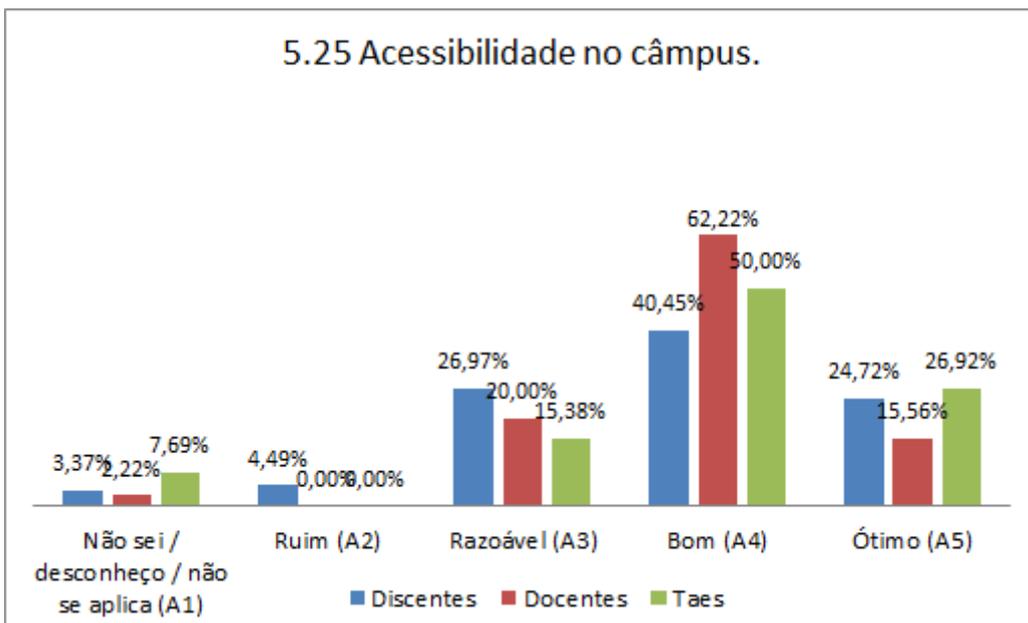
Mais um item que mantém a alta média na avaliação dos usuários, cabe ressaltar também o bom serviço prestado pela equipe de manutenção deste sistema ao longo dos períodos.



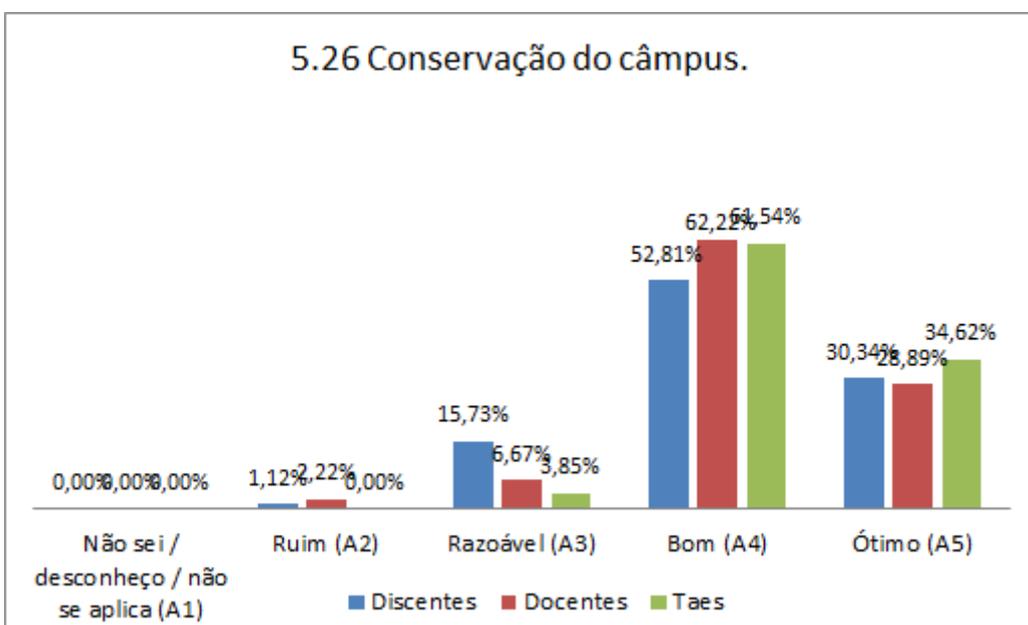
Item com bom índice de aprovação entre TAEs (77%) e discentes (61%) e desempenho intermediário entre o corpo docente. Em linhas gerais pode-se dizer que a avaliação é positiva, porém, há espaço para melhorias que elevariam ainda mais os índices de aprovação.



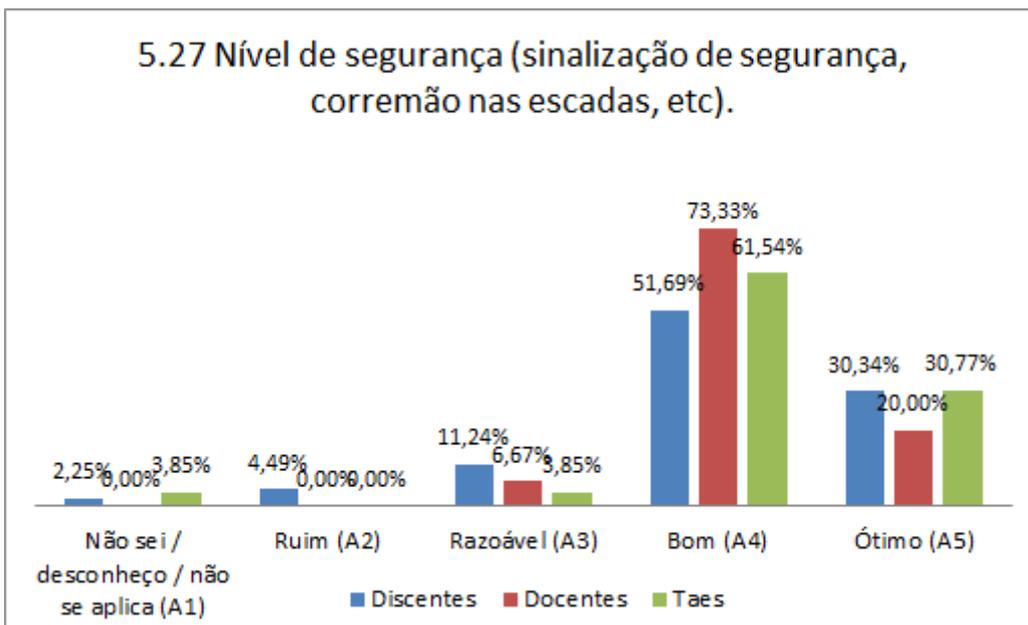
Item com bom índice de avaliação entre os usuários do campus, entretanto poderia ser ainda melhor se fossem substituídas as sinalizações em papel impresso e colado nas paredes por elementos mais duradouros e permanentes.



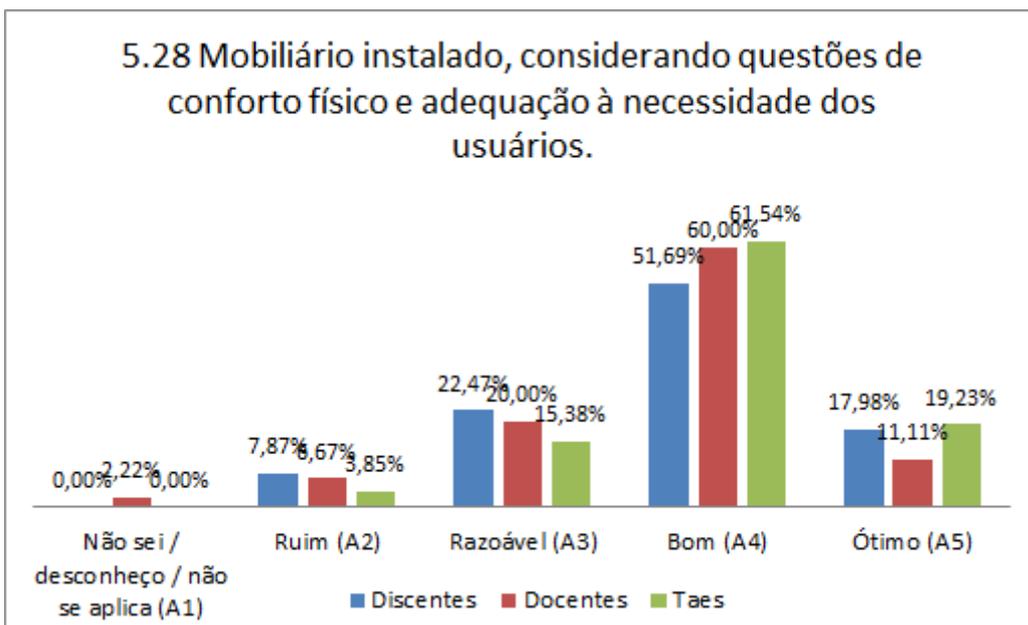
Outro item com bom índice de aprovação na avaliação, inclusive por dois terços do maior grupo que é o de alunos. Cabe apenas a ressalva de que alguns espaços no campus estão sem sinalização em braile com o nome das salas e uma checagem atualização na placa principal próxima a secretaria e que tem o mapa tátil do campus.



Desempenho muito bom deste item no geral, com avaliação positiva em torno de 90% na média entre bom e ótimo nos três grupos, o que salienta o bom trabalho da equipe responsável.

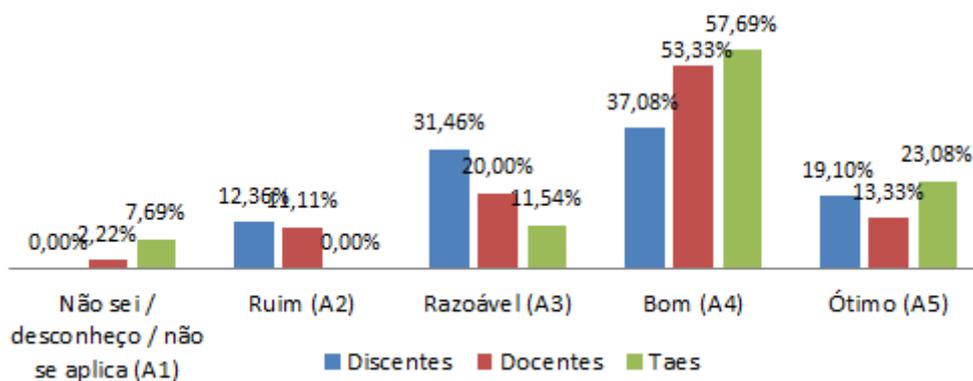


Mais um item muito bem avaliado nesta pesquisa, com desempenho médio entre os três grupos próximo aos 90% de aprovação.



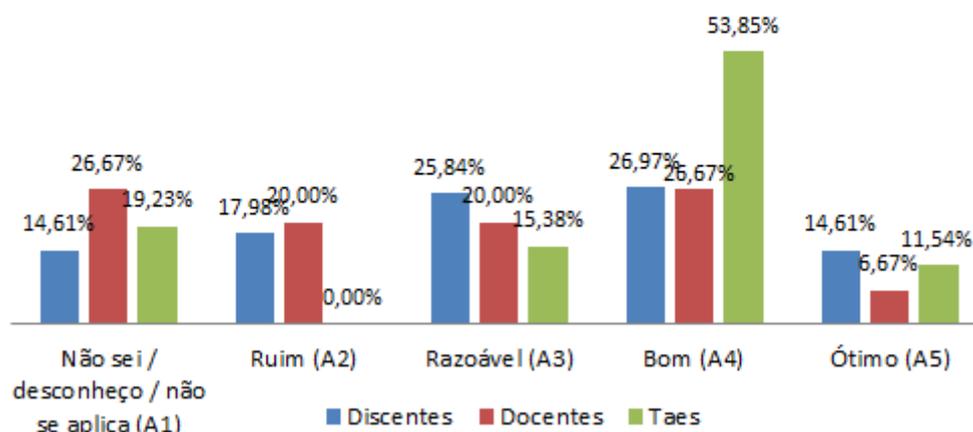
Aprovação (A4 e A5) acima de dois terços se considerarmos a média dos três grupos que participaram da avaliação, o que é bastante positivo ao levar em conta a amplitude e o número de equipamentos que estão incluídos neste item.

5.29 Existência de equipamentos de apoio ao ensino, tais como: datashow, lousas interativas, caixa de som, etc. que favorecem o desenvolvimento das aulas e eventos.

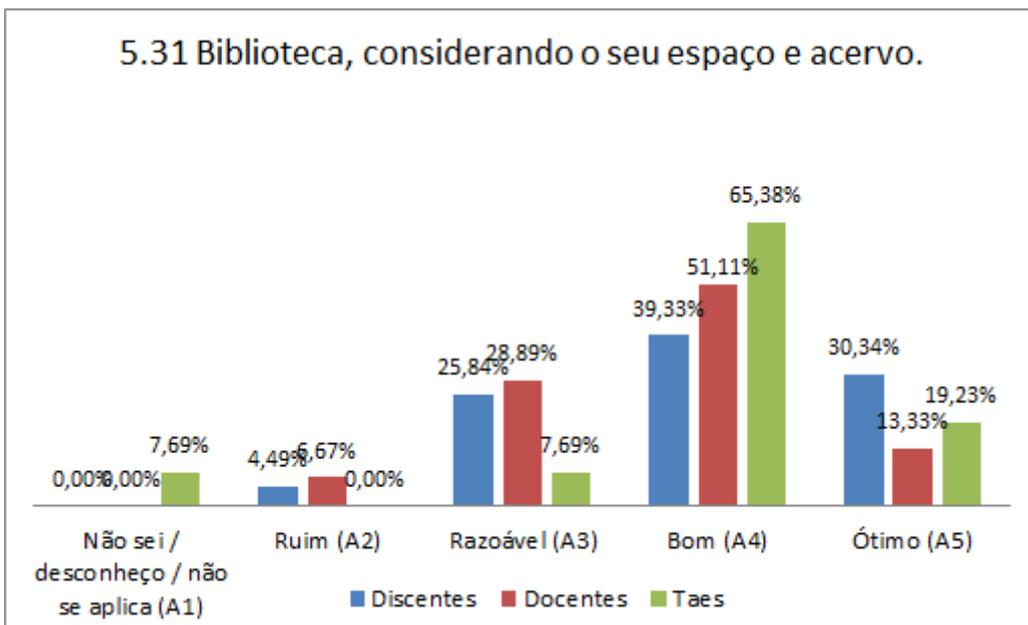


Desempenho que pode ser considerado positivo em uma análise dos indicadores, entretanto, os mais de 40% de desaprovação registrados pelos estudantes sugerem uma atenção quanto à eficácia destes equipamentos.

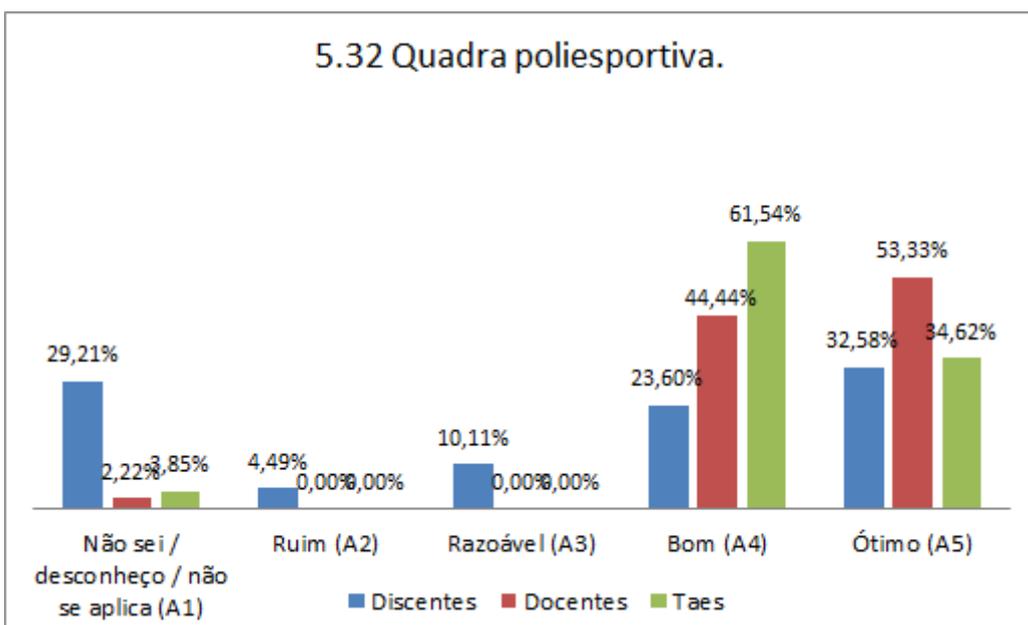
5.30 Adequação dos equipamentos dos laboratórios às necessidades dos cursos e e/ou projetos de pesquisa.



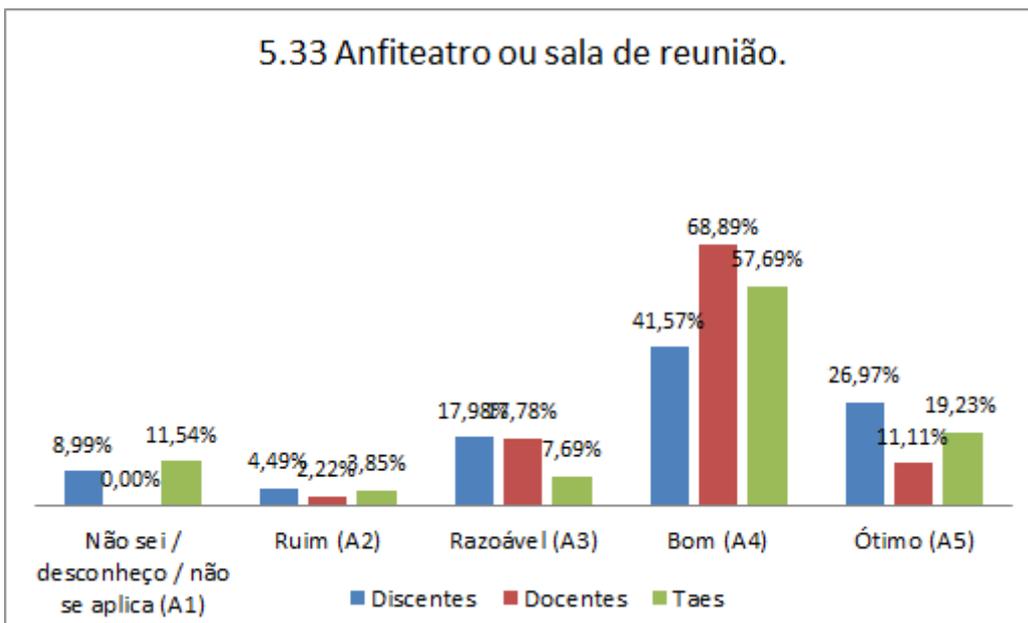
Opiniões muito divididas neste item (com exceção dos TAEs), vale observar que em média houve quase o dobro de avaliações como ruins entre docentes e discentes do que entre ótimo deste mesmo grupo. Talvez um levantamento junto aos usuários das principais causas deste descontentamento possa ser produtivo para o desenvolvimento das atividades.



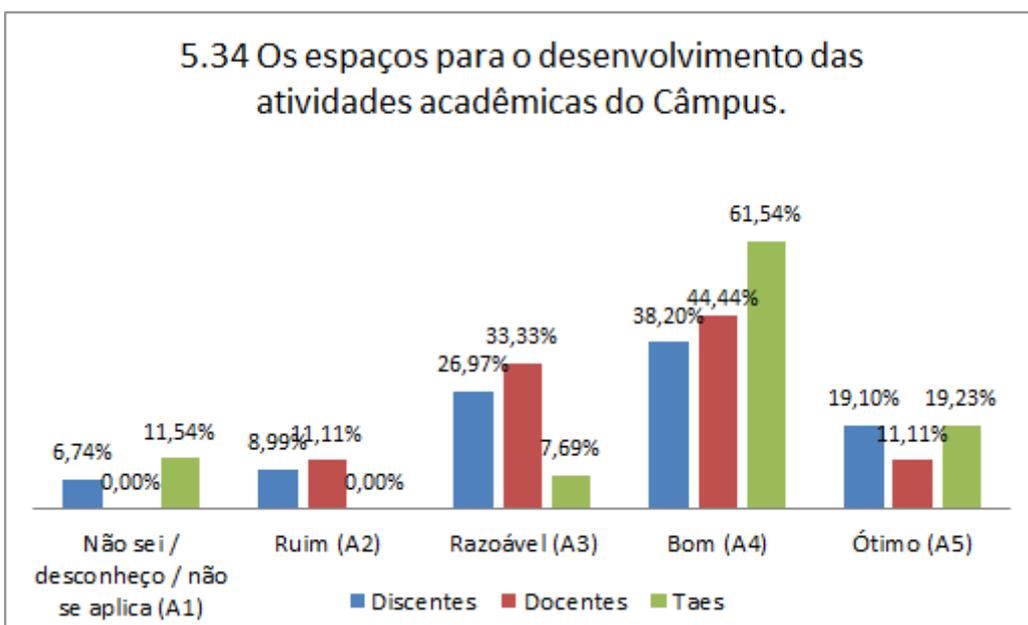
Bom índice de aprovação entre os usuários dos serviços da biblioteca, na média entre todos os grupos dois terços dos usuários consideraram tanto espaço quanto acervo entre bom e ótimo.



Item com o melhor índice de aprovação entre todos os referentes à infraestrutura do campus, cabe observar que os 15% de desaprovação registrado por parte dos alunos possivelmente se deve à qualidade do piso da quadra e a falta de aderência que pode ser facilmente observada durante o uso da mesma, item que pode ser providencialmente corrigido para que se atinja um nível ainda mais elevado de aprovação dos usuários.



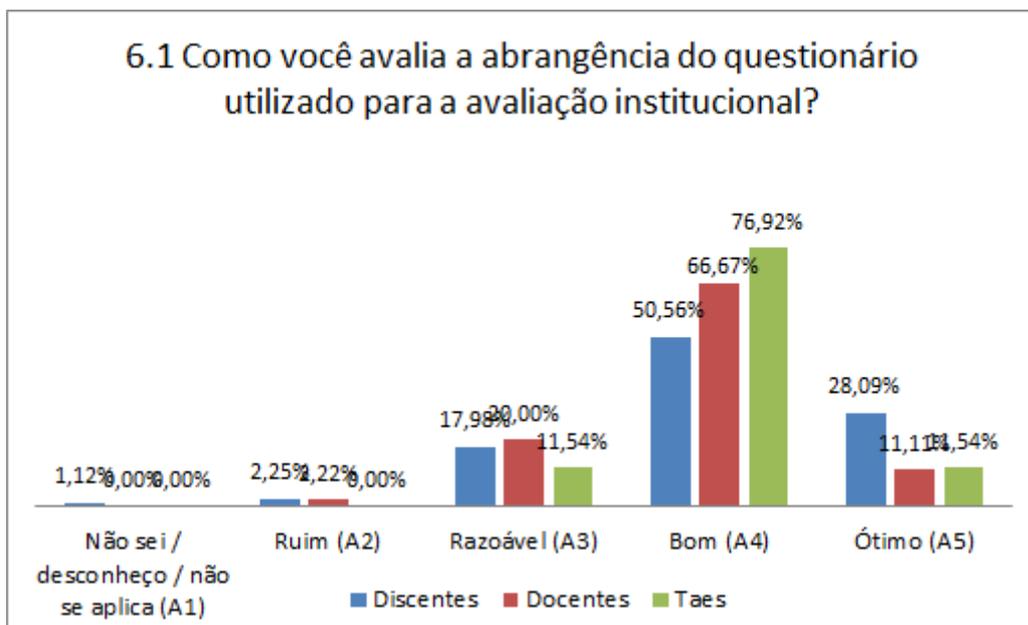
Item com alto índice de aprovação entre os usuários, aproximadamente três em cada quatro deles em média consideraram o espaço do auditório como bom ou ótimo, valor bem satisfatório.



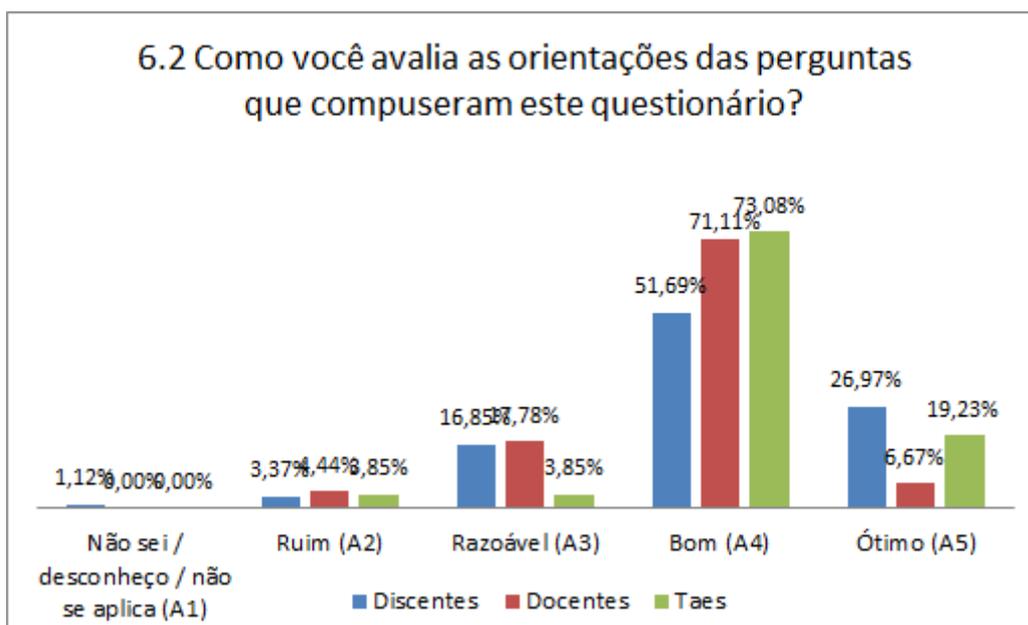
Muito bem avaliado pelos TAs com mais de 80% de aprovação e com desempenho levemente positivo entre docentes e discentes. Mais uma vez tem-se um item onde caberia uma apuração das insatisfações e eventuais adequações no campus para que ocorra uma evolução dos índices de aprovação.

3.3. Análise do Processo de Avaliação

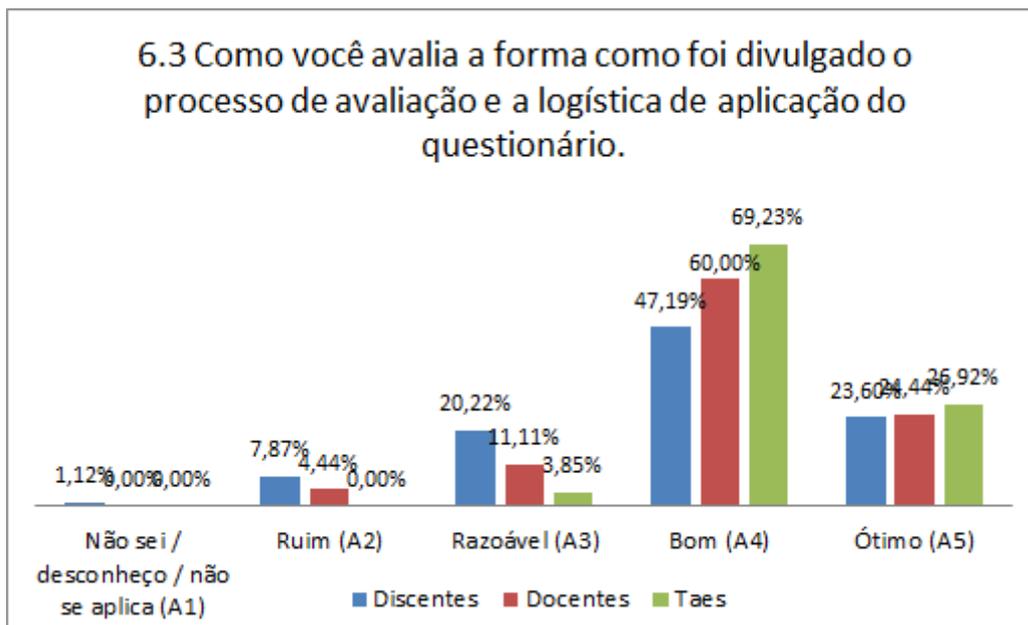
Este tópico refere-se a considerações dos segmentos que participaram da avaliação institucional a respeito do processo de avaliação desenvolvido pela CPA Central (Reitoria) junto com a CPA de cada Câmpus do IFSP, e aplicado no Câmpus São Roque pela CPA/SRQ.



Os três segmentos avaliaram bem o instrumento avaliativo utilizado no processo de avaliação e a orientação das perguntas, como pode ser visto nos gráficos das questões 6.1 e 6.2. É possível que a redução de perguntas decidida pelas CPA's do Estado tenha contribuído com esta avaliação positiva.



A Comissão Própria de Avaliação de São Roque fez uma boa discussão sobre como fazer a divulgação da Pesquisa em tempos de aulas presenciais suspensas, sem a possibilidade de visitar cada turma como foi feito no ano anterior. Mas, a criatividade e o uso das redes sociais, principalmente com as ações dos estudantes que compõem a CPA/SRQ permitiu uma boa comunicação e o resultado positivo demonstrado na questão 6.3, abaixo. Também foram utilizadas figuras e mensagens recebidas de outras CPA's do IFSP.



4. Propostas de melhorias com base na avaliação realizada

A análise das respostas dos três segmentos da Comunidade do Câmpus São Roque, permitiu gerar uma lista com propostas de melhorias que poderão ajudar os gestores do Câmpus: coordenadores e diretores, além das Comissões existentes, como a Comissão de PDI e a própria Comissão da CPA/SRQ. Esta lista é apresentada abaixo.

A exemplo do que se observou na Avaliação de 2019, a maior parte das propostas não exigem recursos financeiros, mas estratégias de comunicação e de informação junto aos segmentos. Percebeu-se que muitas ações exitosas já existem no Câmpus, mas não são divulgadas adequadamente, de forma eficaz, para o público interno, e isto acaba repercutindo na avaliação.

4.1. Propostas de melhorias para 2021 no Câmpus São Roque

As propostas foram geradas a partir das respostas obtidas na Autoavaliação de 2020 junto aos discentes, docentes e técnicos administrativos do Câmpus São Roque.

1. Ampliar a campanha junto aos Discentes e Técnicos Administrativos para que conheçam o trabalho e o papel da CPA/SRQ (11% dos Discentes e 11,5% dos TAE's desconhecem ou têm poucas informações sobre a Comissão e seu papel).
2. Melhorar a divulgação e a discussão sobre os resultados da Avaliação realizada pela CPA/SRQ (32,5% dos Discentes e 19% dos TAE's desconhecem este processo ou o consideraram ruim).
3. Publicar e divulgar o Relatório da CPA e os Relatórios de Avaliação Externa (as avaliações "bom" e "ótima" não chegam a 50% em cada um dos 3 segmentos).
4. Divulgar a Missão do IFSP de maneira mais eficaz (20% dos estudantes não conhecem ou têm um conhecimento deficiente sobre a Missão, 18% docentes têm um conhecimento apenas razoável assim como 11% dos TAE's).
5. Melhorar a divulgação do PDI 2019-2023 junto aos estudantes (20% dos estudantes não conhecem ou têm um conhecimento precário).
6. Melhorar a divulgação dos cursos oferecidos pelo campus (30% dos discentes consideram a divulgação apenas razoável e 6% ruim; dos docentes, 30% consideram razoável e 11% ruim; e 11% dos TAE's consideram a divulgação razoável).
7. Melhorar a divulgação da atuação do Serviço de Apoio Psicopedagógico para os três segmentos (Sobre o apoio psicopedagógico e social, 35% dos discentes desconhecem, acham ruim ou apenas razoável. Já 17% dos docentes consideram ruim e 22% apenas razoável).
 - 7.1. Melhorar a divulgação sobre a Assistência Estudantil (13% dos alunos não conhecem; 7% acham ruim e 21% consideram apenas razoável. Os professores poderiam contribuir com esta divulgação, mas 13% não conhecem e 15% consideram ruim).
 - 7.2. Divulgar o papel e as ações do NAPNE (43% dos estudantes não conhecem, assim como 13% dos docentes e 30% dos TAE's).
8. Pensar em estratégias para o atendimento a alunos com defasagem de conteúdos da Educação Básica (5% dos estudantes, 4% dos docentes e 11% dos TAE's desconhecem ações neste sentido. 11% dos alunos e 22% dos docentes consideram ruins as ações para recuperação da defasagem. Consideram como razoável o atendimento aos alunos com defasagem: 21% dos Discentes, 26% dos docentes e 11% dos Técnicos Administrativos).
9. Os Programas de Monitoria, talvez, seja um dos grandes desafios para os gestores, mas a avaliação foi severa neste caso, com 20% dos estudantes declarando que não conhecem o assunto, assim como 22% dos docentes e 15% dos Técnicos Administrativos. Dos que

conhecem, consideram ruim: 13% dos discentes e dos docentes, e 19% dos TAE's. Consideram razoável: 23% dos discentes, 22% dos Docentes e 15% dos TAE's.

10. Divulgar melhor e ampliar as possibilidades para participação em grupos de Pesquisa 27% dos discentes não conhecem o assunto ou acham ruins as possibilidades de participação; nestas categorias ainda estão 29% dos docentes e 19% dos TAE's.

11. Divulgar e Ampliar as possibilidades para oportunizar a participação em eventos internos e externos (16% dos estudantes desconhecem o assunto, assim como 11% dos TAE's. Consideram as possibilidades ruins: 20% dos discentes, 44% dos docentes e 7% dos TAE's).

12. Melhorar o processo de acompanhamento dos egressos e de sua inserção no mundo do trabalho (20% dos discentes, 6% dos docentes e 15% dos TAE's, desconhecem ações com relação ao acompanhamento de egressos. Consideram ruim este acompanhamento: 15% dos estudantes, 31% dos docentes e 15% dos TAE's).

13. Melhorar as relações do Câmpus com as entidades de classes e com as empresas de setores relacionados com os cursos ofertados. (26% dos estudantes não conhecem se há algum relacionamento ou o consideram ruim; o mesmo ocorre com 23% dos docentes e 23% dos Técnicos Administrativos.

14. Os cursos devem divulgar maneira mais eficaz as ações dos Núcleos Docentes Estruturantes. (38% dos estudantes e dos TAE's desconhecem o assunto. Mas, chama a atenção que 11% dos docentes também). Uma sugestão é que no site do Câmpus exista espaço, dentro dos cursos superiores, para divulgar as ações e decisões destes núcleos, como, por exemplo, a publicação de atas.

15. Melhorar a divulgação das ações dos Colegiados de Curso (12% dos estudantes desconhecem e 7% acham ruim a representatividade dos Colegiados). A exemplo do que foi sugerido para os NDE's, aqui também caberia sugerir que no site do Câmpus exista espaço, dentro dos cursos superiores, para divulgar as ações e decisões dos Colegiados, inclusive pela importância das decisões destes órgãos.

16. Verificar junto aos estudantes o que pode ser melhorado nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem: Moodle e plataformas para videoconferências. (14% dos estudantes consideram ruins as adequações realizadas. Consideram apenas razoável: 15% dos estudantes, 35% dos docentes e 7% dos TAE's).

17. Melhorar o atendimento aos alunos por parte dos Coordenadores de Curso (12% dos estudantes consideram ruim o atendimento e outros 12%, apenas razoável).

18. Divulgar os serviços desenvolvidos pela área de TI (15% dos estudantes declararam não conhecer e 23% consideram o serviço razoável. 22% dos docentes também consideram o serviço de TI apenas razoável).

19. Divulgar as ações e o papel do(a) Diretor(a) Adjunto(a) Educacional (18% dos estudantes informaram desconhecer).

20. Divulgar as ações e o papel do(a) Diretor(a) Adjunto(a) Administrativa (23% dos estudantes não conhecem).

21. Divulgar como funciona no Câmpus os processos de Licitações e de Contratos (transparência). 38% dos estudantes, 35% dos docentes e 15% dos Técnicos Administrativos revelaram desconhecer estes processos.

21.1. Divulgar o papel e as ações dos setores de Contabilidade e de Finanças do Câmpus (38% dos estudantes e dos docentes, assim como 15% dos TAE's confessaram não conhecer).

21.2. Divulgar o papel e as ações do setor de Almoxarifado, Manutenção e Patrimônio (25% dos discentes, 20% dos docentes e 7% dos TAE's, não conhecem).

21.3. Divulgar como funciona a execução financeira do Câmpus considerando as aquisições e serviços contratados em relação às necessidades do Câmpus São Roque (24% dos discentes, 17% dos docentes e 15% dos TAE's, não conhecem).

22. Divulgar o papel e as possibilidades de acesso à Ouvidoria do IFSP (27% dos estudantes, 17% dos docentes e 23% dos TAE's declararam não conhecer).

23. Investigar sobre a insatisfação a respeito da Comunicação Institucional uma vez que a questão na Avaliação não é tratada de modo qualitativo (15% dos estudantes e 17% dos docentes consideram ruim. Consideram apenas razoável: 23% dos discentes, 31% dos docentes e 27% dos Técnicos Administrativos).

24. Melhorar a infraestrutura física:

24.1. Melhorar os recursos de tecnologias de informação e comunicação (10% dos discentes e 4,5% dos docentes ainda consideram ruins, embora estes percentuais tenham sido inferiores em relação ao ano de 2019). Consideram razoável: 28% dos discentes, 29% dos docentes e 7% dos Taes.

24.2. Melhorar as condições das salas de aula. Em 2019, 5% dos docentes e discentes consideravam ruins a estrutura das salas de aula. Neste ano, a CPA pôde avaliar com maior minúcia estas condições:

24.2.1 Melhorar as dimensões das salas de aula (entre docentes e discentes: 11% e 6%, respectivamente, consideram-nas ruins). Consideram razoável: 25% dos discentes e 38% dos docentes.

24.2.2. Melhorar as condições térmicas nas salas de aula (18% dos discentes, 26% dos docentes e 15% dos TAE's consideram estas condições ruins). Consideram razoável: 40% dos estudantes e dos docentes.

24.2.3. Melhorar a acústica nas salas de aula (11% dos discentes, 17% dos docentes e 7% dos TAE's consideram as condições ruins). Consideram razoável: 27% dos discentes, 33% dos docentes e 15% dos TAE's.

24.2.4. Melhorar a iluminação nas salas de aula (6% dos discentes, 4,5% dos docentes e 4% dos TAE's consideram estas condições ruins). Consideram razoável: 22% dos discentes e dos docentes.

24.3. Melhorar as condições dos banheiros (13% dos discentes, 4,5% dos docentes e 4% dos TAE's consideram estas condições ruins). Consideram razoável: 32% dos discentes, 35% dos docentes e 15% dos Taes.

25. Melhorar as condições dos Laboratórios. Em 2019, 14% dos docentes e 10% dos discentes consideravam ruins a estrutura dos laboratórios. Neste ano, a CPA pôde avaliar com maior minúcia estas condições:

25.1. Melhorar as dimensões dos Laboratórios (20% dos discentes e 22% dos docentes consideram estas condições ruins). Consideram razoável: 33% dos discentes, 26% dos docentes e 15% dos TAE's.

25.2. Melhorar o conforto térmico dos Laboratórios (19% dos discentes, 20% dos docentes e 11% dos TAE's, consideram este quesito ruim). Consideram razoável: 23% dos estudantes, 24% dos docentes, 15% dos TAE's.

25.3. Melhorar as condições acústicas dos Laboratórios (11% dos discentes, 18% dos docentes e 7% dos TAE's consideram estas condições ruins). Consideram razoável: 19% dos discentes, 18% dos docentes e 15% dos TAE's.

25.4. Adquirir mais equipamentos para os Laboratórios (18% dos discentes e dos docentes consideram ruim a quantidade de equipamentos). Consideram razoável: 36% dos discentes, 29% dos docentes e 11% dos TAE's.

25.5. Aumentar a quantidade de Laboratórios (28% dos discentes e 33% dos docentes consideram ruim a quantidade atual). Consideram razoável: 31% dos discentes, 29% dos docentes e 19% dos TAE's.

- 25.6. Adequar os equipamentos dos laboratórios às necessidades dos cursos (18% dos estudantes e 20% dos docentes consideraram ruim este quesito). Consideraram razoável: 26% dos estudantes, 20% dos docentes e 15% dos TAEs.
26. Em 2019, 45% dos docentes desaprovavam o espaço destinado à sala dos professores. Neste ano de 2020, a CPA pôde avaliar com maior minúcia as condições do local:
- 26.1. Buscar outros espaços para os docentes. O maior percentual de professores considera ruim: a dimensão da sala (66%), a execução de tarefas que exijam concentração (69%) e a privacidade (71%).
- 26.2. Melhorar as condições de acústica, temperatura e iluminação da sala dos professores (31% dos docentes consideraram estas condições ruins). Consideraram razoável: 29%.
27. Fazer um levantamento junto aos Técnicos Administrativos a respeito das questões referentes aos espaços físicos destinados aos setores de apoio, considerando que os percentuais de satisfação dos Taes em relação a estes ambientes foram piores em relação ao último ano (em 2020, 11% consideraram os espaços ruins e 31% classificaram-nos como razoáveis. Em 2019, 42% consideravam os espaços razoáveis e o questionário da CPA não registrou avaliações ruins).
28. Ampliar e melhorar os espaços para refeição e convivência:
- 28.1. Dos alunos (23% dos estudantes e 40% dos docentes consideraram estes espaços ruins). Consideraram razoável: 35% dos discentes e docentes.
- 28.2. Dos servidores (11% dos docentes e 7% dos Taes consideraram estes espaços ruins). Consideraram razoável: 44% dos docentes e 34% dos TAE's.
29. As vagas para estacionamento dentro do Câmpus e nos arredores é um grande desafio para a gestão que dependerá, provavelmente, de relacionamentos para além dos muros da Instituição. 51% dos discentes, 13% dos docentes e 7% dos TAE's consideraram ruim a quantidade de vagas disponível atualmente. Consideraram razoável: 19% dos discentes, 22% dos docentes e 34% dos TAE's.
30. Negociar com os agentes públicos melhorias no transporte para o acesso ao Câmpus. Consideraram ruins as condições de transporte 37% dos discentes, 22% dos docentes e 23% dos TAE's. Consideraram razoável: 26% dos discentes, 35% dos docentes e 23% dos TAE's.
31. Melhorar o espaço e o acervo da biblioteca (26% dos discentes, 29% dos docentes e 7% dos TAE's consideraram razoáveis estas condições).
32. Divulgar a existência da quadra poliesportiva e estimular o uso deste espaço (29% dos estudantes afirmaram não conhecer a quadra).

33. Continuar investindo nas condições de acessibilidade do câmpus (menos de 5% dos três segmentos consideraram este quesito ruim). Consideram razoável: 27% dos discentes, 20% dos docentes e 15% dos TAE's.
34. Manter as condições de conservação do câmpus e considerar melhorias. Consideram razoável este quesito: 16% dos discentes, 7% dos docentes e 4% dos TAE's.
35. Continuar investindo na segurança do câmpus. Consideram razoáveis as condições de segurança: 11% dos discentes, 7% dos docentes e 4% dos TAE's.
36. Adequar o mobiliário às questões de conforto físico e às necessidades dos usuários. Consideram razoáveis o mobiliário e suas condições: 22,5% dos discentes, 20% dos docentes e 15% dos TAE's.
37. Adquirir equipamentos de apoio ao ensino que favoreçam o desenvolvimento de aulas e eventos (datashows, lousas interativas, caixas de som, etc) (12% dos discentes e 11% dos docentes consideraram ruim este quesito). Consideram razoável: 31% dos discentes, 20% dos docentes e 11% dos TAE's.
38. Melhorar a estrutura e as condições do Anfiteatro (18% dos discentes e dos docentes, bem como 7% dos TAE's consideraram razoáveis estas condições).
39. Melhorar os espaços para o desenvolvimento das atividades acadêmicas do Câmpus (11% dos docentes e 9% dos discentes consideraram ruins as condições destes espaços). Consideram razoável: 27% dos discentes, 33% dos docentes e 7% dos TAE's.
40. Manter a qualidade da limpeza do Câmpus (apenas 8% dos discentes e 7% dos Taes consideraram razoáveis estas condições).
41. Melhorar a sinalização dos ambientes e dos espaços comuns do câmpus. Consideram este aspecto razoável: 18% dos discentes, 13% dos docentes e 7,5% dos TAE's.
42. Melhorar as condições térmicas do câmpus (13% dos discentes, 11% dos docentes e 8% dos TAE's consideraram estas condições ruins). Consideram razoável: 25% dos discentes, 38% dos docentes e 11,5% dos TAE's.
43. Melhorar a qualidade da iluminação do Câmpus (9% dos discentes, provavelmente do período noturno, classificaram como ruins estas condições). Consideram razoável: 8% dos discentes, 6% dos docentes e 4% dos TAE's.

5. Considerações finais

O ano de 2020 apresentou desafios muito grandes para as Comissões Próprias de Avaliações do IFSP como um todo, diante do cenário de Pandemia da COVID19 que se abateu

por todo o planeta. A CPA de São Roque participou de todas as reuniões de planejamento lideradas pela profa. Karina, Presidente da Comissão Própria de Avaliação Central do IFSP junto com os demais integrantes, e que envolveu as CPA's de todos os Câmpus do Estado de São Paulo. Diante da nova situação, de câmpus vazios devido ao processo de isolamento social determinado pelas autoridades de saúde do Estado, a ausência dos estudantes e dos servidores nos câmpus, dificultou muito o processo de divulgação da Avaliação.

No entanto, a criatividade e a determinação dos estudantes e dos servidores que compõem a CPA/SRQ, foram possíveis a obtenção de uma adesão que superou às expectativas. A Comissão local, avaliou positivamente o processo realizado no câmpus. Os resultados da pesquisa avaliativa revelaram que a Comissão Própria de Avaliação já não é tão estranha à comunidade interna como ocorria nos anos anteriores e isto deve ter facilitado o processo de comunicação da pesquisa.

Tão logo o Relatório do IFSP, que deve incorporar os Relatórios de todos os câmpus, seja enviado para o MEC ainda em março de 2021, a CPA/SRQ planejará as ações para divulgar os resultados para os três segmentos que participaram da avaliação, mesmo considerando as dificuldades impostas pela pandemia que continua assolando todo o Estado e o País. No início do ano de 2021 começou o processo de vacinação em toda a nação, embora de forma lenta por falta de número suficiente de vacinas, e isto pode contribuir para os trabalhos da CPA no segundo semestre deste ano.

A CPA/SRQ iniciou no primeiro trimestre de 2020 contatos mais frequentes com os coordenadores dos cursos superiores e com o Diretor Adjunto Educacional para estabelecer estratégias para a aplicação da avaliação dos cursos e para divulgação dos resultados da Pesquisa geral. No entanto, este trabalho foi interrompido devido à pandemia de COVID19.

Finalmente, cabe um destaque para os integrantes da CPA/SRQ, docentes, técnicos administrativos, estudantes e sociedade civil, que trabalharam de forma árdua, colaborativa e produtiva para a preparação, a aplicação e o desenvolvimento do Relatório da Avaliação de 2020. Tudo realizado remotamente. Cabe também agradecimentos ao Diretor Geral do Câmpus São Roque, que sempre apoiou a Comissão, conseguindo inclusive um espaço físico para os trabalhos da CPA/SRQ, que não existia antes. Os resultados de todos os esforços e apoios está demonstrado na produção deste Relatório.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n.º 7.566 de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro, 1909. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 1.º nov. 2015.

_Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui a o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf>>. Acesso em: 05. mar. 2019.

_Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 1.º nov. 2015.

_MEC/CNE. Resolução CNE/CP nº03, de 18 de dezembro de 2012. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

_MEC/CNE. Resolução CNE/CES nº04, de 13 de julho de 2005. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2019.

_MEC/CNE. Resolução CNE/CES nº07, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 05 mar. 2019.

_MEC/RFEPECT. Expansão da Rede Federal. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em: 14 maio 2018.

_MEC/SETEC. *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Um novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica: concepções e diretrizes*. Brasília: MEC/SETEC, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 27 mar. 2017.

_Projeto de Lei n.º 3.775, de 23 de julho de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=A72293A71D3E3A1A4B9C37C626432A47.node1?codteor=601743&filename=Avulso+-PL+3775/2008>. Acesso em: 2 nov. 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP) Projeto de Autoavaliação Institucional. Disponível em: <<https://www.ifsp.edu.br/component/content/article/63-ouvidoria/sala-da-cidadania/67-cpa?start=1>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ (IFPR). Portaria n.º 2, de 6 de junho de 2009. Dispõe sobre as ações de Pesquisa e de Extensão no Instituto Federal do Paraná. Disponível em: <<http://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2011/06/Portaria-n%C2%B0-02-06.06.091-Pesquisa-Extensao2.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP), 2017. *Site Institucional do IFSP*. Disponível em: <<https://www.ifsp.edu.br/>>. Acesso em: 8 fev. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). Resolução n.º 564/2012, de 26 de março de 2012. Aprova o Acordo de

Cooperação n. 002/2011 celebrado entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo e a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). Resolução nº 568/2012, de 05 de abril de 2012. Institui o Programa de Bolsas para discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/Resolucoes/resolucoes2012/resol_568.pdf> Acesso em: 05 mar. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). Estatuto do IFSP. Aprovado pela Resolução n.º 01, de 31 de agosto de 2009. Alterado pela Resolução n.º 872, de 4 de junho de 2013. Alterado pela Resolução n. 08 de 04 de fevereiro de 2014. Disponível em: < <http://www2.ifsp.edu.br/index.php/documentos-institucionais/estatuto.html>> Acesso em: 05 mar. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). Regimento Geral do IFSP. Aprovado pela Resolução n.º 871, de 4 de junho de 2013. Alterado pela Resolução n.º 7, de 4 de fevereiro de 2014. Disponível em: <<http://www2.ifsp.edu.br/index.php/documentos-institucionais/regimentogeralifsp.html>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 65. Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional, de 09 de outubro de 2014. Disponível em: <<http://www2.ifsp.edu.br/cpa/roteiroAvaliacaoInterna-NT65.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). Resolução nº 137/2014, de 04 de novembro de 2014. Aprova a Regulamento do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). Disponível em: <[https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/Resolucoes/resolucoes2014/Resol_137_A prova-Regulamento-NAPNE.pdf](https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/Resolucoes/resolucoes2014/Resol_137_A_prova-Regulamento-NAPNE.pdf)> Acesso em: 05 mar. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). Resolução nº 41/2015, de 02 de junho de 2015. Aprova a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/Resolucoes/resolucoes2015/Resol_41.pdf> Acesso em: 05 mar. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). Resolução nº 42/2015, de 02 de junho de 2015. Altera a Normatização dos Auxílios da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/Resolucoes/resolucoes2015/Resol_42.pdf> Acesso em: 05 mar. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). PDI-IFSP 2014-2018. Disponível em: <<http://www2.ifsp.edu.br/index.php/documentos-institucionais/pdi.html>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). PDI-IFSP 2019-2023. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/noticias/861-pdi-2019-2023-e-aprovado-pelo-consup-e-esta-disponivel-para-consulta>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). Resolução n.º 45, de 15 de junho de 2015. Aprova o Regimento dos Conselhos de Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Disponível em: <<http://www2.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/505-resolucoes-2015.html?start=50>>. Acesso em: 19 maio 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). Portaria n.º 2.968, de 25 de agosto de 2015. Aprova o Regulamento de Ações de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Disponível em: <<http://www2.ifsp.edu.br/index.php/documentos-institucionais/portarias/category/508-2015.html?start=120>> Acesso em: 05 mar. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). Resolução IFSP n.º 138, de 8 de dezembro de 2015. Aprova Política de Formação Continuada de Professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Disponível em: <<http://www2.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/505-resolucoes-2015.html>>. Acesso em: 19 maio 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). Resolução IFSP n.º 26, de 5 de abril de 2016. Regimentos dos câmpus do IFSP. Disponível em: <<http://www2.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/568-resolucoes-2016.html?download=15889%3Aresolucao-no-262016-de-05-de-abril-de-2016>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO – CÂMPUS SÃO ROQUE (IFSP-SRQ). Projeto Político-Pedagógico Disponível em: <http://srq.ifsp.edu.br/index.php/sociopedagogico/ppp> Acesso em: 10 fev. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Roteiro de Auto-Avaliação Institucional: Orientações Gerais. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484109/Roteiro+de+autoavalia%C3%A7%C3%A3o+institucional+orienta%C3%A7%C3%B5es+gerais+2004/55b435d4-c994-4af8-b73d11acd4bd4bd0?version=1.2>> Acesso em: 05 mar. 2019.

JARDIM, Anna Carolina Salgado. *Representações sociais de professores e gestores sobre “ser professor” no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia*. 2018. 278 p. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ORTIGARA, Claudino. *Políticas públicas para a educação profissional no Brasil: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a educação integral*. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2014.

PACHECO, Eliezer; PEREIRA, Luiz Augusto Caldas; DOMINGOS SOBRINHO, Moisés. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades. In: PACHECO,

E. M., MORIGI, V. (Org.). *Ensino técnico, formação profissional e cidadania: a revolução da educação profissional e tecnológica no Brasil*. Porto Alegre: Teckne, 2012. p. 15-31.

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (RFEPCT). **Histórico**. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/historico> Acesso em: 10 fev. 2019.